



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E ORDENAMENTO

Mestrado em Ciências da Paisagem

Especialização em Ordenamento da Paisagem e do Território

Dissertação

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: como considerar as várias procuras no âmbito do processo de ordenamento à escala local. Aplicação ao Concelho de Elvas.”

Vera Lúcia Iglésias Varela

Orientador: Professora Doutora Teresa Pinto Correia

Co-Orientador: Professor Doutor Alexandre Candela d’Abreu

Novembro de 2012

Mestrado em Ciências da Paisagem

Especialização em Ordenamento da Paisagem e do Território

Dissertação

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: como considerar as várias procuras no âmbito do processo de ordenamento à escala local. Aplicação ao Concelho de Elvas.”

Vera Lúcia Iglésias Varela

Orientador: Professora Doutora Teresa Pinto Correia

Co-Orientador: Professor Doutor Alexandre Candela d’Abreu

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procuras no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”

Entre 2007 e 2010 integrei a equipa do Atelier LoDo, Arquitetura Paisagista, Lda. onde colaborei em diversos trabalhos, nomeadamente na Revisão do Plano Diretor Municipal do Concelho de Elvas. Ainda no ano de 2010 colaborei com o ICAM – Instituto de Ciências Agrárias Mediterrânicas, no trabalho de campo (realização de inquéritos) e no tratamento de dados do projeto ROSA e é com base nestas duas experiências profissionais que surge o tema desta dissertação.

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procuras no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”

Índices

Índice Geral

Índice Geral.....	3
Índice de Figuras.....	5
Índice de Quadros.....	6
Agradecimentos.....	10
Resumo.....	12
<i>Abstract</i>	15
1.Introdução.....	18
1.1. Conceitos.....	18
1.1.1. O Conceito de Paisagem.....	18
1.2. Convenção Europeia da Paisagem.....	19
1.2.1. Convenção Europeia da Paisagem – Princípios e Orientações.....	19
1.2.2. Convenção Europeia da Paisagem e Participação Pública.....	23
1.3. Agricultura vs Outras funções do Espaço Rural.....	24
1.3.1. As mudanças no Espaço Rural.....	25
1.3.2. As novas procuras do Espaço Rural.....	26
1.4. Objetivos da Dissertação.....	29
1.5. Estrutura da Dissertação.....	30
2. Material e Métodos.....	30
2.1 Material.....	32
2.1.1. Plano Diretor Municipal do Concelho de Elva.....	32
2.1.2. Projeto ROSA	34
2.2. Método.....	37

2.2.1. Análise do Plano Diretor Municipal do Concelho de Elvas.....	37
2.2.2. Análise feita no âmbito do Projeto ROSA	37
2.2.3. Integração das preferências de paisagem no Ordenamento do Espaço Rural do Concelho de Elvas.....	42
3. Caracterização do Concelho de Elvas em termos paisagísticos e <i>Proposta</i> de Ordenamento do Espaço Rural no âmbito do P.D.M. do Concelho de Elvas.....	47
3.1. Caracterização do Concelho de Elvas em termos paisagísticos.....	45
3.1.1. Análise Biofísica.....	47
3.1.1.1. Festos e Talvegues.....	47
3.1.1.2. Hipsometria.....	49
3.1.1.3. Declives.....	51
3.1.2. Paisagem.....	52
3.2. Proposta de Ordenamento do Espaço Rural no âmbito do P.D.M. do Concelho de Elvas.....	59
3.2.1. Categorias de espaço do Espaço Rural do P.D.M. de Elvas.....	61
4. Preferências de Paisagem do Concelho de Elvas.....	66
4.1. Análise dos resultados referentes às preferências de paisagem do Concelho de Elvas.....	66
4.1.1. Análise socioeconómica dos inquiridos do Concelho de Elvas.....	66
4.1.2. Ligação dos inquiridos com a agricultura.....	68
4.1.3. Alentejo, suas características e possíveis tendências.....	69
4.1.4. Preferências.....	73
4.2. Adaptação das classes de solo do <i>Corine Land Cover</i> às classes de espaço do Projeto ROSA.....	81
4.2.1. Localização espacial das Classes de ocupação de solo correspondentes às preferências dos utilizadores da paisagem.....	84
5. Integração das preferências de paisagem no Ordenamento do Espaço Rural do Concelho de Elvas....	91
5.1. Compatibilidade entre a proposta do Espaço Rural do Concelho de Elvas e a ocupação de solo existente.....	91
5.2. Discussão da possível integração das preferências nos Instrumentos de Gestão Territorial.....	98
6. Conclusão.....	106
Bibliografia.....	110

ANEXOS

Anexo I – Questionário do Projeto ROSA.....	114
Anexo II – Ocupação de solo do Concelho de Elvas.....	115
Anexo III – Compatibilidade entre a Proposta de Ordenamento do Espaço Rural do Concelho de Elvas e a ocupação de solo existente.....	116

Índice de Figuras

Figura 1: Esquema dos novos modos de ocupação do Espaço Rural na Austrália. (Holmes, 2006).....	27
Figura 2: Fotografia utilizada no Projeto ROSA (suporte de apoio às respostas dos inquiridos)	40
Figura 3: Fotografia utilizada no Projeto ROSA (suporte de apoio às respostas dos inquiridos)	40
Figura 4: Fotografia utilizada no Projeto ROSA (suporte de apoio às respostas dos inquiridos)	40
Figura 5: Fotografia utilizada no Projeto ROSA (suporte de apoio às respostas dos inquiridos)	40
Figura 6: Fotografia utilizada no Projeto ROSA (suporte de apoio às respostas dos inquiridos)	41
Figura 7: Fotografia utilizada no Projeto ROSA (suporte de apoio às respostas dos inquiridos)	41
Figura 8: Fotografia utilizada no Projeto ROSA (suporte de apoio às respostas dos inquiridos)	41
Figura 9: Fotografia utilizada no Projeto ROSA (suporte de apoio às respostas dos inquiridos)	41
Figura 10: Fotografia utilizada no Projeto ROSA (suporte de apoio às respostas dos inquiridos)	42
Figura 11: Fotografia utilizada no Projeto ROSA (suporte de apoio às respostas dos inquiridos)	42
Figura 12: Fotografia utilizada no Projeto ROSA (suporte de apoio às respostas dos inquiridos)	42
Figura 13: Fotografia utilizada no Projeto ROSA (suporte de apoio às respostas dos inquiridos)	42
Figura 14: Fotografia utilizada no Projeto ROSA (suporte de apoio às respostas dos inquiridos).....	42
Figura 15: Fotografia utilizada no Projeto ROSA (suporte de apoio às respostas dos inquiridos)	42
Figura 16: Fotografia utilizada no Projeto ROSA (suporte de apoio às respostas dos inquiridos)	42
Figura 17: Fotografia utilizada no Projeto ROSA (suporte de apoio às respostas dos inquiridos)	42

Figura 18: Esquema ilustrativo do método utilizado para a obtenção da compatibilização existente entre as Classes de ocupação de solo utilizadas no Projeto ROSA e as Classes de Espaço de Ordenamento do Território do P.D.M. de Elvas.....	44
Figura 19: Identificação dos Festos e Talwegues do Concelho de Elvas e respetiva legenda.....	46
Figura 20: Carta Hipsométrica do Concelho de Elvas e respetiva legenda.....	50
Figura 21: Carta de declives do Concelho de Elvas.....	52
Figura 22: Identificação das Unidades de paisagem do Concelho de Elvas: Unidade 89 – Peneplanície do Alto Alentejo, Unidade 90 – Colinas de Elvas, Unidade 91 – Várzea do Caia e Jerumenha e Unidade 102 – Terras de Alandroal e Terena. (Imagem adaptada de Cancela d’Abreu <i>et al</i> , 2004).....	53
Figura 23: Identificação das Unidades de paisagem do Concelho de Elvas – renomeação no âmbito da escala concelhia (P.D.M. – Relatório).....	57
Figura 24: Diagrama explicativo da definição das categorias de espaço em solo rural. (Relatório P.D.M. Elvas).....	60
Figura 25: Localização espacial e ilustração das quatro ocupações de solo mais preferidas pelos utilizadores da paisagem (Montado, Cereal, Olival Tradicional e Mosaico)	84
Figura 26: Localização espacial e ilustração das ocupações de solo menos preferidas pelos utilizadores da paisagem (Eucaliptal, Olival Intensivo, Pastagem Natural e Matos (Matos altos em terra agrícola e Matos altos em terra florestal).....	85
Figura 27: Localização espacial das Preferências por grupo de utilizador (Habitantes e Chefes de Exploração).....	87
Figura 28: Localização espacial das Preferências por grupo de utilizador (Caçadores, Visitantes e Turistas).....	88
Figuras 29 e 30: Identificação das ocupações de solo preferidas (Montado, Cereal, Olival tradicional e Mosaico). Identificação de áreas correspondentes ao “negativo”.	99
Figuras 31 e 32: Paisagens menos preferidas, Pastagem Natural e Eucaliptal. Área ocupada por Culturas Irrigadas.....	100
Figura 33: Possível ocupação territorial do concelho de Elvas, caso sejam tidas em conta as preferências dos utilizadores da paisagem.....	101
Figura 34: Adaptação do Esquema (Holmes, 2006) à realidade do Concelho de Elvas.....	102

Índice de Quadros

Quadro 1: Classes de Declives identificadas para o Concelho de Elvas, no âmbito do P.D.M.....	51
Quadro 2: Grupos de utilizadores da paisagem inquiridos no âmbito do Projeto ROSA no Concelho de Elvas.....	66
Quadro 3: Género dos utilizadores da paisagem do Concelho de Elvas.....	66
Quadro 4: Ano de nascimento dos utilizadores da paisagem do Concelho de Elvas.....	67
Quadro 5: Nacionalidade dos utilizadores da paisagem do Concelho de Elvas.....	67
Quadro 6: Grau de Escolaridade dos utilizadores da paisagem do Concelho de Elvas.....	67
Quadro 7: Área de Atividade dos utilizadores da paisagem do Concelho de Elvas.....	68
Quadro 8: Situação Atual dos Utilizadores da Paisagem do Concelho de Elvas.....	68
Quadro 9: Ligação com a agricultura dos utilizadores da paisagem do Concelho de Elvas.....	69
Quadro 10: Afirmação 1: Razão pela qual os utilizadores da paisagem gostam do campo no Alentejo.....	69
Quadro 11: Afirmação 2: A importância das atividades ligadas à agricultura e floresta no Alentejo, na perspetiva do utilizador da paisagem.....	70
Quadro 12: Afirmação 3: As tendências mais adequadas para o Alentejo, na perspetiva do utilizador da paisagem.....	71
Quadro 13: Afirmação 4: As tendências mais adequadas para o Alentejo, em termos de ocupação de solo, na perspetiva do utilizador da paisagem.....	72
Quadro 14: Ocupações de solo mais preferidas pelos vários grupos de utilizadores da paisagem.....	73
Quadro 15: Razões das opções escolhidas (mais preferidas) pelos vários grupos de utilizadores da paisagem.....	75
Quadro 16: Ocupações de solo menos preferidas pelos vários grupos de utilizadores da Paisagem..	77
Quadro 17: Razões das opções escolhidas (menos preferidas) pelos vários grupos de utilizadores da paisagem.....	78
Quadro 18: Preferências de Paisagem dos utilizadores da paisagem e razões das opções escolhidas.....	80
Quadro 19: Adaptação das classes do <i>Corine Land Cover</i> (2006) às classes de ocupação de solo do Projeto ROSA.....	82

Quadro 20: Compatibilidade existente entre Classe de Espaço “Espaços Agrícolas” do PDM de Elvas e as classes de ocupação de solo utilizadas no Projeto ROSA.....	92
Quadro 21: Compatibilidade existente entre Classe de Espaço “Espaço Agrícola Preferencial (solos da RAN) ” do PDM de Elvas e as classes de ocupação de solo utilizadas no Projeto ROSA.....	93
Quadro 22: Compatibilidade existente entre Classe de Espaço “Espaço Agrícola de Regadio” do PDM de Elvas e as classes de ocupação de solo utilizadas no Projeto ROSA.....	94
Quadro 23: Compatibilidade existente entre Classe de Espaço “Espaço Agro-Silvo-Pastoril” do PDM de Elvas e as classes de ocupação de solo utilizadas no Projeto ROSA.....	95
Quadro 24: Compatibilidade existente entre Classe de Espaço “Espaços Florestais de Proteção/Recuperação” do PDM de Elvas e as classes de ocupação de solo utilizadas no Projeto ROSA.....	96

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procuras no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”

Agradecimentos

Agradeço a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

À Professora Teresa Pinto Correia e ao Professor Alexandre Cancela d’Abreu, pela orientação e por todas as sugestões que contribuíram para o enriquecimento deste trabalho.

À professora Isabel Ramos, enquanto diretora de curso do Mestrado em Ciências da Paisagem pela disponibilidade em facilitar o decorrer do processo.

À equipa da LoDo, em especial ao Arquiteto Carlos Correia Dias, por ter disponibilizado todas as informações que necessitei para a realização deste trabalho. Um obrigada também, pela oportunidade e por tudo o que aprendi na passagem pelo atelier.

A todos os meus amigos que em todos os momentos me deram incentivo e força para levar este objetivo e muitos outros, até ao fim. Assim como pela disponibilidade que alguns deles mostraram na ajuda de algumas tarefas. Um obrigado muito especial, à Luísa Teles, ao Sérgio Vida, à Xana, à Magda, à Tina e à Lisete. À Mara Almeida, um obrigada ainda mais especial por toda a ajuda e “orientação”.

À minha mãe e ao meu irmão por toda a paciência nos momentos de maior inquietude e por me terem dado a oportunidade de voltar a dedicar-me inteiramente à vida de “estudante”, com tudo o que isso implica. Obrigada também, por tudo o resto!

Ao “Sol”, por me ter feito companhia em todos os serões de trabalho.

Ao meu pai, pelo incentivo e pela ajuda que sempre me deu para que pudesse enriquecer a minha formação. Apesar de não estares presente para ver o resultado final, sei que estás sentado no arco-íris a olhar por mim.

A todos, Muito Obrigada!

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procuras no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”

Resumo

Nos últimos tempos, a paisagem tem vindo a ser reconhecida como parte fundamental do património europeu tanto por parte de entidades intervenientes na tomada de decisão mas também por parte da população em geral. Como reflexo deste reconhecimento surge a Convenção Europeia da Paisagem, que para além de estabelecer uma série de medidas que têm como objetivo contribuir para a preservação das paisagens europeias, vem também “atribuir responsabilidade” à população reforçando a importância da participação pública na tomada de decisão.

Por outro lado, ao longo das últimas décadas têm-se vindo a verificar grandes transformações na paisagem, principalmente na paisagem rural. O Espaço Rural, deixa de ser um espaço apenas vocacionado para a componente produtiva da agricultura e é cada vez mais procurado como suporte para várias atividades, tornando-se progressivamente num espaço multifuncional. Esta nova procura é notória, assim como as transformações que advêm dela, o que justifica a existência de estudos que têm como objetivo identificar a procura social pela paisagem. Estes estudos, para além de contribuírem para o reconhecimento das preferências dos utilizadores da paisagem, vêm também contribuir para a implementação da medida da Convenção Europeia da Paisagem, que pretende estimular a participação pública na tomada de decisão. O Projeto ROSA é exemplo de um desses estudos e é um dos elementos que está na base do desenvolvimento desta dissertação.

No entanto, e apesar de já estarem a ser dados os primeiros passos no sentido de se identificarem as preferências dos utilizadores, ainda há um longo caminho a percorrer no que diz respeito à integração dessas preferências nas propostas dos Instrumentos de Gestão Territorial. Assim, pretende-se que esta dissertação possa representar um contributo nesse sentido. De forma a analisar a possível integração das preferências nos Instrumentos de Gestão Territorial é apresentado como exemplo prático o Plano Diretor Municipal de Concelho de Elvas, Região do Alentejo. Nesta análise é estabelecida a relação entre a ocupação de solo existente, com base nas classes de ocupação do solo consideradas no Projeto ROSA, e a proposta do P.D.M. para o Espaço Rural do Concelho de Elvas, tendo sido encontradas três classes de compatibilidade: Compatível e Proposto pelo P.D.M., Compatível e Incompatível.

Destacam-se como principais resultados, a grande compatibilidade existente entre a ocupação do solo e o que foi proposto para o Espaço Rural do Concelho de Elvas. Por outro lado, e tendo em conta as preferências de paisagem dos utilizadores deste espaço, depreende-se que as ocupações de solo mais preferidas, caso sejam tidas em consideração as preferências dos utilizadores na tomada de decisão, tendem a

manter-se no território. Assim como também se observa que as ocupações de solo com a qual os utilizadores da paisagem mais se identificam são as mais compatíveis com as características do território. Conclui-se assim, e uma vez que a paisagem é construída pelo homem e para o homem, que a sua opinião deve ser tida em conta no âmbito da tomada de decisão no que diz respeito às estratégias propostas pelos Instrumentos de Gestão Territorial.

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procuras no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”

Abstract

“Multifunctionality of Rural Landscape: How to consider the various searches in the planning process at the local level. Application to Municipality of Elvas.”

In recent times, landscape has been recognized as a fundamental part of European heritage, both by the entities involved in decision making but also by the general population. This recognition is reflected in the European Landscape Convention, which in addition to setting a series of measures that aim to contribute to the preservation of European landscapes, promotes the public awareness reinforcing the importance of public participation in decision making.

Moreover, during the last decades, landscape has been undergoing major transformations, mainly the rural landscape. Rural space is no longer exclusively devoted to the productive function of agriculture and is increasingly demanded as the support for other activities, progressively becoming a multifunctional space. These demand is notorious as well as the transformations derived from it, which justifies the existence of studies aiming to identify the social demand for landscape. These studies, in addition to contributing to the recognition of landscape preferences of users, are also contributing to the implementation of the measure of the European Landscape Convention, which aims to encourage public participation in decision making. The ROSA Project, an example of one of these studies, is used as the basis for the development of this dissertation.

However, and being aware that the first steps towards the identification of users' landscape preferences have already been taken, there is still a long way to go with regard to the integration of these preferences in the Territorial Management Instruments. Thus, the aim of this dissertation is to contribute to this integration. In order to analyze the possible integration of preferences on Territorial Management Instruments a practical example applied to the Master Plan of the municipality of Elvas, in Alentejo Region, is presented. This analysis establishes the relationship between land cover distribution, based on the land cover classes considered in the ROSA Project, and the orientations proposed in the Master Plan for the Rural Space in the municipality, and three classes of compatibility were found: Compatible and Proposed by PDM, Compatible and Incompatible.

As main results, are the great compatibility between the existing land cover classes and the orientations proposed for the Rural Space in the municipality of Elvas. Moreover, taking into account users' landscape preferences, the most preferred land

covers, if taken into account in the decision making process, tend to be maintained in this municipality. It was also observed that the most preferred land covers show great compatibility with the specific characteristics of this territory. Concluding, and being aware that landscape is made by people and for people, public opinion must be taking into account in the process of decision making when defining strategies in Territorial Management Instruments.

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procuras no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”

1 Introdução

1. Introdução

1.1. Conceitos

1.1.1. Conceito de Paisagem

No âmbito Europeu, as paisagens têm sido cada vez mais reconhecidas como uma parte fundamental do nosso património natural, cultural e científico, base de identidade territorial (Cancela d'Abreu *et al*, 2004).

Esse reconhecimento tem sido cada vez mais notório nas últimas décadas e são alguns os documentos onde se expressa a preocupação em proteger/preservar o recurso paisagem.

Apesar de ao nível Europeu este assunto ser abordado há mais tempo, ao nível nacional, esta preocupação também não é de agora sendo que já a Constituição da República Portuguesa de 1976 refere que é um dever do Estado classificar e proteger a paisagem e promover a sua gestão para garantir o equilíbrio do território (Cancela d'Abreu *et al*, 2004).

Da mesma forma, a Lei de Bases do Ambiente de 1987 assim como a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo de 1998 contêm várias referências à paisagem.

A Convenção Europeia da Paisagem (C.E.P.) surge como o mais recente documento orientador de medidas que todas as partes envolvidas devem seguir de forma a estimular uma cooperação no sentido de proteger e valorizar o recurso paisagem. A C.E.P. tem assim, como objetivo “*promover a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem e organizar a cooperação europeia neste domínio*” (COE, 2005, artigo 3.º).

O conceito paisagem é um conceito muito vasto e dependendo do observador e da área disciplinar, pode ser entendido de diversas formas. Todavia e apesar das diferentes definições que surgem associadas a este conceito, não há dúvida que a paisagem é um sistema dinâmico no tempo e no espaço, complexo e onde os fatores naturais e culturais se influenciam mutuamente e evoluem em conjunto ao longo do tempo.

Por outro lado, a paisagem tem também uma componente mais subjetiva tendo em conta a relação que o homem/observador estabelece com ela. Apesar de todos podermos observar o mesmo “cenário”, este não é sentido da mesma forma por todos, o que faz com que existam inúmeras interpretações de uma mesma paisagem, cada uma delas associada a um diferente observador. Do mesmo modo, a forma como o espaço é vivido e o significado que este pode ter para cada um, também lhe atribui uma componente cultural e sentimental muito própria.

A paisagem é assim um resultado final de vários “*layers*”, tal como, a litologia, o relevo, a hidrografia, o clima, os solos, a flora e a fauna, a estrutura ecológica, o uso do solo e todas as outras expressões da atividade humana ao longo do tempo (Cancela d’Abreu *et al*, 2004). Para a compreensão de uma determinada paisagem, é necessário compreender tudo aquilo que está na base do resultado final, assim como é necessário compreender a articulação de todas estas componentes.

Em suma e de acordo com a Convenção Europeia da Paisagem, ***paisagem é “parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos.”***

Tendo em conta a definição anterior, são inúmeros os tipos de paisagens existentes sendo estas “reflexo” de diferentes territórios. Contudo, este estudo irá debruçar-se apenas sobre a paisagem rural.

1.2. Convenção Europeia da Paisagem

1.2.1. Convenção Europeia da Paisagem - Princípios e Orientações

“No início dos anos 90, as sociedades civis das regiões da Andaluzia, Toscana e Languedoc Roussillon iniciam uma crescente pressão sobre o Conselho Europeu das Autoridades Locais e Regionais (CEALR), para as questões do ordenamento das paisagens mediterrâneas. As três regiões possuem, desde há décadas, uma consciência cívica e uma identidade cultural bastante estruturada em torno das suas paisagens. O resultado das negociações dá origem à assinatura, em Sevilha, da Carta Mediterrânica da Paisagem. (...) Com a publicação da Carta Mediterrânea da Paisagem, o CEALR inicia a elaboração de uma Convenção Europeia dedicada inteiramente à Paisagem” (Salema R., 2010, pp 3).

A Convenção Europeia da Paisagem (C.E.P.), assinada em Florença em 20 de Outubro de 2000, retificada para a legislação portuguesa pelo Decreto n.º 4/2005 de 14 de Fevereiro, representa o mais recente instrumento dedicado exclusivamente à promoção, proteção, gestão e ordenamento de todas as paisagens europeias. Por outro lado, este é também reflexo de uma intenção, dos membros do Conselho da Europa signatários, de cooperação no cumprimento destes objetivos, onde a paisagem é tida como um recurso comum.

Tendo em conta que o grande objetivo do Conselho da Europa é alcançar uma maior unidade entre os seus estados membros e que a paisagem é reconhecida por todos como um recurso a preservar e valorizar e vista por estes como património comum, a Convenção Europeia da Paisagem surge como um elemento vinculador, entre os vários signatários, estabelecendo medidas que têm por base, a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem.

Contudo, apesar de este documento potenciar uma unificação na salvaguarda deste recurso comum, é “pedido” a cada uma das partes que implemente a C.E.P. de acordo com as políticas próprias de cada país. As partes envolvidas comprometem-se assim, de acordo com o Artigo 5.º, a adotar as seguintes medidas:

“ a) *Reconhecer juridicamente a paisagem como uma componente essencial do ambiente humano, uma expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e base da sua identidade;*

b) *Estabelecer e aplicar políticas da paisagem visando a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem através da adoção das medidas específicas estabelecidas no artigo 6.º;*

c) *Estabelecer procedimentos para a participação do público, das autoridades locais e das autoridades regionais e de outros intervenientes interessados na definição e implementação das políticas da paisagem mencionadas na alínea b);*

d) *Integrar a paisagem nas suas políticas de ordenamento do território e de urbanismo, e nas suas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e económica, bem como em quaisquer outras políticas com eventual impacte direto ou indireto na paisagem.”*

Como medidas específicas, cada parte compromete-se a incrementar a sensibilização de todos os agentes de transformação da paisagem para o seu valor, o seu papel e as suas transformações; a promover a formação e educação, nomeadamente através da formação de especialistas, em programas de formação e cursos escolares e universitários; a identificar e avaliar, para um melhor conhecimento das paisagens; a definir objetivos de qualidade paisagística, para as paisagens identificadas e avaliadas, após consulta pública e por último; a aplicar as políticas da paisagem, estabelecendo instrumentos que visem cumprir o principal objetivo da C.E.P. Por outro lado, a aplicação destas medidas e a adaptação às políticas de cada país é essencial, tendo em conta que a Convenção, embora importante, é apenas um instrumento orientador e não assente em políticas e programas concretos.

Por ser reconhecida esta importância ao recurso paisagem e tendo presente *“que as evoluções das técnicas de produção agrícola, florestal, industrial e mineira e das técnicas nos domínios do ordenamento do território, do urbanismo, dos transportes, das infraestruturas, do turismo, do lazer e, de modo mais geral, as alterações na economia mundial estão em muitos casos a acelerar a transformação das paisagens”* (COE, 2005) reconhece-se a necessidade de estabelecer uma cooperação a nível europeu na salvaguarda deste recurso. Assim sendo, e de acordo com o artigo 7.º da C.E.P, os estados membros signatários, *“comprometem-se a cooperar para que a dimensão paisagística seja tida em conta nas políticas e nos programas internacionais e recomendar, quando relevante, que estes incluam a temática da paisagem.”* Esta cooperação, não passa apenas por um reconhecimento da paisagem como um bem comum, mas por um comprometimento ao nível da troca de experiências e resultados, da promoção de permutas ao nível de especialistas no domínio da paisagem, na troca de informações sobre as matérias abrangidas pelas disposições da Convenção assim como pretende estimular a cooperação transfronteiriça tanto ao nível local como ao nível regional.

Nesta convenção é também reconhecido o papel que a paisagem representa em termos de interesse público tanto ao nível cultural, ecológico, ambiental e social constituindo assim um recurso favorável à atividade económica, onde uma proteção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para o desenvolvimento de um determinado território e consequentemente para a criação de emprego. As paisagens europeias são assim reconhecidas pela sua qualidade e diversidade e um elemento

fundamental no desenvolvimento sustentável do território europeu, sendo também reconhecidas como um elemento importante da qualidade de vida das populações.

Por outro lado, este documento reconhece importância a todo o tipo de paisagens existentes, não dando especial importância a paisagens protegidas ou paisagens com características específicas, assim sendo, *“aplica-se tanto a paisagens que possam ser consideradas excecionais como a paisagens da vida quotidiana e a paisagens degradada”* (COE, 2005, artigo 2.º). É assim reconhecida a importância para uma visão da paisagem muito para além da sua dimensão estética.

É também, de salientar a importância desta Convenção para o Ordenamento do Território, uma vez que uma das suas medidas passa pela integração da paisagem nas políticas de ordenamento do território, assim como nas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e económica.

Sendo estratégia desta Convenção, a proximidade às comunidades, aproximando a gestão e o ordenamento da Paisagem para o domínio regional e local, esta induz a que seja aplicada uma política da paisagem nos instrumentos de gestão e ordenamento do território, *“exigindo o estabelecimento de Objetivos de Qualidade para a Paisagem, nos planos territoriais de âmbito local e regional”* (Salema R., 2010, pp 4).

Fazendo uma análise da situação atual da Convenção, *“a nível Europeu, a C.E.P. encontra-se assinada e ratificada em cerca de 65% dos 46 países do Conselho da Europa, muitos deles com iniciativas de implementação já em curso, mas são poucos os exemplos em que essa implementação tenha reflexos em termos territoriais”* (Salema R. e Cancela d’Abreu, 2010, pp 16).

Contudo, é notório um maior sucesso de implementação da C.E.P. nos países em que esta é assumida como um fator de desenvolvimento por parte das entidades regionais e locais. São então estes países que Portugal deve tomar como exemplo, de modo a implementar da melhor forma as medidas da Convenção Europeia da Paisagem e tornar-se também um exemplo a seguir.

1.2.2. Convenção Europeia da Paisagem e Participação Pública

O valor cultural do recurso paisagem é aqui também reforçado, uma vez que *“a paisagem contribui para a formação de culturas locais e representa uma componente fundamental do património europeu, contribuindo para o bem-estar humano e para a consolidação da identidade europeia”* (COE, 2005).

É assim reconhecida, a paisagem, como um fator fundamental na identidade de um território e de um povo. Do mesmo modo, a paisagem é também reconhecida como um fator dinâmico em constante mudança, sendo o homem um elemento relevante nessas mudanças permanentes.

Assim sendo, é cada vez mais importante que o cidadão interiorize que é parte ativa na transformação da paisagem. A C.E.P. vem atribuir de alguma forma responsabilidade às populações, no que diz respeito à salvaguarda da paisagem.

A relação homem-paisagem é um dos conceitos base desta Convenção, onde para além de se destacar o valor da paisagem, se pretende da mesma forma alertar o homem para o seu papel na preservação deste recurso, alertando o homem para o facto de que para usufruir de direitos também terá deveres a cumprir.

Assim, e tendo consciência que as paisagens de qualidade representam um contributo fundamental para o bem estar individual e social do ser humano, direito comum a todos, há que por outro lado ter a consciência que todos os seres humanos têm, da mesma forma, responsabilidade na preservação da paisagem, reconhecendo-a como um bem comum.

Este reconhecimento e esta intenção de envolvimento global da comunidade civil e das entidades públicas e privadas revela-se mais eficaz se as comunidades passarem a ser parte integrante do processo de tomada de decisão, assim como, numa fase inicial deste processo, atores fundamentais na identificação, avaliação, caracterização e classificação da paisagem.

O direito à participação pública já era antes salientado, na legislação portuguesa, nomeadamente no DL 380/99 de 22 de Setembro, onde no seu artigo 6º é focado o direito que os cidadãos têm à participação pública, *“Todos os cidadãos bem como as*

associações representativas dos interesses económicos, sociais, culturais e ambientais têm o direito de participar na elaboração, alteração, revisão, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.”

A C.E.P. constitui assim *“uma importante oportunidade para o reforço da participação pública no processo de ordenamento territorial, bem expressa no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (...). Esta possibilidade é muito relevante, por um lado porque poderá permitir o aumento da cultura cívica valorizadora do ordenamento do território em Portugal, uma vez que não se tem assistido a uma participação ativa dos cidadãos no sentido da valorização da paisagem como uma questão essencial da qualidade de vida. Por outro lado, poderá ser uma boa oportunidade para pôr em prática as componentes de participação que se encontram previstas na normativa que regulamenta a Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo”* (Salema R. e Cancela d’Abreu, 2010, pp 12).

Assim, e como já foi referido anteriormente, uma das medidas desta Convenção é *“estabelecer procedimentos para a participação do público, das autoridades locais e das autoridades regionais e de outros intervenientes interessados na definição e implementação das políticas da paisagem”* (COE, 2005, artigo 5.º).

1.3.Agricultura vs Outras Funções do Espaço Rural

Ao longo dos últimos anos, o Espaço Rural tem vindo a sofrer fortes mudanças. Antes espaço fortemente associado quase exclusivamente à produção agrícola, atualmente cada vez mais um espaço multifuncional no qual as funções de proteção e consumo coexistem com a função produtiva (Holmes, 2006).

As transformações do espaço rural são um reflexo, em parte, da perda de competitividade do sector agrícola, principalmente em áreas mais remotas onde a produção agrícola deixou de ser o fator central nas dinâmicas do espaço rural (Baptista, 2001). Contudo, e embora em determinadas regiões o papel da agricultura tenha perdido importância económica e social, existe atualmente uma procura social crescente por novas funções não produtivas do Espaço Rural (Pinto-Correia e Primdahl, 2009). São exemplo disso, os turistas, que procuram este espaço para atividades de recreio e de lazer associadas à cultura, património ou mesmo às

atividades ligadas à natureza, população com uma segunda residência para passar fins-de-semana e férias ou residentes urbanos que procuram áreas rurais para o início de um novo estilo de vida, os Novos Rurais.

O Espaço Rural é assim, cada vez mais, o cenário para o desenvolvimento de várias atividades que para além de serem compatíveis com a atividade agrícola são também complementares, como é o caso do ecoturismo, de atividades relacionadas com a proteção e promoção da natureza e dos recursos naturais, o turismo rural, etc. Se por um lado estas atividades dependem da atividade agrícola podem por outro, suportar a produção em áreas onde a agricultura encontra maiores dificuldades em subsistir e, de certa forma, contribuir para a sustentabilidade das explorações agrícolas. Deste modo, a integração de novas funções na gestão do espaço rural, como resposta à crescente procura social, pode contribuir para o desenvolvimento e dinamismo do mesmo.

1.3.1. As mudanças no Espaço Rural

As transformações do Espaço Rural são resultado de vários fatores associados às tendências nas atividades económicas, principalmente do sector agrícola mas também a processos socioeconómicos mais gerais.

Sendo a agricultura o grande motor do Espaço Rural, qualquer transformação neste sector irá refletir-se de forma significativa na paisagem. Nos últimos anos, *“a agricultura sofreu profundas transformações tecnológicas, que se repercutiu na organização do processo de trabalho, enquanto declinava o seu peso na economia e na sociedade. (...) Ou seja, passou-se duma perspetiva em que se defendia o máximo aproveitamento do território para outra em que apresenta, como inevitável, o abandono de parte dele pela agricultura”* (Baptista, 2001, pp 9).

As inovações tecnológicas associadas a este sector levaram à diminuição considerável no número de horas de trabalho necessário para a produção agrícola o que inevitavelmente conduziu a uma diminuição drástica da mão-de-obra necessária, fazendo com que a população do Espaço Rural procurasse novas soluções no meio urbano e em muitos casos, até no estrangeiro (Baptista, 2001).

“A agricultura perdeu peso na economia e na sociedade; aumentaram a produção e a produtividade; alargou-se a sua relação com o mercado; (...) No entanto, estas mudanças não impediram que se tenha agravado a dependência do País em produtos

de origem agrícola, nem tornaram a agricultura mais competitiva em relação aos mercados externos, nomeadamente no Contexto da União Europeia, em que Portugal se integrou em 1986 e onde esta submetida às diretivas da Política Agrícola Comum (PAC) ” (Baptista, 2001, pp 18).

As orientações da PAC não vêm assim favorecer a agricultura portuguesa, uma vez que privilegiam os produtos oriundos do Centro e Norte da Europa em detrimento dos mediterrânicos. São desta forma privilegiadas, as explorações tidas como mais competitivas no mercado mundial (Baptista, 2001). Tudo isto levou a que a relação da sociedade com o seu espaço se encontrasse hoje redefinida (Baptista, 2000).

Estas transformações levaram a que a agricultura perdesse a importância que tinha outrora no Espaço Rural, contudo nos últimos tempos este espaço é novamente procurado, agora para a dinamização de novas funções, funções que coabitam com a função antes principal, a agrícola.

1.3.2. As novas procuras do Espaço Rural

A transição que o Espaço Rural tem vindo a sofrer nas últimas décadas pode ser considerada uma transição multifuncional, sendo este um espaço onde hoje existe uma “mistura variável” de Produção, Consumo e Proteção levando a uma maior complexidade e heterogeneidade na ocupação territorial. Esta transição multifuncional leva a uma reordenação destes três objetivos subjacentes à utilização do Espaço Rural por parte dos utilizadores (Holmes, 2006).

Este assunto tem sido abordado e conceptualizado por vários autores, nomeadamente por Holmes, que estuda concretamente o contexto australiano. Este autor aborda a transição da multifuncionalidade do espaço rural no contexto australiano e identifica os novos modos de ocupação, posicionando-os de acordo com as três forças motrizes: a produção, o consumo e a proteção. Sendo que o “consumo” se encontra relacionado com outras atividades não diretamente relacionadas à atividade agrícola e a “proteção” relacionada à mudança de valores da sociedade no que diz respeito à proteção de valores naturais. O esquema seguinte ilustra os novos modos de ocupação do Espaço Rural na Austrália, posicionados de acordo com as três forças motrizes principais. (Fig. 1)

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procura no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”

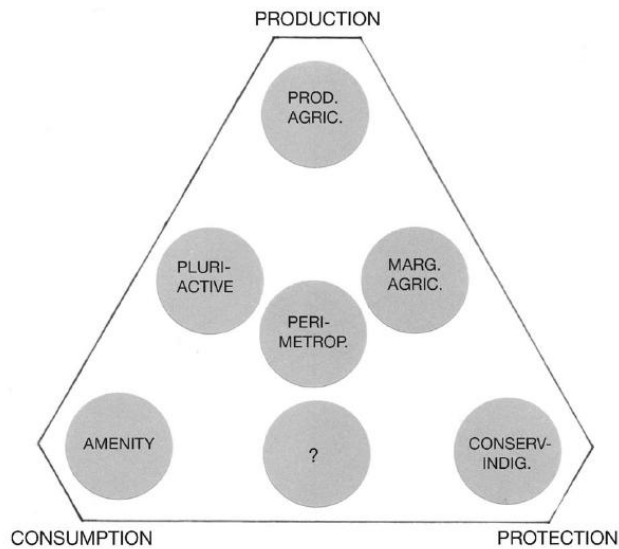


Fig. 2. Occupance modes in rural Australia, positioned according to the relative weights given to production, consumption and protection values. The depicted modes are: productivist agricultural; marginalized agricultural; pluriactive; peri-metropolitan; amenity; and conservation-indigenous.

Figura 1: Esquema dos novos modos de ocupação do Espaço Rural na Austrália. (Holmes, 2006)

Este esquema ilustra a realidade no contexto australiano mas pode ser facilmente adaptado a outras realidade, sendo que é importante ter presente que esta realidade é dinâmica no tempo e no espaço e que determinadas transformações, assim como as transformações socioeconómicas, por exemplo, podem fazer com que um determinado posicionamento seja alterado se o “peso” correspondente à proteção, ao consumo ou à produção sofrer alterações também (Holmes, 2012).

Esta multifuncionalidade do Espaço rural é assim caraterizada por duas grandes funções, as funções de produção, *commodity*, e as funções não diretamente ligadas à produção, *non-commodity* (OCDE, 2001).

“As funções podem ser definidas como bens (amovíveis) ou serviços (não amovíveis), não disponibilizados na paisagem, e que provêm às necessidades, procura e expectativas do Homem, no sentido lato, sendo assim valorizadas pela sociedade. Algumas são privadas e comercializáveis, sobretudo os produtos, e são assim designadas por comodidades, *commodity*; mas a maioria dos serviços são públicos, para os quais não existem mercados ou estes não funcionam satisfatoriamente, e são por isso designados de amenidades, *non commodity*” (Pinto-Correia, 2007, pp 68)., sendo exemplo disso, o recreio, a conservação da natureza, a qualidade de vida, a preservação dos recursos naturais, etc. (Pinto-Correia et al, 2010).

Assim, com aparecimento do “mercado das amenidades”, o Espaço Rural é cada vez mais procurado pelos urbanos atraídos pelo turismo, para residir temporária ou permanentemente ou até mesmo atraídos por oportunidades de investimento. Esta nova procura veio contribuir para que as famílias de agricultores sejam cada vez menos totalmente dependentes do setor agrícola, encontrando aqui, um mercado complementar ao que existia até então (Pinto-Correia, 2007).

Para além das alternativas orientadas para o consumo, surgem também as preocupações ligadas à gestão sustentável dos recursos e da preservação da biodiversidade e da proteção da paisagem. O aparecimento da multifuncionalidade no Espaço Rural de certa forma contribuiu para que existisse uma maior integração por parte dos serviços ambientais nos sistemas de produção agrícola. Nesta perspetiva, a grande maioria das explorações agrícolas podem ser consideradas multifuncionais, na medida em que são obrigadas a cumprir medidas ambientais no desenvolvimento das práticas agrícolas.

Os processos relacionados com a multifuncionalidade do Espaço Rural continuam a desenrolar-se criando novas possibilidades mas também novos conflitos e a necessidade de definir prioridades (Pinto-Correia *et al*, 2008). A complexidade dos vários fatores a ter em conta para as paisagens rurais tem assim vindo a crescer. Este é um desafio a ter em conta na tomada de decisão na gestão, desde a escala da exploração até à escala da administração local (Pinto-Correia, 2007).

De que forma podemos então integrar estas novas funções?

Qual é o papel dos Instrumentos de Gestão Territorial nesta integração?

“A definição de multifuncionalidade como um atributo do espaço rural, pode ser explorada por múltiplos atores, é muito mais abrangente que a multifuncionalidade do sector agrícola. Baseia-se numa reinterpretação da contribuição da agricultura para o conjunto da paisagem, e na compreensão da mudança no papel dos chefes de exploração, que passam a integrar uma comunidade mais vasta de “gestores da paisagem. Sendo que a agricultura deixa de ser o sector que suporta a economia rural, para passar a ser a economia rural a fornecer as bases de suporte da agricultura” (Pinto-Correia, 2007, pp 68). O Chefe de Exploração passa assim, a assumir um papel de destaque e sendo este um ator fundamental nas transformações do território, é essencial que a cooperação entre este e todos os outros agentes de transformação do território seja cada vez mais uma realidade.

Havendo um conhecimento destas novas procuras e destas novas funções do Espaço Rural, integra-las nos Instrumentos de Gestão territorial é indispensável de forma a evitar a ocorrência de conflitos assim como também é importante para fomentar o uso sustentável do território.

De forma a serem identificadas as procuras do Espaço Rural, surgem cada vez mais estudos que têm esse como objetivo principal, e embora em Portugal esses estudos comecem agora a ser realizados considerando-se que o caminho a seguir esteja no cruzamento dos dados deles resultantes com as propostas de Ordenamento do Espaço Rural dos Instrumentos de Gestão Territorial.

De que forma, se poderá então fazer essa relação?

1.4. Objetivos da dissertação

Sendo a temática da paisagem cada vez mais abordada, assim como a importância do contributo das populações para a sua construção e preservação considerou-se pertinente analisar de que forma a opinião pública e as suas preferências podem contribuir para a tomada de decisão no Ordenamento do Território.

Por outro lado, nos últimos anos, tem-se verificado uma mudança de procura por parte do público no que diz respeito à paisagem, sendo que esta tem vindo a ser direcionada para o Espaço Rural. A procura deste espaço para novas funções para além da função produtiva, torna-o num espaço multifuncional, onde várias atividades coabitam e se complementam contribuindo para a sustentabilidade do mesmo.

Desta forma, é essencial identificar quais as procuras dos utilizadores da paisagem, assim como também é pertinente averiguar de que modo se podem integrar estas procuras nos Instrumentos de Gestão Territorial.

Assim sendo e de modo a constituir um contributo para esta temática, o objetivo principal deste estudo, é compreender de que forma as preferências de paisagem dos utilizadores podem ser integradas nas propostas de Ordenamento do Espaço Rural, tendo como estudo de caso, o Concelho de Elvas.

1.5. Estrutura da dissertação

Esta dissertação está organizada em seis capítulos, onde se inclui a presente Introdução.

No segundo capítulo, “Materiais e Métodos”, são apresentados os elementos que se encontram na base deste estudo (Projeto ROSA e o Plano Diretor Municipal de Elvas) assim como o método utilizado na relação estabelecida entre estes dois elementos.

No capítulo três é feita a Síntese da caracterização do Concelho de Elvas em termos paisagísticos. Tal como também é identificada a proposta de ordenamento do Espaço Rural no âmbito do Plano Diretor Municipal do Concelho de Elvas.

No primeiro ponto do capítulo quatro são apresentados os resultados obtidos para o Concelho de Elvas, no âmbito do Projeto ROSA. Sendo que no segundo ponto se apresenta a adaptação das classes do *Corine Land Cover* às classes do Projeto ROSA, assim como a localização espacial das mesmas dando ênfase às classes de ocupação de solo correspondentes às preferências dos utilizadores da paisagem.

O quinto capítulo destina-se à integração das preferências de paisagem no Ordenamento do Espaço Rural, sendo feita em primeiro lugar uma análise da compatibilidade entre a ocupação de solo existente e aquilo que é proposto no âmbito do plano. Esta possível integração é discutida no ponto dois deste mesmo capítulo.

O sexto e último capítulo apresenta algumas conclusões do que foi desenvolvido e discutido nos capítulos anteriores.

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procuras no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”

2 Material e Métodos

2. Materiais e Métodos

O Plano Diretor Municipal de Elvas assim como o Projeto ROSA são os dois “elementos” base da realização deste trabalho. Da sua análise importa destacar a informação e as questões enunciadas de seguida.

2.1. Materiais

2.1.1. Plano Diretor Municipal do Concelho de Elvas

A Revisão do P.D.M. de Elvas foi elaborada pela equipa do Atelier LoDo – Arquitetura Paisagista Lda., em parceria com a Câmara Municipal de Elvas. É publicada em diário da República, II Série no dia 2 de Fevereiro de 2010, deliberação 279/2010, encontrando-se em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Em 2006, passados nove anos desde a sua entrada em vigor, o Plano Diretor Municipal do concelho de Elvas, começa a ser revisto à luz da nova legislação, pela equipa identificada anteriormente. A necessidade de revisão do Plano é justificada pela desatualização da cartografia que serviu de base à elaboração do P.D.M. mas principalmente pela necessidade de adaptação do plano à nova legislação.

“O Plano Diretor Municipal em vigor foi elaborado na vigência do Decreto-Lei 69/90 de 2 de Março, merecendo, perante o novo Quadro Jurídico do Ordenamento do Território e do Ambiente e as novas perspetivas de desenvolvimento decorrentes da implementação de Projetos Estruturantes – nomeadamente, o Projeto da Rede de Alta Velocidade (RAVE) e o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) – ser equacionado em diferentes domínios específicos, nomeadamente, ao nível:

- *Da clarificação dos conceitos e parâmetros urbanísticos, bem como, dos indicadores de ocupação;*
- *Da qualificação do solo - reavaliação da delimitação das classes de espaços, tendo presente o incremento da construção e a dinâmica económica da última década – em harmonia com a definição de uma estratégia/modelo de estruturação do território compatível com os novos desafios que se colocam;*
- *Do ajustamento da programação dos equipamentos públicos à rede urbana complementar – as cidades médias de Beja, Évora e Portalegre devem desconcentrar-se e estabelecem-se alternativas ao nível da rede complementar*

que criarão as condições para a fixação da população, ou mesmo o seu aumento, contrariando alguns índices de desenvolvimento;

- *Da programação da expansão das áreas de acolhimento de atividades económicas, nomeadamente da expansão zona industrial existente na sede de concelho – Parque de Negócios;*
- *Da programação das áreas de acolhimento de empreendimentos turísticos – em harmonia com as potencialidades do concelho e com o desenvolvimento que se perspetiva na sequência do projeto de Alqueva;*
- *Da valorização do património – natural, cultural e construído –, à luz de conceitos inovadores de desenvolvimento e da nova legislação entretanto publicada;*
- *Da definição rigorosa da estrutura viária no quadro do sistema de acessibilidades em que o Concelho se insere, tendo, nomeadamente, presente os impactes do projeto da RAVE e a localização da Plataforma Logística do Caia;*
- *Da necessidade de proceder a reajustamentos nos Perímetros Urbanos dos Aglomerados – dando resposta às necessidades locais através da opção por modelos mais ajustados e que viabilizem o desenvolvimento económico.”*
(P.D.M. Elvas – Relatório, pag.4-5)

Os elementos que compõem o P.D.M. são os seguintes:

Elementos que acompanham

- Enquadramento Regional
- Situação Atual
- Festos e Talvegues
- Hipsometria
- Declives
- Síntese Fisiográfica
- Geologia
- Solos
- Reserva Ecológica Nacional
- Reserva Agrícola Nacional
- Infraestruturas
- Património
- Património ZEP's e ZP's

- Estrutura Ecológica
- Estrutura Ecológica – Síntese
- Rede Natura 2000 – Valores Naturais
- Unidades e Valores da Paisagem
- Licenciamentos
- Licenciamentos – Freguesias

Elementos que constituem

- Planta de Ordenamento – Norte
- Planta de Ordenamento – Sul
- Perímetro Elvas/Caía
- Perímetro Barbacena
- Perímetro Santa Eulália
- Perímetro São Vicente e Ventosa
- Perímetro Terrugem
- Perímetro Vila Boim
- Perímetro Vila Fernando
- Condicionantes – Norte
- Condicionantes – Sul
- Património ZEP's e ZP's
- Condicionantes Defesa Nacional
- Condicionantes Elvas /Caia
- Condicionantes Freguesias Rurais
- Regulamento

2.1.2. Projeto ROSA

O Projeto ROSA – Contributos para a identificação da procura social das paisagens no Alentejo foi realizado em vários concelhos dos quais se retirou uma amostra do universo de utilizadores da paisagem do Alentejo, sendo o objetivo principal a identificação das preferências de paisagem expressa através da escolha entre imagens relativas a classes de ocupação de solo e da composição de um mosaico com essas mesmas classes. Este Projeto da responsabilidade do ICAAM (Instituto de

Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas) – Universidade de Évora decorreu de 2009 a 2011.

A avaliação das preferências do público em relação à paisagem rural é um domínio sobre o qual se tem produzido ainda relativamente pouco conhecimento em Portugal, contudo são já alguns os estudos sobre esta temática, em que para além do Projeto ROSA se destacam também, o “Projeto MURAL – Multifuncionalidade à escala da paisagem da exploração e a marginalização agrícola”, desenvolvido entre 2007 e 2009 no município de Castelo de Vide, pela equipa do ICAAM e o estudo *“Landscape preferences in the Cork Oak Montado in the region of Alentejo, Southern Portugal: searching for valuable Landscape characteristics for different user groups”*, desenvolvido por Diana Surova. Apesar das preferências do público serem referenciadas em vários documentos estratégicos, não existe ainda informação necessária disponível para suportar a tomada de decisão. Todavia, podemos tomar como exemplo estudos já ensaiados noutros países, tanto ao nível regional como local, que mostram que existem metodologias que permitem progressos relevantes neste sentido, e que através da realização de inquéritos se conseguem obter resultados reveladores (Sayadi et al, 2009; Yu, 1995).

No contexto do Projeto ROSA, a avaliação das preferências de paisagem dos diferentes grupos é feita através da escolha de fotografias de determinadas ocupações de solo. Aos inquiridos foram apresentadas fotografias de diferentes ocupações de solo representativas de paisagens do Alentejo. A apresentação de fotografias onde é fácil identificar qual a ocupação dominante, facilita a identificação por parte do inquirido no que diz respeito às suas paisagens preferidas tornando a resposta muito mais clara e objetiva.

As fotografias apresentadas são, assim, elementos representativos de paisagens tradicionais do Alentejo, no entanto, as imagens apresentadas correspondem a fotografias manipuladas de onde resultaram imagens simplificadas e exemplificativas.

A utilização de fotografias manipuladas em estudos sobre a preferência de paisagem é prática comum por se considerar que a apresentação de fotografias reais torna o processo de identificação das preferências mais confuso para os inquiridos. Nas paisagens mediterrânicas, os sistemas agrícolas apresentam, normalmente, uma sobreposição de várias manchas de ocupação de solo, tendo como exemplo o montado onde para além do coberto arbóreo está também presente o subcoberto, com maior ou menor densidade originando esta sobreposição, um padrão de paisagem

confuso que pode ser dificilmente percecionado pelos utilizadores da paisagem (Barroso, 2011).

Por outro lado, o resultado da pesquisa nesta área também demonstra que determinados padrões de ocupação de solo estão intimamente relacionados com determinadas funções, podendo estas fotografias constituírem ferramentas base para a avaliação da procura de paisagens por grupos específicos. A manipulação de fotografias torna-se, portanto, mais vantajosa no direcionar da atenção sobre o objeto de estudo em questão, a paisagem rural no Alentejo (Barroso, 2011). Tornando também mais fácil relacionar as paisagens identificadas com a cartografia existente.

A grande questão deste Projeto prende-se com a identificação de paisagens que melhor se adaptam a determinadas funções de amenidade, assim como, a caça, o ecoturismo, o turismo, o suporte de identidade, a qualidade de vida, etc.

Da realização deste Projeto esperavam-se os seguintes resultados:

“- Definição de grandes tipos de visões/expectativas dos utilizadores face à paisagem rural do Alentejo, e caracterização do perfil dos grupos a que correspondem essas visões.

- Identificação da forma como os vários tipos de paisagem (por padrões de ocupação do solo) da região do Alentejo, se adequam a cada função, e como melhor combinam várias funções; identificação dos aspetos, a na composição da paisagem, que condiciona a procura para cada uma das funções.

- Definição de indicadores que permitam a monitorização do potencial da paisagem, para cada função, e para um conjunto de funções.

- Identificação de paisagens específicas de referência.

- Identificação de paisagens que os utilizadores considerem negativas” (Surova e Pinto Correia, 2012).

Para a sua implementação foram selecionados dez concelhos amostra na região do Alentejo: Montemor-o-Novo, Grândola, Castelo de Vide, Serpa, Reguengos de Monsaraz, Almodôvar, Vidigueira, Ferreira do Alentejo, Ponte de Sor e Elvas. Tendo sido inquiridos utilizadores da paisagem, pertencentes a vários grupos: Chefes de exploração, Caçadores, Turistas e Eco-Turistas, População em geral, Novos Rurais e pessoas com Segunda Residência.

Deste estudo esperava-se *“identificar padrões de respostas, de acordo com os diferentes grupos de utilizadores da paisagem, permitindo criar intervalos de proporção de classes de ocupação de solo correspondentes às paisagens mais preferidas, menos preferidas e neutras”* (Machado et al, 2008).

2.2. Método

2.2.1. Análise do Plano Diretor Municipal do Concelho de Elvas

Embora tenham sido consultados vários elementos constituintes do P.D.M., apenas foram alvo de uma análise mais profunda, os elementos, de onde foi possível retirar informação para o desenvolvimento desta temática. Assim sendo, analisaram-se as Plantas de Ordenamento (Esc.: 1:25 000), e o desenho de Unidades e Valores da Paisagem (Esc.: 1:50 000), no que diz respeito a peças desenhadas. Relativamente a peças escritas, foi analisado o Regulamento e os capítulos “Análise Biofísica” e “Ordenamento” do relatório que acompanha o P.D.M.

As informações retiradas do desenho de unidades e Valores da Paisagem, tal como do capítulo “Análise Biofísica” do P.D.M. constam do capítulo 3, “Caracterização do Concelho de Elvas em termos paisagísticos e Proposta de Ordenamento do Espaço Rural no âmbito do P.D.M. do Concelho de Elvas”, da presente dissertação. O mesmo capítulo reúne informação retirada do capítulo “Ordenamento”.

Também o capítulo 5 deste estudo, “Integração das preferências de paisagem no Ordenamento do Espaço Rural do Concelho de Elvas”, foi elaborado com base na informação retirada da Planta de Ordenamento, do capítulo “Ordenamento” do Relatório e do Regulamento do P.D.M.

2.2.2. Análise feita no âmbito do Projeto ROSA

Na elaboração deste estudo foram utilizados os dados resultantes dos inquéritos realizados, no âmbito do Projeto ROSA, no Concelho de Elvas.

No Concelho de Elvas foram inquiridos 104 utilizadores da paisagem, dos quais, 7 Habitantes do concelho, 13 habitantes oriundos de concelhos com uma componente mais urbana que entretanto se fixaram neste meio mais rural, chamados de Novos Rurais e 7 indivíduos que possuem no Concelho de Elvas uma Segunda Residência.

Com uma ligação mais direta à agricultura foram inquiridos 20 Chefes de exploração (expressão utilizada por estes serem “gestores da exploração” e não somente agricultores).

Um grupo de 20 Caçadores foi também incluído neste estudo, sendo este um grupo heterogéneo, abrangendo caçadores de caça maior e caça menor que frequentam um ou vários tipos de reservas (turísticas, associativas e municipais).

Para além de indivíduos com uma ligação mais próxima ao concelho, foram também inquiridos indivíduos que procuram este espaço para a realização de atividades de lazer, tal como 14 Turistas que se deslocaram ao território concelhio individualmente, em grupo particular ou em grupo organizado e 11 Ecoturistas que procuram o concelho para um turismo com uma vertente mais ambiental, para a contemplação da natureza ou para a prática desportiva como caminhada, bicicleta todo o terreno, equitação, etc.

Foram também inquiridos 12 Visitantes regulares, sendo estes, indivíduos que visitam o concelho com alguma regularidade, por diversos motivos: gosto próprio, visita a família ou amigos, por razões profissionais, etc.

De forma a simplificar a análise das preferências e também para tornar mais evidentes as escolhas de cada grupo, dado que a amostra é relativamente pequena, efetuou-se uma junção de alguns dos grupos identificados de acordo com as suas semelhanças, sendo o resultado final o seguinte: Habitantes (Habitantes e habitantes Novos Rurais), Chefes de exploração, Caçadores, Visitantes (habitantes com Segunda Residência e Visitantes Regulares) e Turistas (Turistas e Ecoturistas).

Os dados resultantes dos 104 inquéritos realizados devem ser tomados como indicativos, e não como representativos do universo de utilizadores do Concelho. Para a análise no Projeto ROSA foi estipulado construir uma amostra com um determinado número de inquiridos para cada grupo de utilizador, sendo a amostra distribuída por vários concelhos do Alentejo, e sem preocupação de representatividade estatística para cada concelho. Desta forma, e uma vez que neste estudo apenas se examina um concelho, o número de inquéritos realizados dá-nos uma expressão indicativa da

distribuição das preferências da paisagem. Considera-se que a amostra de 104 inquiridos caracteriza os diferentes grupos, dado que se identifica uma certa homogeneidade nas respostas obtidas dentro de cada grupo.

Aos inquiridos apresentou-se um questionário (Anexo I), acompanhado de um suporte em papel com 16 fotografias de diferentes tipos de ocupação do solo que caracterizam a paisagem rural da região do Alentejo. As ocupações de solo apresentadas correspondem a classes do *Corine Land Cover*, sendo que os termos utilizados para a denominação das ocupações de solo, na realização dos inquéritos, tenham sido adaptados a termos mais familiares para os inquiridos.

As fotografias (figuras 2 a 5) que servem de apoio às respostas dos inquiridos são exemplo das seguintes ocupações de solo:

- Cereal (termo utilizado para denominar culturas arvenses de sequeiro)
- Cultura Irrigada (cultura incluída num sistema de regadio, como por exemplo, tomate)
- Arrozal
- Vinha
- Pomar
- Olival Tradicional
- Pastagem Irrigada
- Mosaico (termo utilizado para denominar uma determinada área ocupada por pequenas parcelas de diversos tipos de ocupação de solo)
- Montado
- Eucaliptal
- Pinhal (Pinheiro manso)
- Floresta Mista



Figura 2, 3, 4 e 5: Fotografias utilizadas no Projeto ROSA (suporte de apoio às respostas dos inquiridos).

- Pastagem Natural
- Matos altos em terra florestal
- Mastos baixos em terra agrícola
- Olival Intensivo

O questionário é composto por 6 grupos de questões, através das quais se pretenda identificar qual o papel da agricultura no Alentejo e as expectativas para o futuro; quais as preferências dos utilizadores do Espaço Rural e que tipo de relação estabelecem com este espaço; quais as paisagens de referência e qual a composição de uma paisagem ideal.

Com o primeiro grupo de questões, “Relação com a região Alentejo” pretende-se identificar que tipo de relação o utilizador da paisagem estabelece com a região do Alentejo, reconhecendo a que grupo (Habitantes, Habitante Novo-Rural, Chefe de Exploração, Pessoa com 2ª Residência, Visitante Regular, Turista e Eco-Turista) pertence.

O segundo grupo “Caracterização Social e Inserção Geográfica do Inquirido”, para além de uma identificação da situação socioeconómica dos inquiridos (Nacionalidade, Situação Profissional, Escolaridade, Género, etc.) identifica também que tipo de ligação o inquirido tem com a agricultura, local de residência, etc.



Figura 6, 7, 8 e 9: Fotografias utilizadas no Projeto ROSA (suporte de apoio às respostas dos inquiridos).

No terceiro grupo “Paisagens de referência”, é pedido aos inquiridos que identifiquem uma “imagem” representativa do Alentejo e que possa de certa forma servir de “cartão-de-visita” para alguém que viva no estrangeiro. Neste mesmo grupo, é também pedido aos inquiridos que identifiquem uma “imagem” representativa de um aspeto problemático ou negativo do Alentejo.

O quarto grupo “Afirmções” é formado por quatro questões, sobre as características do Alentejo e suas tendências futuras. Em cada uma das afirmações, o inquirido podia escolher duas das hipóteses que lhe eram apresentadas.

No quinto grupo “Preferências”, os inquiridos são confrontados com as suas preferências no que diz respeito ao tipo de ocupação de solo preferidas e menos preferidas. Das 16 fotografias apresentadas os inquiridos podiam escolher até três ocupações mais preferidas e da mesma forma, até três ocupações menos preferidas.

O sexto e último grupo “Composição” permite que os utilizadores da paisagem expressem a sua paisagem ideal. Tendo por base, as 16 fotografias (dos diferentes tipos de ocupação de solo), os inquiridos podem escolher até 5 fotografias diferentes, de forma a fazerem a sua composição ideal.

Os dados referentes ao terceiro e ao sexto grupo não foram utilizados neste estudo por se considerar que os dados resultantes dos restantes grupos de questões permitiam uma análise mais clara das preferências dos utilizadores. Os resultados dos dados referentes às restantes questões encontram-se no Capítulo 4 (Preferências de Paisagem do Concelho de Elvas) desta dissertação.

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procura no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”

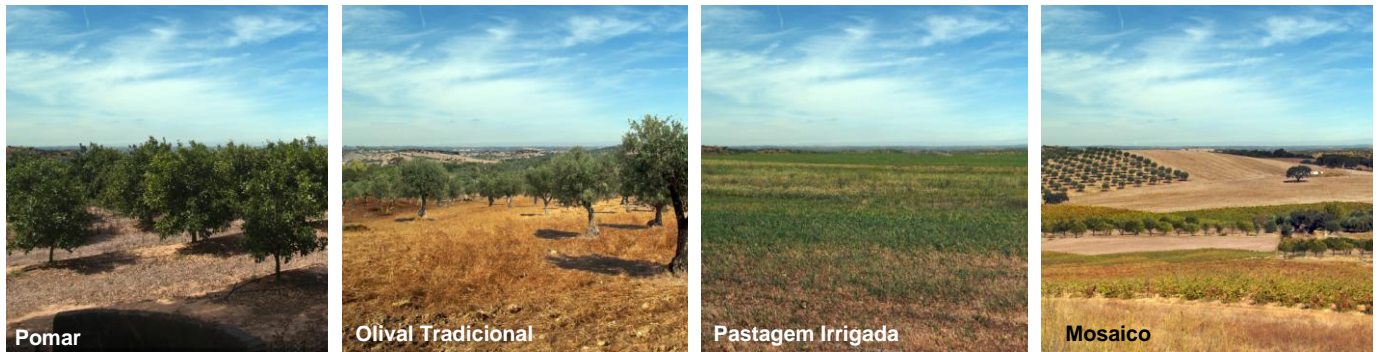


Figura 10, 11, 12 e 13: Fotografias utilizadas no Projeto ROSA (suporte de apoio às respostas dos inquiridos).

De forma a examinar os dados resultantes do Projeto ROSA no Concelho de Elvas, estes foram integrados numa base de dados, categorizados e realizada uma análise estatística simples.



Figura 14, 15, 16 e 17: Fotografias utilizadas no Projeto ROSA (suporte de apoio às respostas dos inquiridos).

2.2.3. Integração das preferências de paisagem no Ordenamento do Espaço Rural do Concelho de Elvas

Apesar do objetivo deste estudo ser identificar o que os utilizadores da paisagem procuram no Espaço Rural do Concelho de Elvas e por outro lado compreender de que forma as preferências podem ser integradas nas propostas dos Instrumentos de Gestão Territorial, considerou-se pertinente em primeiro lugar analisar o Plano existente e a sua relação com a ocupação de solo rural, ou seja estabelecer uma

relação entre aquilo que é proposto pelo Plano Diretor Municipal e a ocupação de solo existente.

Esta análise permite-nos que antes de ser feita uma “avaliação” do que é procurado pelos utilizadores da paisagem possamos verificar se aquilo que estes utilizadores apontam como mais e menos preferido existe no Concelho, qual a presença de cada ocupação de solo e fazer uma comparação entre o que realmente existe e o que seria de esperar caso fossem implantadas as indicações do Plano.

Pretende-se, com esta primeira análise, verificar se existe compatibilização entre o real e o proposto tendo para isso sido efetuada uma sobreposição entre a ocupação de solo existente e a proposta de Ordenamento do Território para o Espaço Rural.

A distribuição espacial das classes de ocupação de solo do Concelho é identificada tendo por base o *Corine Land Cover* (2006), sendo esta escolha justificada por ter sido a base utilizada na realização do Projeto ROSA. À ocupação de solo existente são sobrepostas as classes de ocupação de espaço propostas pelo Ordenamento do Espaço Rural do Plano Diretor Municipal de Elvas. Posteriormente e tendo em conta esta sobreposição, é analisada a relação entre a ocupação de solo existente no Concelho com a proposta de Ordenamento do Espaço Rural de forma a que se possa verificar se existe ou não compatibilidade entre ambos.

A sobreposição destes dois elementos (Projeto ROSA e P.D.M de Elvas) pode não refletir conclusões muito precisas dado que é estabelecida a relação entre o Projeto ROSA elaborado à escala regional e o P.D.M. elaborado à escala local, o que pode também constituir algumas dificuldades no que diz respeito a questões mais práticas, uma vez que é sobreposta a Planta de Ordenamento do P.D.M elaborada à escala 1: 25 000 e o *Corine Land Cover* (2006), elaborado à escala 1: 100 000. Visto que, o que se pretende nesta dissertação é encontrar uma metodologia para esta temática, considera-se que esta diferença de escalas não é problemática, contudo, aconselha-se que para análises mais precisas, os limites das classes de ocupação de solo do *Corine Land Cover* (2006) sejam ajustados à escala local.

Da sobreposição entre estes dois elementos resultam três classes de compatibilidade:

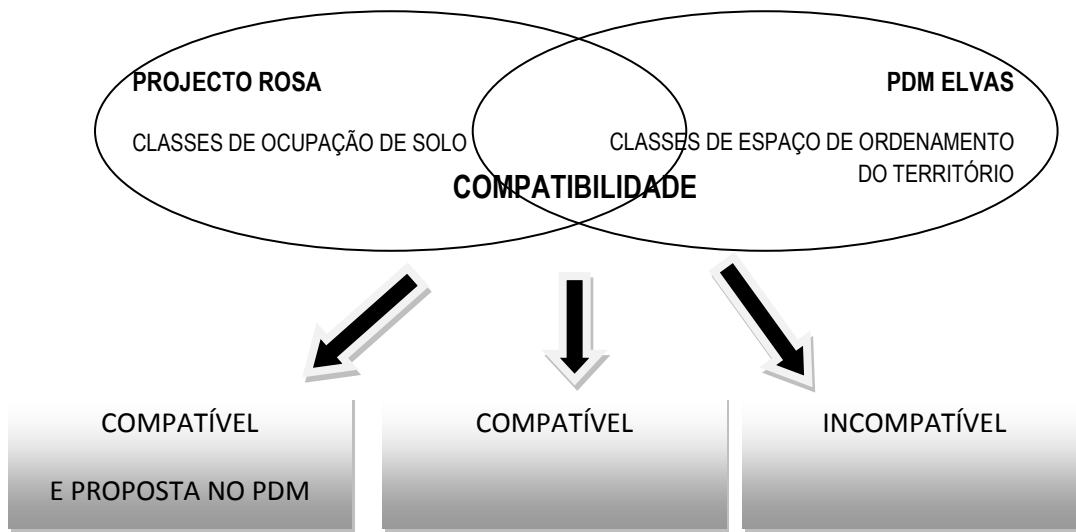


Figura 18: Esquema ilustrativo do método utilizado para a obtenção da compatibilização existente entre as Classes de ocupação de solo utilizadas no Projeto ROSA e as Classes de Espaço de Ordenamento do Território do P.D.M. de Elvas.

OCUPAÇÃO COMPATIVEL – quando a ocupação de solo existente no Concelho é compatível com a categoria de espaço atribuída na proposta de ordenamento do espaço rural do P.D.M. de Elvas.

Exemplo: Considera-se existir compatibilidade numa determinada área ocupada por “Cultura Irrigada” que, no âmbito do Plano, foi classificada de “Espaço Agrícola preferencial (solos da RAN).”

OCUPAÇÃO COMPATIVEL E PROPOSTA NO PDM – quando a ocupação de solo existente no Concelho, para além de ser compatível com a categoria de espaço atribuída na proposta de ordenamento do espaço rural do P.D.M. de Elvas, é também a ocupação desejável, no sentido de ir ao encontro daquilo que é contemplado no âmbito do P.D.M.

Exemplo: Considera-se “Compatível e Proposta no PDM” uma determinada área ocupada por “Cultura Irrigada” que, no âmbito do PDM, é classificada de “Espaço Agrícola de Regadio.”

OCUPAÇÃO INCOMPATÍVEL – quando a ocupação de solo existente no Concelho é incompatível com a categoria de espaço atribuída na proposta de ordenamento do espaço rural do P.D.M. de Elvas.

Exemplo: Considera-se existir incompatibilidade numa determinada área ocupada por “Cultura Irrigada” que, no âmbito do PDM é classificada de “Espaço Agro-Silvo-Pastoril.”

Numa primeira fase, estas classes de compatibilização permitem-nos avaliar se a ocupação de solo existente no Concelho vai ou não ao encontro daquilo que é proposto no âmbito do P.D.M. Por outro lado, efetuada esta análise torna-se possível, identificar se as ocupações de solo mais preferidas e menos preferidas pelos utilizadores são ou não compatíveis com o que é proposto pelo Plano. Isto permite-nos também refletir sobre que alterações o território poderia vir a ser sujeito no caso de serem integradas nas propostas de Ordenamento do Território, as preferências dos utilizadores.

Numa fase final, são discutidos os resultados obtidos e indicadas algumas recomendações no que diz respeito ao ordenamento do espaço rural. Estas recomendações têm como principal “alvo” todos os agentes de transformação do território concelhio, nomeadamente, as entidades municipais, para que, futuramente, as linhas estratégicas dos planos de ordenamento ou de qualquer outro projeto, para além de serem orientadas tendo por base as características do território, possam também ter em conta as preferências dos utentes desses espaços.

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procuras no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”

3 Caracterização do Concelho de Elvas em termos paisagísticos

e

Proposta de Ordenamento do Espaço Rural no âmbito do P.D.M. de Elvas

3. Caraterização do Concelho de Elvas em termos paisagísticos e Proposta de Ordenamento do Espaço Rural no âmbito do Plano Diretor Municipal de Elvas

O presente capítulo destina-se à caraterização do Concelho de Elvas em termos paisagísticos. Sendo o Plano Diretor Municipal de Elvas um dos elementos base da realização deste trabalho e uma vez que deste já consta uma caraterização do Concelho, considerou-se pertinente recolher alguma da informação presente no mesmo. Desta forma, a grande maioria da informação apresentada neste ponto é extraída integralmente dos capítulos “Análise Biofísica” e “Paisagem” do Relatório do P.D.M. de Elvas.

No que diz respeito à Proposta de Ordenamento do Espaço Rural e uma vez que este ponto se resume à apresentação daquilo que foi proposto pela equipa responsável pela elaboração do Plano, também esta informação é retirada quase na sua totalidade do Relatório do Plano, capítulo “Ordenamento”.

3.1. Caraterização do Concelho de Elvas em termos paisagísticos

3.1.1. Análise Biofísica

3.1.1.1. Festos e Talvegues

“Esta análise, consiste na marcação das linhas de cumeada, de cotas mais altas ou de separação de águas – Festos e as de cotas mais baixas ou de drenagem natural – Talvegues. (Fig. 8)

A marcação destas linhas fundamentais do relevo permite a interpretação fisiográfica do território e o seu funcionamento orgânico. Permitindo ainda esclarecer sobre o processo dos circuitos, no que diz respeito à Circulação Hídrica; às Massas Atmosféricas, ou até a sistemas de percursos utilizados pelo homem e que empiricamente se relacionam com estas linhas. A análise das linhas fundamentais permitirá, fazer também algumas interpretações relacionadas com a hidrologia, clima e microclima, perceção da paisagem, etc.

Os Festos e Talvegues são marcados segundo a sua importância relativa, em relação com as bacias hidrográficas que drenam ou que delimitam. Assim os talvegues ganham importância de montante para jusante, ao contrário dos festos. Partindo desta

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procura no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”

estrutura fisiográfica são definidas as Bacias Hidrográficas, que constituem unidades territoriais importantes para o conhecimento do território. É possível distinguir nas Bacias Hidrográficas uma hierarquização que vai ganhando importância de montante para jusante, sem prejuízo da sua dimensão relativa.

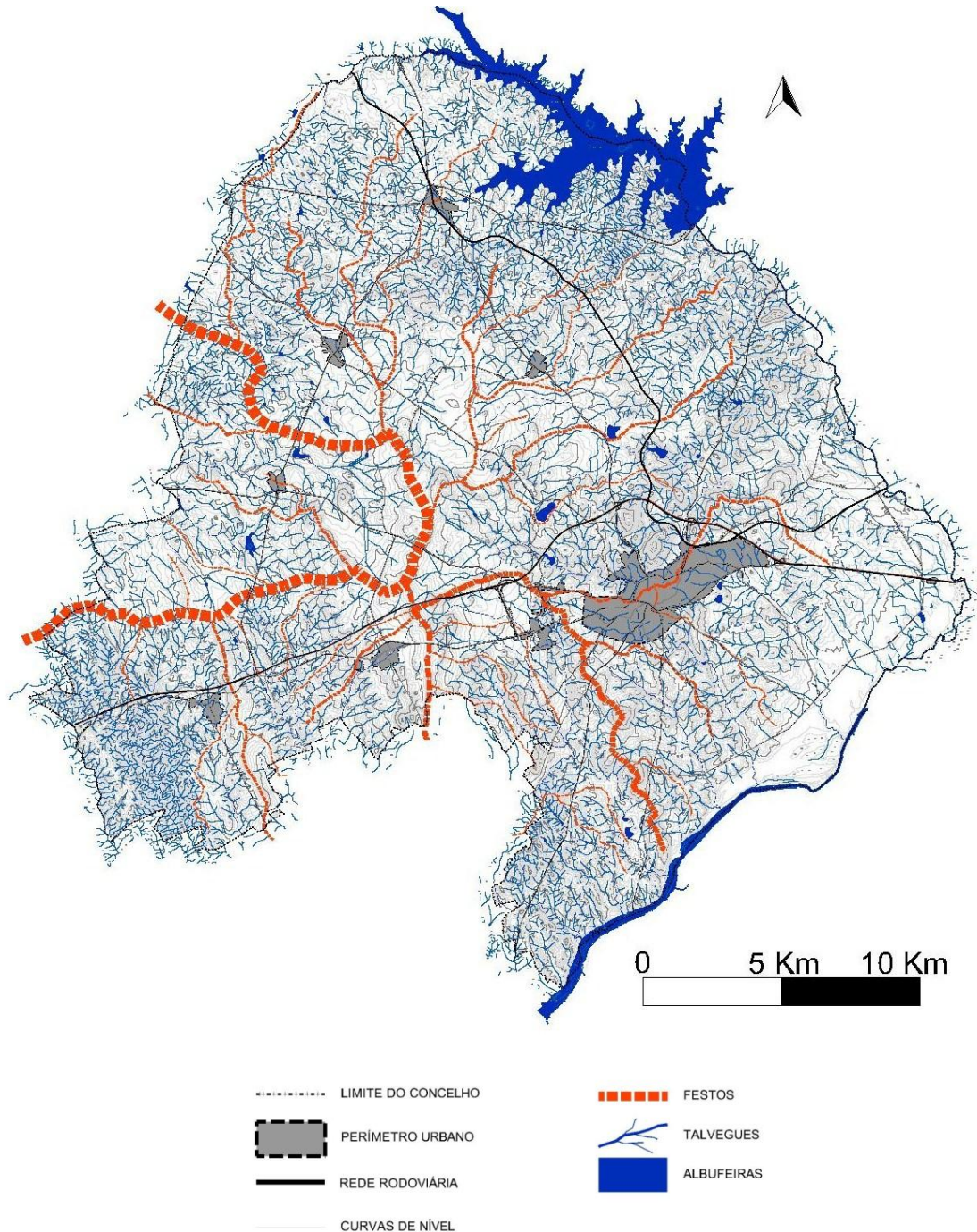


Figura 19: Identificação dos Festos e Talvegues do Concelho de Elvas e respetiva legenda.

No caso da área em estudo, as linhas fundamentais, terão uma importância relativa, adequada à escala de trabalho, devendo ser enquadrada pela análise da estrutura

fisiográfica da envolvente. Quando se refere, área em estudo, esta deve ser compreendida, como a área circunscrita pelo limite de intervenção. Este limite abrange uma área de cerca de 631,37 km².

Estamos numa área de relevo suave a ondulado, onde por vezes surgem algumas elevações de declive mais acentuado. A diferença de cotas, é de cerca de 280 a 300m entre a cota mais baixa e a cota mais elevada, dentro do limite da área em estudo. É detetado um festo principal a Oeste do concelho, festo este que faz a divisão das bacias hidrográficas do Tejo e Guadiana. Existem festos secundários que fazem a separação das diferentes bacias existentes no concelho, são festos com uma menor importância em relação ao primeiro anteriormente referido, mas importantes do ponto de vista concelhio.

As linhas de festo e talvegue, quando se intercetam definem pontos ou centros de concentração de fluxos, ou circuitos, constituindo os Pontos Notáveis da Paisagem. Estes pontos são designados por Centros de Encontro e Centros de Distribuição, correspondendo respetivamente à confluência de vales e ponto de interceção de festos. Estes pontos notáveis da paisagem, estão também relacionados com os circuitos de fluxos (hídricos e atmosféricos), constituindo como pontos de troca, e acumulação de fluidos” (P.D.M. – Relatório, pag.30).

3.1.1.2. Hipsometria

“Da análise hipsométrica pretende-se uma melhor perceção do relevo através da explicitação de zonas compreendidas entre curvas de nível de cotas significativas para a definição de aspetos morfológicos e de zonamento. Às zonas estabelecidas pelas curvas de nível de cotas consideradas, designam-se por zonas hipsométricas. Ao analisar a carta resultante conclui-se que a área em estudo, se encontra numa zona onde a variação entre a cota mais elevada, 499m, e a cota mais baixa, 158m; o que caracteriza um relevo pouco acentuado, para a extensão da área em estudo. (Fig. 9)

Foram definidas 9 classes de declives iniciando-se na cota mais baixa e terminando na cota mais elevada. A primeira classe compreende cotas entre 158 e 165m, seguem-se as classes de 165 a 205m, de 205 a 245m, de 245 a 285m, de 285 a 325m, de 325 a 365m, de 365 a 405, de 405 a 445, terminando na classe de 345 a 499m (valor da cota mais elevada). Como se pode ver na carta hipsométrica, as classes hipsométricas têm um desenvolvimento “radial” relativamente aos dois pontos mais altos, assinalados

pelos marcos geodésicos de Vila Boim 499,1 e Atalaia Sapateiros 475,7. Na expressão territorial das classes hipsométricas destacam-se as classes mais baixas associadas aos vales dos Rios Caia e Guadiana, classe de 158 a 165m, à classe de 245 a 285m, o conjunto destas duas classes perfaz cerca de 60% da área total do concelho. Sucedendo-se, por ordem de expressão, a classe de cotas entre 285 a 325m e a classe de 325 a 365m. As restantes classes encontram-se concentradas no centro-sul do concelho em torno dos pontos altos já referidos e esporadicamente em alguma elevação que se destaca no relevo suave a plano, como são os casos do Forte da Graça e Serra da Malefa” (P.D.M. – Relatório, pag.36).

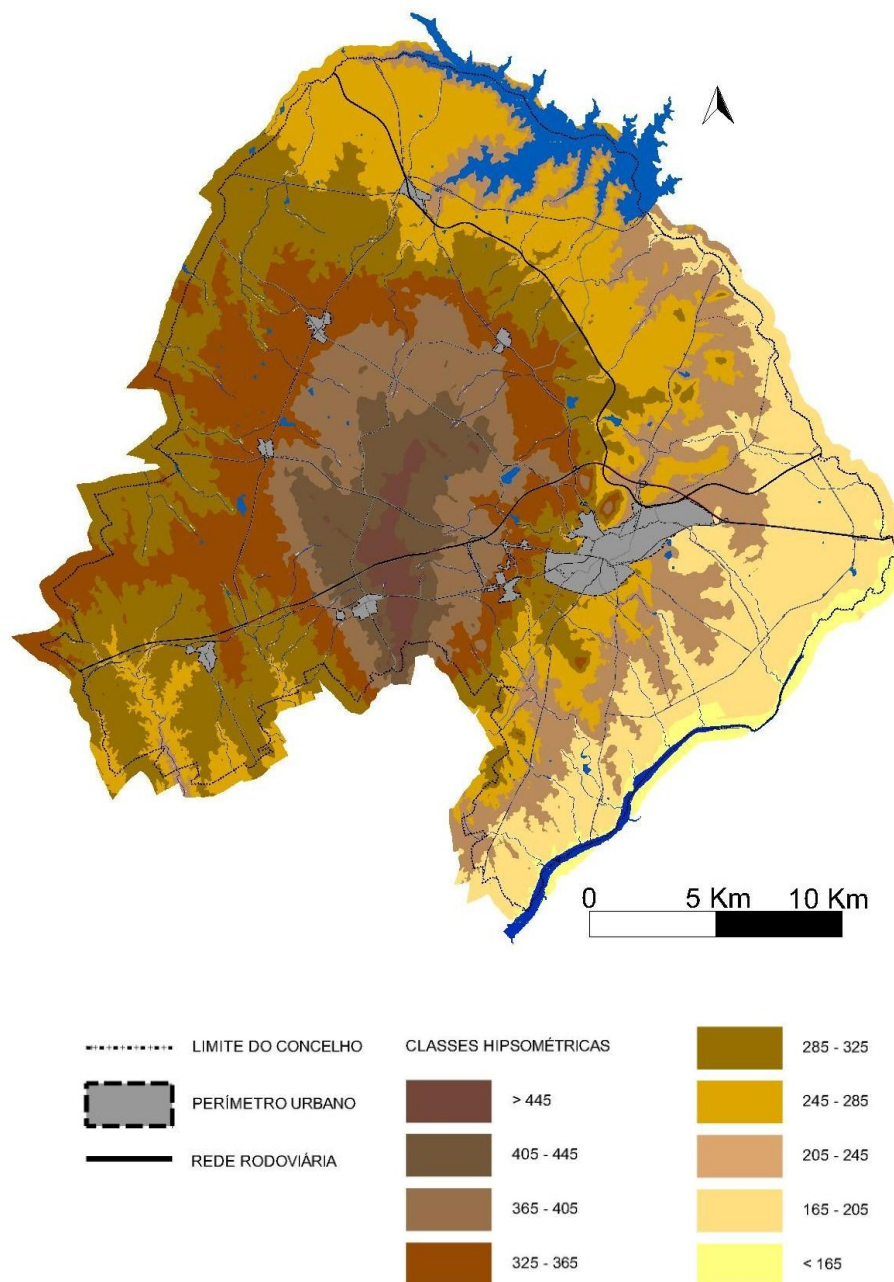


Figura 20: Carta Hipsométrica do Concelho de Elvas e respetiva legenda.

3.1.1.3. Declives

“Esta análise permite a caracterização com maior pormenor e objetividade, por introduzir o facto quantitativo à interpretação do relevo. A carta de declives resulta da marcação dos declives das encostas segundo classes representativas de diferenciação segundo diversas abordagens, nomeadamente, a escala do trabalho, o acidentado do terreno e os objetivos do estudo” (P.D.M. – Relatório, pag.37).

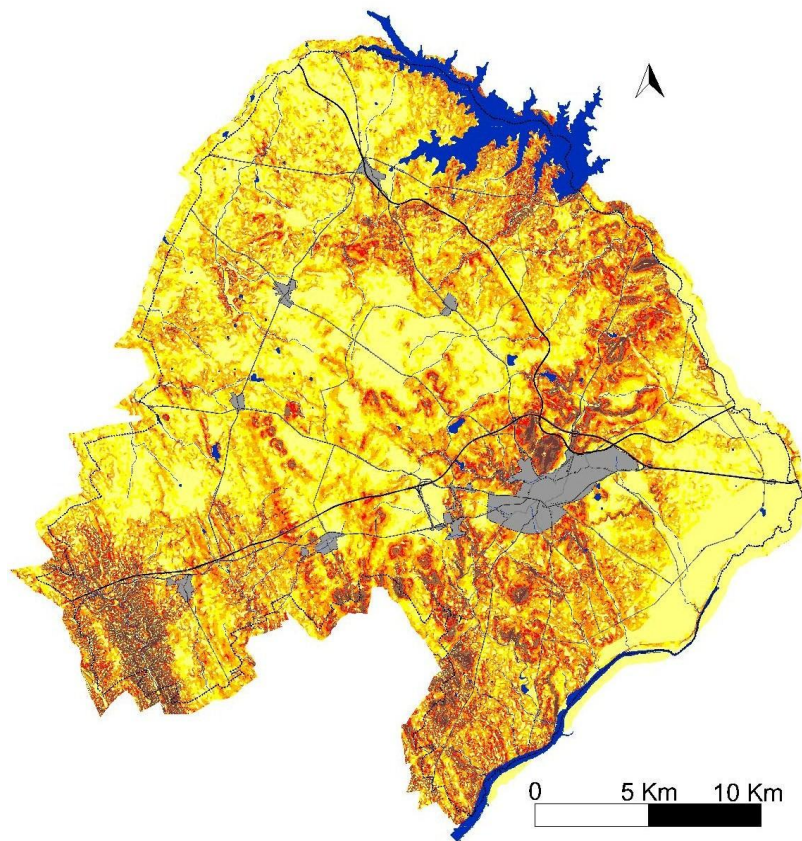
Foram encontradas, para o Concelho de Elvas, sete classes de declive, a quadro seguinte expõe a relação entre as diferentes classes, as percentagens e os riscos de erosão associados a cada classe, assim como os usos compatíveis no que diz respeito ao recreio e à implementação de espaços verdes, assim como de edificação:

RISCOS DE EROÇÃO ¹	CLASSE/ RELEVO	%	RECREIO / ESPAÇOS VERDES	EDIFICAÇÃO
NULOS A LIGEIOS	A Plano	0 a 3%	de (2 a 6%), limitações moderadas para zonas de jogos intensivos.	até 2% por vezes apresentam-se problemas de drenagem hídrica e atmosférica.
LIGEIOS	B Suave	3 a 5%	de (6 a 10%), limitações severas para zonas de jogos intensos.	de (5 a 10%), apto para construção com movimentos de terra moderados. embora a partir do 8%, se ponham já problemas maiores ou menores consoante a dimensão das instalações.
LIGEIOS A MODERADOS	C Suave a Moderado	5 a 8%	de (6 a 12%) limitações moderadas para parques de campismo e zona de merendas.	
MODERADOS	D Moderado	8 a 12%	até 10%, limitação usual para caminhos de peões.	
MODERADOS A ELEVADOS	E Moderado a Acentuado	12 a 16%	de 12 a 18%, limitações moderadas para caminho se peões.	de 10 a 15%, apto para construção com movimento de terras já importante.
ELEVADOS	F Acentuado	16 a 25%	de 12 a 20% desejável só para trilhos de peões.	
ELEVADOS A MUITO ELEVADOS	G Muito acentuado	> 25%	a partir de 18% limitações severas para caminhos de peões e indesejável para o recreio ativo.	a partir de 16% até 25% (ou mais) há um grande encarecimento da construção de edifícios e infraestruturas devido à necessidade de grandes movimentos de terras.

¹ Os riscos de erosão, dependem não só do declive, mas também do tipo de solo e sua suscetibilidade à erosão, coberto vegetal, uso e práticas culturais

Quadro 1: Classes de Declive identificadas para o Concelho de Elvas, no âmbito do P.D.M.

“Da carta de declives (fig.10) conclui-se que a área, em estudo, apresenta um claro domínio em declives da classe A. As classes de declives seguintes, por ordem decrescente de expressão, é a classe B, C e D.. As restantes, classes de declives, apresentam uma expressão bastante reduzida. Em grande parte, a área em estudo, apresenta declive de classe A, correspondendo a zonas côncavas e convexas associadas aos vales dos rios Caia e Guadiana e à zona alta central aplanada de cabeceira de linhas de água. Esta análise permite compreender a suavidade do relevo, irregular apenas em algumas áreas” (P.D.M. – Relatório, pag.37).



NOTA: Dado que não foi possível obter a legenda do presente desenho, entenda-se que esta é apenas uma figura ilustrativa, sendo que as cores mais fortes correspondem aos declives mais acentuados e as cores mais claras aos declives menos acentuados.

Figura 21: Carta de declives do Concelho de Elvas.

3.1.2. Paisagem

No âmbito do Plano Diretor Municipal, a análise efetuada sobre este tema teve como referência, o estudo “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental”. Este estudo define unidades de paisagem para todo o

território português, tendo estas unidades, características relativamente homogêneas, com um padrão específico que se repete no seu interior e as diferencia das suas envolventes (Cancela d'Abreu *et al*, 2004). A sua definição teve como base a combinação da dimensão paisagística, ecológica, cultural, socioeconómica e sensorial.

Deste estudo resultou a identificação, de quatro unidades de paisagem que abrangem o Concelho de Elvas, a unidade n.º89 – Peneplanície do Alto Alentejo, a unidade n.º90 – Colinas de Elvas, a unidade n.º91 – Várzeas do Caia e Juromenha e a unidade n.º102 – Terras de Alandroal e Terena. (Fig. 11)

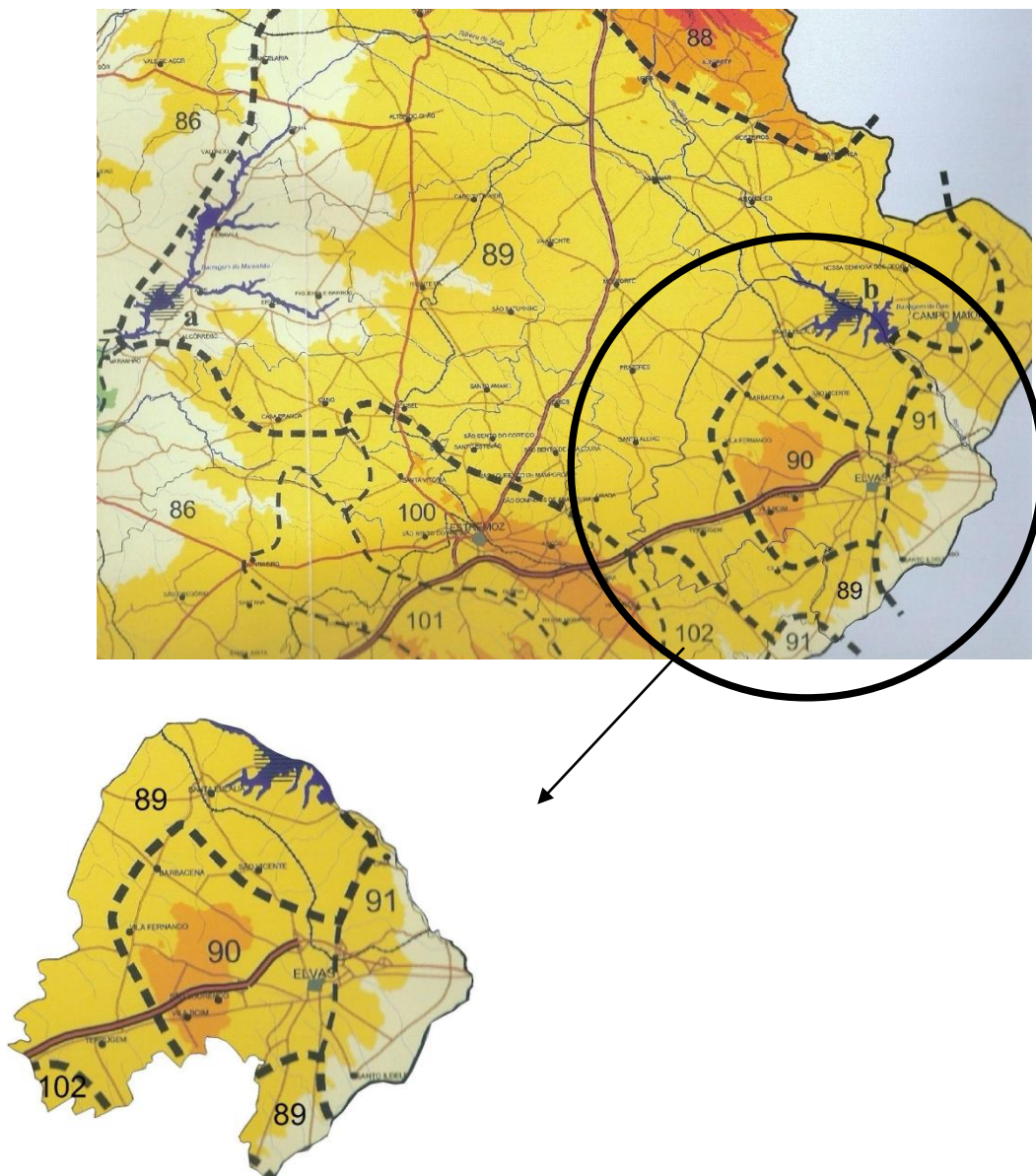


Figura 22: Identificação das Unidades de paisagem do Concelho de Elvas: Unidade 89 – Peneplanície do Alto Alentejo, Unidade 90 – Colinas de Elvas, Unidade 91 – Várzea do Caia e Jerumenha e Unidade 102 – Terras de Alandroal e Terena. (Imagem adaptada de Cancela d'Abreu *et al*, 2004)

A “Peneplanície do Alto Alentejo” acompanha todo o contorno do Concelho de Elvas deste a zona Nordeste até à zona Sudoeste e caracteriza-se por uma extensa peneplanície, suavemente dobrada, tendo como paisagem dominante, *“o montado de azinho com densidades variáveis mas em geral bastante aberto, quase só interrompido por um mosaico agrícola mais diversificado na proximidade dos aglomerados. No geral trata-se de um montado bem cuidado, que se prolonga em extensões quase infindáveis. (...) Entre os montados encontram-se ainda manchas representativas de olival, sistemas arvenses de sequeiro e pastagens, por vezes algumas superfícies de eucalipto”* (Cancela d’Abreu et al, 2004, Vol. IV, pág. 209).

Os poucos relevos que se destacam nesta paisagem têm orientação dominante Noroeste-Sudeste (Cancela d’Abreu et al, 2004).

“O povoamento é concentrado em aglomerados de média dimensão, situados normalmente numa elevação, a distâncias quase regulares uns dos outros. (...) Na envolvente destes aglomerados surge uma cintura de policultura onde o olival tem normalmente forte expressão” (Cancela d’Abreu et al, 2004, Vol. IV, pág. 210).

Como disfunções apontam-se problemas de erosão do solo associados à intensificação da produção pecuária e do aumento das manchas de eucalipto (Cancela d’Abreu et al, 2004).

A unidade designada de “Colinas de Elvas” abrange toda a área central do Concelho e é caracterizada pela *“presença do olival em solos fundos, calcários, correspondendo estes olivais a um uso bastante antigo, mas cuja produção se mantém e é hoje especialmente valorizada. Tais olivais envolvem a cidade de Elvas”* (Cancela d’Abreu et al, 2004, Vol. IV, pág. 215).

O relevo distingue-se entre um ondulado largo e compassado, com declives consideráveis onde está presente o montado de azinho ou matos e áreas mais planas dominadas por olival. O olival assume uma especial expressão porque corresponde a manchas com texturas e densidades de coberto muito diferentes, onde o cinzento esverdeado das oliveiras contrasta com os diversos tons de castanho do solo, conferindo à paisagem um jogo de tonalidades muito característico (Cancela d’Abreu et al, 2004).

“A cidade de Elvas está localizada sobre uma proeminência que domina o vale do Guadiana a nascente, no topo do qual se situa o seu centro histórico, envolto por uma sólida cintura de muralhas. Na envolvente da cidade, outros morros são encimados

por fortificações que asseguravam a sua defesa e o controlo da entrada no país” (Cancela d’Abreu et al, 2004, Vol. IV, pág. 216). A posição de fronteira do Concelho de Elvas e o facto de ser um ponto importante no eixo Lisboa-Madrid justifica o conjunto de estruturas monumentais que asseguraram a defesa do território ao longo dos tempos e que contribuem hoje para a riqueza patrimonial do mesmo.

O povoamento é concentrado, à exceção de Elvas onde existem expansões urbanas mais dispersas (Cancela d’Abreu et al, 2004).

A unidade “Várzeas do Caia e Jerumenha” estende-se ao longo da fronteira e distingue-se das restantes unidades pela presença do regadio que contrasta com as paisagens de sequeiro. A maior disponibilidade de água, proveniente da albufeira do Caia, contribui para a existência de uma maior intensificação do uso do solo de onde resultam paisagens relativamente artificializadas e pouco arborizadas (Cancela d’Abreu et al, 2004).

“Estas são paisagens relativamente recentes, bem distintas das que aqui existiam antes da introdução do regadio. (...) A presença de montados de azinho de elevada qualidade é a principal justificação para a inclusão do Sítio Natura 2000 na lista nacional de Sítios” (Cancela d’Abreu et al, 2004, Vol. IV, pág. 221).

A poluição do rio Caia com químicos utilizados nas explorações agrícolas e a ausência de sistemas de compensação do artificialismo dos sistemas agrícolas são as disfunções detetadas nesta unidade (Cancela d’Abreu et al, 2004, Vol. IV, pág. 222).

“Terras de Alandroal e Terena” é a unidade que menos presença tem no Concelho e embora represente uma unidade com dimensão considerável, abrange apenas o extremo Sudoeste do território. É caracterizada por *“paisagens erodidas de xistos, com diferentes utilizações do solo, povoamento escasso e em que é bem perceptível o isolamento característico das áreas interiores fronteiriças. Esta sensação é reforçada pela presença de importantes povoamentos de eucalipto (...) e de extensas áreas degradadas e abandonadas em que domina a esteva. Surgem também áreas de montados, pastagens e culturas arvenses de sequeiro”* (Cancela d’Abreu et al, 2004, Vol. V, pág. 33).

O carácter desta unidade distingue-se por um maior isolamento que aqui se faz sentir (Cancela d’Abreu et al, 2004).

No entanto, o estudo “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental” foi desenvolvido numa base de trabalho à escala 1:250 000 tendo sido considerado pertinente, pela equipa responsável pela elaboração do P.D.M., a adaptação das unidades de paisagem resultantes deste estudo, à escala do Plano (1:50 000).

“A escala de trabalho no âmbito do Plano Diretor Municipal permitiu uma análise mais pormenorizada dos parâmetros base da identificação das unidades de paisagem, correspondendo a um ajuste dos limites das unidades identificadas no estudo de referência, com limites físicos existentes ou cartografáveis no território.

O estudo mais pormenorizado permitiu ainda identificar “elementos singulares”, definidos como “elementos muito diversos e de dimensão reduzida, por vezes mesmo pontual, que se destacam de forma clara em termos de paisagem devido à sua forma ou cor, à sua localização proeminente, ao seu significado cultural, ou forte degradação ambiental”” (P.D.M. – Relatório, pág.68).

“Das unidades identificadas pelo estudo de referência, o maior aprofundamento de análise dos parâmetros considerados, nomeadamente a componente fisiográfica, de uso atual do solo, geologia e trabalho de campo, permitiu aferir as aí unidades enumeradas para um contexto de importância concelhia e redefinir os limites para referências físicas ou visuais.

As unidades de paisagem foram, renomeadas no âmbito da escala concelhia:

- *Unidade A - Peneplanície de Terrugem, St^a. Eulália e S. Vicente, (Unidade 89, Peneplanície do Alto Alentejo);*
- *Unidade B – Planalto central de Vila Boim e Colinas de Elvas, (Unidade 90, Colinas de Elvas);*
- *Unidade C – Várzea do Caia e Guadiana, (Unidade 91, Várzeas do Caia e Juromenha);*
- *Unidade D – Serra de Borba e Terrugem, (Unidade 102, Terras de Alandroal e Terena).” (P.D.M. – Relatório, pág. 71) (Fig. 12)*



Figura 23: Identificação das Unidades de paisagem do Concelho de Elvas – renomeação no âmbito da escala concelhia (P.D.M. – Relatório).

“Ainda no âmbito da escala de trabalho foram identificados elementos singulares ou valores da paisagem associados a formas de relevo, uso do solo ou ocorrências patrimoniais, que constituem referências visuais ou históricas.

Na paisagem concelhia foram reconhecidos elementos singulares que lhe conferem singularidade e identidade, que constituem património paisagístico a classificar e potenciar.

Os valores da paisagem identificados ordenam-se em duas categorias;

- **Associados a formas de relevo e uso do solo:**

Planalto central, caracterizado por uma zona aplanada de maior altitude onde se situa Vila Boim e São Lourenço, prolongando-se em direção a Elvas e a partir da qual se estrutura a rede hidrográfica que drena diretamente para o rio Guadiana (a sudeste), para o rio Caia (a norte) e para a ribeira Velha (bacia do Tejo, a poente).

*Desta unidade central desfruta-se da paisagem envolvente, de um modo geral dominada pelo **montado de azinho**, quase só interrompido por uma mosaico agrícola*

*mais diversificado na proximidade dos aglomerados onde se encontram manchas representativas de **olival**.*

*Destacam-se ainda os **sistemas colinares** do festo principal e da linha de transição para as várzeas do Caia e Guadiana, também elas dominadas pelo **olival** que pelo compasso de plantação reforça a referência visual na paisagem. Exceção para as colinas a Sul de Elvas e que envolvem o marco geodésico do Falcato com um coberto composto com resquícios de vegetação quase primitiva, em estrutura de bosque mediterrânico.*

*As **várzeas do Caia e Guadiana**, com importância relativa à semelhança de outros vales largos e com ocupação de sistemas de regadio, assume no contexto regional e do vale português do Guadiana uma singularidade, por oposição aos sistemas de sequeiro e ao encaixar do vale para jusante até à foz.*

Outra singularidade desta unidade de paisagem prende-se com a transição suave com o relevo que caracteriza as unidades que se desenvolvem para poente.

Relativamente ao uso do solo, o matizado cromático e de texturas que ressaltam das manchas de regadio e de sequeiro, de diferentes culturas, (arvenses, olival ou pomares, etc.) resulta num efeito visual interessante.

Da análise aos vales onde se instala a rede hidrográfica radialmente relativamente ao Planalto central, destaca-se pela preferência das cabeceiras para a implantação dos aglomerados, que se distribuem periféricamente em relação a esta zona central.

Algumas das linhas de água mais expressivas apresentam galerias ripícolas bem constituídas e ocupações humanas testemunhadas pelo património encontrado.

- **Associados à humanização da paisagem e à sua riqueza histórica:**

(...) Foram identificados alguns elementos cujo valor se prende mais pelo conjunto que pela singularidade e, que vão desde a procura de reconhecimento de referências bibliográficas na paisagem, como seja o eventual traçado das linhas de defesa no cerco a Elvas em 1659, à valorização de um conjunto de Quintas, Montes e Igrejas” (P.D.M. – Relatório, pág. 74).

Com base na análise elaborada à caracterização da paisagem realizada no âmbito do P. D.M. de Elvas, verifica-se a existência de algumas lacunas, principalmente no que diz respeito a transformações da paisagem no Concelho ao longo dos tempos.

Por outro lado, a identificação de alguns elementos singulares, cartografados no desenho “Unidades e Valores da Paisagem”, que acompanha o P.D.M., parece não fazer sentido tendo em conta a escala a que é apresentada (esc.: 1:50 000). Sendo o maior exemplo disso, a identificação do Património (Património classificado, Património em vias de Classificação e Património de Interesse Municipal), até porque a identificação destes elementos, não é acompanhada por uma análise relacionada com a sua integração paisagística, por exemplo.

Reconhece-se também, que apesar de terem sido identificados, pela equipa do Plano, alguns elementos de interesse, não é acrescentada muita informação para além daquela que é retirada do estudo que esteve na base da caracterização paisagística do P.D.M., “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental”. Da mesma forma se verifica que para além da identificação dos elementos pontuais, teria sido enriquecedor se tivesse sido estabelecida uma relação entre estes elementos pontuais, podendo até, esta análise levar à identificação de subunidades de paisagem, por exemplo.

3.2. Proposta de Ordenamento do Espaço Rural no âmbito do Plano Diretor Municipal de Elvas

O Ordenamento de espaço rural do Concelho de Elvas *“assenta numa matriz em que diferentes descritores resultantes da ponderação da caracterização do território são integrados:*

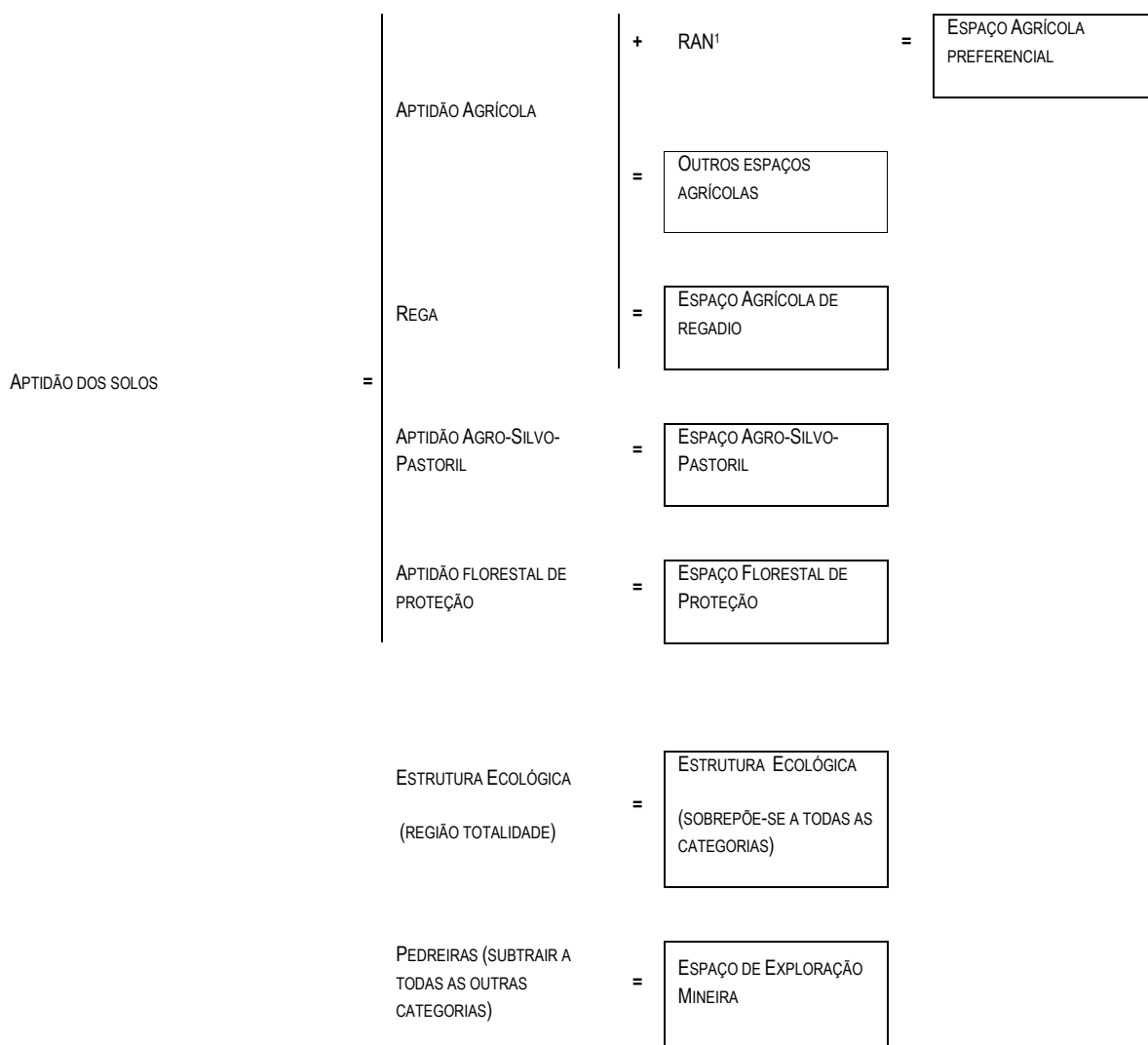
- Aptidão do solo para usos tradicionais, agricultura, silvicultura e pecuária, definida na planta de associação de unidades pedológicas. A proposta de ordenamento baseia-se na aptidão do solo e não do uso atual por se considerar que este pode estar desadequado e o ordenamento deve promover uma sustentável utilização dos recursos.

- Identificação de “constantes”, resultantes de valores, características ou condicionantes ao uso do território.

- A subtração ou sobreposição destas “constantes” definirão a categoria de espaço e a intensidade do uso a estabelecer.

As constantes definidas são: *Estrutura Ecológica, incluindo valores naturais ou paisagísticos e Condicionantes Ecológicas (REN, Montado de Sobro e/ou Azinho) e agrícolas (RAN, Perímetro Hidroagrícola de Caia).*

Relativamente à Reserva Ecológica Nacional, optou-se por efetuar a integração por sistema e não como um todo uniforme. A análise de cada sistema permite distinguir aptidões e usos” (P.D.M. Elvas – Relatório, pág.:168, 169, 177). (Fig. 16)



Nota:

RAN¹ - Área afeta à Reserva Agrícola Nacional, à qual se retiram as áreas de leitos de cheia (identificadas em Reserva Ecológica Nacional)

Figura 24: Diagrama explicativo da definição das categorias de espaço em solo rural. (Relatório P.D.M. Elvas)

3.2.1. Categorias de espaço do Espaço Rural do P.D.M. de Elvas

“O território abrangido pelo Plano Diretor de Elvas classifica-se como Solo Urbano, Solo Rural e Espaços de atividades compatíveis com o Solo Urbano e Solo Rural” (P.D.M. Elvas – Relatório, pág.: 173).

As categorias de espaço do Solo Rural são as seguintes:

Solo Rural



Categorias de Espaço:

Espaços Agrícolas preferenciais;
Espaços Agrícolas;
Espaços Agrícolas de Regadio;
Espaços Agro-Silvo-Pastoris;
Espaços Florestais de Proteção/Recuperação;
Espaços de Atividade Extrativa;
Espaços com Potencial para a Atividade Extrativa.

ESPAÇOS AGRÍCOLAS

Espaços agrícolas preferenciais:

“Abrange solos incluídos na Reserva Agrícola Nacional, (...) que engloba os solos de maior capacidade de uso, bem como os de baixas aluvionares e coluvionares. São solos com aptidão agrícola dominante, devendo destinar-se preferencialmente a usos agrícolas” (P.D.M. Elvas – Relatório, pág.: 174).

Espaços agrícolas:

“Abrange solos não incluídos na Reserva Agrícola Nacional mas com aptidão agrícola e tradicionalmente usados para agricultura” (P.D.M. Elvas – Relatório, pág.:174).

Espaços agrícolas de regadio:

“Abrange solos incluídos no Perímetro de Rega de Caía” (P.D.M. Elvas – Relatório, pág.:174).

ESPAÇOS FLORESTAIS

Espaços Agro-Silvo-Pastoris:

“São solos com aptidão florestal dominante, devendo destinar-se preferencialmente a usos silvícolas ou agrícolas extensivos.” Nestas “áreas pode ser estabelecida floresta de produção com povoamentos de espécies autóctones, como o sobreiro, azinheira, pinheiro manso, em povoamentos mistos ou extremes, para aproveitamento da cortiça, bolota e pinhão.”

“A constituição das áreas de floresta de produção assegura a defesa da estrutura verde dominante, tendendo para a promoção de populações arbóreas, instaladas segundo técnicas de cultura e de exploração que têm como objetivo a produção.”

Os solos com aptidão agro-silvo-pastoril “são solos que normalmente apresentam fases delgadas e pedregosas, pouco profundos” (P.D.M. Elvas – Relatório, pág.: 175).

Espaços florestais de Proteção/Recuperação:

“Abrange áreas da Reserva Ecológica Nacional, nomeadamente áreas com riscos de erosão e as manchas de solos associadas” (P.D.M. Elvas – Relatório, pág.: 175).

ESPAÇOS DE ACTIVIDADE EXTRACTIVA – MASSAS MINERAIS NÃO METÁLICAS

“Nesta classe foram delimitados os espaços existentes, com base na fotografia aérea e nas áreas cativas identificadas, constituídos na sua quase totalidade por pedreiras de granito. A atividade extrativa no concelho resume-se à zona Norte deste. No extremo Nordeste situa-se uma área considerável designada “área em recuperação”, correspondendo a áreas onde já não ocorre exploração. As áreas onde ocorrem exploração resumem-se apenas a duas pedreiras. Por outro lado, grande parte do concelho está inserida numa área onde poderá vir a ocorrer atividade extrativa – “pedido de prospeção”” (P.D.M. Elvas - Relatório).

Como Espaços de atividade compatível com o Solo Urbano e Solo Rural são indicados pelo Plano, a Estrutura Ecológica Municipal, os Espaços Turísticos e os Espaços Canais que se “destinam a infraestruturas ou a outros tipos de ocupação humana que

não impliquem a classificação como solo urbano, designadamente permitindo usos múltiplos em atividades compatíveis com espaços agrícolas ou florestais” (P.D.M. Elvas – Relatório, pág.: 175).

ESPAÇOS TURÍSTICOS

“Espaços destinados a infraestruturas ou a outros tipos de ocupação humana que não impliquem a classificação como solo urbano, designadamente permitindo usos múltiplos em atividades compatíveis com espaços agrícolas ou florestais. Embora o Espaço Turístico seja definido como uma categoria de espaço, propõe-se que a atividade turística seja permitida noutras categorias de espaços, devendo para isso respeitar os índices urbanísticos definidos e constituir um investimento sustentável e estratégico” (P.D.M. Elvas – Relatório, pág.: 178).

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

“O Plano pretende definir um modelo de organização municipal do território, nomeadamente estabelecendo a definição dos sistemas de proteção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, identificando a estrutura ecológica municipal. A estrutura ecológica é entendida como propriedade transversal às diferentes categorias de espaço e é representada com um grafismo homogéneo e indiferenciado dos espaços que a constituem. Esta categoria de espaço é constituída pelos espaços que refletem a sustentabilidade do sistema” (P.D.M. Elvas – Relatório, pág.: 178).

ESPAÇOS CANAIS

“Constituem espaços canais, áreas de servidão a infraestruturas que de algum modo constituem barreiras com as envolventes. Com a delimitação destes espaços canais pretende-se estabelecer faixas de proteção às infraestruturas, e ao mesmo tempo permitir a resolução dos impactes das mesmas nas áreas envolventes” (P.D.M. Elvas – Relatório, pág.: 178).

Neste estudo, aquando da elaboração da sobreposição entre as Classes de ocupação de solo e as classes de espaço do P.D.M., não são contempladas as Classes de Espaço “Espaços de Atividade Extrativa – Massas Minerais não metálicas”, “Espaços

Turísticos”, “Estrutura Ecológica Municipal” e “Espaços Canais” por não se considerar pertinente, na abordagem desta temática, o cruzamento destas áreas com a ocupação de solo existente.

Isto é, o foco principal deste estudo é a ocupação do solo do Espaço Rural que se pretende “comparar” com aquilo que o Plano propõe, através de uma sobreposição entre a ocupação existente e as classes de espaço propostas no âmbito do Plano. Uma vez que as classes “Espaços de atividade Extrativa – Massas Minerais não metálicas” e “Espaços Canais” se destinam a atividade extrativa e a infraestruturas respetivamente, a sobreposição destas com as ocupações de solo existentes, não ia permitir retirar nenhuma conclusão neste sentido. Por outro lado, as classes “Espaços Turísticos” e “Estrutura Ecológica Municipal” são classes que se sobrepõem com outras classes de espaço do P.D.M., o que levaria à obtenção de resultados em duplicado.

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procuras no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”

4 Preferências e Paisagem do Concelho de Elvas

4. Preferências de Paisagem do Concelho de Elvas

4.1. Análise dos resultados referentes às preferências de paisagem no Concelho de Elvas

O presente capítulo apresenta e discute os resultados dos inquéritos referentes às preferências de paisagem dos utilizadores do espaço rural do Concelho de Elvas. No concelho de Elvas, no âmbito do Projeto ROSA, foram inquiridos 104 utilizadores da paisagem, distribuídos por diferentes grupos, tal como se apresenta no quadro 2.

Grupos de Utilizadores da Paisagem	N. Inquiridos
Habitantes	20
Chefes de exploração	20
Caçadores	20
Visitantes	19
Turistas	25

Quadro 2: Grupos de utilizadores da paisagem inquiridos no âmbito do Projeto ROSA no Concelho de Elvas.

4.1.1 Análise socioeconómica dos inquiridos do Concelho de Elvas

Os 104 indivíduos inquiridos no Concelho de Elvas, na sua grande maioria do género masculino, têm idades compreendidas entre os 41 e os 65 anos, embora a classe de indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 40 anos também seja muito representativa (quadro 3 e 4).

Género	N. Inquiridos
Feminino	28
Masculino	76

Quadro 3: Género dos utilizadores da paisagem do Concelho de Elvas.

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procura no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”

Ano de Nascimento	Nº de Inquiridos
>1985 (Menos de 25 anos)	5
1985 - 1970 (25 a 40 anos)	41
1969 - 1945 (41 a 65 anos)	48
<1945 (Mais de 65 anos)	10

Quadro 4: Ano de nascimento dos utilizadores da paisagem do Concelho de Elvas.

Apesar de terem sido inquiridos alguns indivíduos de outras nacionalidades, 88 dos 104 são de nacionalidade portuguesa (quadro 5).

Nacionalidade	Nº de Inquiridos
Portuguesa	88
Outras	18

Quadro 5: Nacionalidade dos utilizadores da paisagem do Concelho de Elvas.

No que diz respeito ao grau de escolaridade, a maioria (47 indivíduos), possui um curso médio ou superior, tendo 30 indivíduos completado o ensino básico e 27 indivíduos, o ensino secundário (quadro 6).

Grau de Escolaridade	Nº de Inquiridos
Não Sabe Ler, nem Escrever	0
Sabe Ler e escrever (Sem escolaridade)	0
Ensino Básico	30
Ensino Secundário	27
Ensino Médio e Ensino Superior	47

Quadro 6: Grau de Escolaridade dos utilizadores da paisagem do Concelho de Elvas.

As áreas de atividade profissional dos inquiridos de maior expressão são os serviços coletivos e os serviços gerais, que englobam os serviços de saúde, de educação, de administração, etc. As atividades como a agricultura, a caça e a silvicultura surgem em segundo lugar com 25 dos 104 inquiridos, imediatamente seguidas dos serviços privados (quadro 7).

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procuras no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”

Profissão ou Atividade - ÁREA DE ACTIVIDADE	Nº de Inquiridos
Agricultura, Caça e Silvicultura	25
Construção e Indústria	5
Comércio, Serviços Pessoais, alojamento e Restauração	8
Serviços Privados (Bancos, etc.)	20
Serviços Coletivos/Gerais (Saúde, educação, administração, Etc.)	44

Quadro 7: Área de Atividade dos utilizadores da paisagem do Concelho de Elvas.

A grande maioria dos indivíduos inquiridos é profissionalmente ativa, existindo apenas 11 reformados e 4 estudantes (quadro 8).

Profissão ou Atividade - SITUAÇÃO ACTUAL	Nº de Inquiridos
Empregado/a	88
Desempregado/a	1
Estudante	4
Reformado/a	11

Quadro 8: Situação Atual dos Utilizadores da Paisagem do Concelho de Elvas.

4.1.2. Ligação dos inquiridos com a agricultura

Verifica-se que mais de metade dos indivíduos inquiridos estão ligados, direta ou indiretamente (por relação familiar), à agricultura. Para além dos 20 Chefes de exploração inquiridos, dos quais 18 têm a agricultura como a sua atividade principal, nos restantes grupos de utilizadores identificam-se também 13 inquiridos que são agricultores a tempo parcial.

De entre todos os grupos, foram identificados 41 indivíduos que possuem ligação à agricultura através de relação familiar, por a família gerir ou já ter gerido uma exploração agrícola. Sem ligação à agricultura foram inquiridos 25 indivíduos (quadro 9).

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procura no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”

Ligação à Agricultura	HAB	CE	CAÇ	VS	TUR	Total
SIM – Família gere ou geriu uma exploração agrícola	10	0	6	13	12	41
SIM – Agricultor Part-Time	2	2	5	3	1	13
SIM – Agricultor Full-Time	2	18	0	0	0	20
SIM – Outra	1	0	2	1	0	4
Sem Ligação à Agricultura	4	0	7	2	12	25

HAB – Habitantes | **CE** – Chefes de Exploração | **CAÇ** – Caçadores | **VS** – Visitantes | **TUR** – Turistas

Quadro 9: Ligação com a agricultura dos utilizadores da paisagem do Concelho de Elvas.

4.1.3. Alentejo, suas características e possíveis tendências

O quadro seguinte apresenta os resultados das escolhas dos utilizadores, quando questionados acerca das razões pelas quais gostam do Alentejo. Foram apresentadas as seguintes opções de resposta: Natureza (Plantas, animais selvagens, rochas, água limpa, etc.); Maneira de Ser alentejana; Vistas, cores e cheiros; Montes e outras construções rurais e Agricultura.

1 - Gosta do campo no Alentejo pelas seguintes razões:	HAB	CE	CAÇ	VS	TUR	Total	%
Natureza (Plantas, animais selvagens, rochas, água limpa, etc.)	12	12	15	15	19	73	35,09
Maneira de Ser alentejana	5	6	11	8	14	44	21,15
Vistas, cores e cheiros	8	3	5	6	9	31	14,90
Montes e outras construções rurais	7	4	3	5	6	25	12,09
Agricultura	8	15	6	4	2	35	16,82

HAB – Habitantes | **CE** – Chefes de Exploração | **CAÇ** – Caçadores | **VS** – Visitantes | **TUR** – Turistas

Quadro 10: Afirmação 1: Razão pela qual os utilizadores da paisagem gostam do campo no Alentejo.

A grande maioria dos inquiridos (35,09%) diz gostar do campo no Alentejo pela natureza (Plantas, animais selvagens, rochas, água limpa, etc.). Em todos os grupos de utilizadores esta opção foi a mais escolhida, à exceção dos Chefes de Exploração que apontam a “agricultura” como a razão mais válida. A “maneira de ser alentejana” é também referida por grande parte dos inquiridos (21,15%) e a agricultura é a opção que mais se evidenciou entre os Chefes de Exploração sendo também a terceira razão mais escolhida (16,82%) pelos inquiridos de uma forma geral (quadro 10).

De um modo geral todas as opções foram apontadas com alguma frequência mas à exceção da primeira, nenhuma das opções se destaca de forma muito notável.

Quando questionados acerca da importância das atividades ligadas à agricultura e floresta no Alentejo, os inquiridos apontaram como resposta duas das opções seguintes: Manter os saberes, costumes e práticas características da região; Fixar população; Produzir alimentos e matérias-primas; Proteger os solos, água, diversidade animal e vegetal e Manter o campo com a aparência que tem hoje. Estes resultados são apresentados no quadro seguinte:

2 - As atividades ligadas à agricultura e floresta no Alentejo são importantes para:	HAB	CE	CAÇ	VS	TUR	Total	%
Manter os saberes, costumes e práticas características da região	8	5	8	9	17	47	22,59
Fixar população	8	9	8	9	6	40	19,23
Produzir alimentos e matérias-primas	9	11	9	8	11	48	23,07
Proteger os solos, água, diversidade animal e vegetal	13	9	7	10	12	51	24,51
Manter o campo com a aparência que tem hoje	2	6	8	2	4	22	10,57

HAB – Habitantes | **CE** – Chefes de Exploração | **CAÇ** – Caçadores | **VS** – Visitantes | **TUR** – Turistas

Quadro 11: Afirmação 2: A importância das atividades ligadas à agricultura e floresta no Alentejo, na perspetiva do utilizador da paisagem.

A opinião dos inquiridos no que diz respeito à importância das atividades ligadas à agricultura e floresta no Alentejo distribui-se de uma forma muito homogénea pelas opções. Todavia, “proteger os solos, água, diversidade animal e vegetal” é a opção mais escolhida (24,51%), surgindo as opções “produzir alimentos e matérias-primas”, (23,07%) e “manter os saberes, costumes e práticas características da região” (22,59%), em segundo e terceiro lugares, respetivamente.

Os Habitantes e os Visitantes dão uma maior importância à proteção dos solos, água e à diversidade animal e vegetal, os Chefes de Exploração e os Caçadores à produção de alimentos e matérias-primas, enquanto que para os Turistas é a necessidade de “Manter os saberes, costumes e práticas características da região”, que impera.

A opção “manter o campo com a aparência que tem hoje”, foi de facto, menos vezes mencionada, com apenas 10,57% das respostas.

Ao serem questionados sobre as possíveis tendências do Alentejo, os utilizadores da paisagem optam por duas das quatro opções: Mais casas dispersas à volta das povoações, Mais atividades de turismo e lazer, Mais caça, Mais proteção de animais e plantas selvagens e Mais atividade agrícola. Os resultados obtidos estão expostos no quadro seguinte:

3 - Das tendências possíveis no Alentejo, quais é que mais lhe agradam?	HAB	CE	CAÇ	VS	TUR	Total	%
Mais casas dispersas à volta das povoações	3	2	1	4	4	14	6,73
Mais atividades de turismo e lazer	11	8	12	8	15	54	25,96
Mais caça	2	1	4	2	0	9	4,32
Mais proteção de animais e plantas selvagens	7	9	10	10	18	54	25,96
Mais atividade agrícola	17	20	13	14	13	77	37,01

HAB – Habitantes | **CE** – Chefes de Exploração | **CAÇ** – Caçadores | **VS** – Visitantes | **TUR** – Turistas

Quadro 12: Afirmação 3: As tendências mais adequadas para o Alentejo, na perspetiva do utilizador da paisagem.

A resposta “mais atividade agrícola” é a mais escolhida pela maioria dos inquiridos (37,01%), sendo a opção mais escolhida por todos os grupos de utilizadores à exceção dos Turistas. Em segundo lugar, exatamente com o mesmo número de respostas (25,96%), surgem as opções “mais atividades de turismo e lazer”, que é também a opção mais escolhida pelos Turistas e “mais proteção de animais e plantas selvagens”.

Por outro lado, “Mais casas dispersas à volta das povoações” e “mais caça” não apresentam resultados significativos, constituindo apenas 6,73% e 4,32% das respostas, respetivamente.

O seguinte quadro apresenta as escolhas dos diferentes grupos respeitantes às tendências possíveis no Alentejo no que diz respeito à ocupação e uso do solo. Os inquiridos escolheram duas opções das quatro apresentadas: Mais agricultura de regadio e especializada; Mais plantação de pinhal; Mais vegetação no montado; Mais animais e pastagens e Mais montado e outros sistemas característicos do Alentejo.

4 - Das tendências possíveis no Alentejo, quais é que mais lhe agradam?	HAB	CE	CAÇ	VS	TUR	Total	%
Mais agricultura de regadio e especializada	14	12	14	14	12	66	31,73
Mais plantação de pinhal	2	0	2	2	2	8	3,84
Mais vegetação no montado	4	2	7	4	6	23	11,05
Mais animais e pastagens	8	13	7	7	14	49	23,55
Mais montado e outros sistemas característicos do Alentejo	12	13	10	11	16	62	29,80

HAB – Habitantes | **CE** – Chefes de Exploração | **CAÇ** – Caçadores | **VS** – Visitantes | **TUR** – Turistas

Quadro 13: Afirmação 4: As tendências mais adequadas para o Alentejo, em termos de ocupação de solo, na perspetiva do utilizador da paisagem.

No que diz respeito a tendências futuras relacionadas com a ocupação do solo, “mais agricultura de regadio e especializada” surge como a opção mais apontada com 31,73% das respostas. A opção “mais montado e outros sistemas característicos do Alentejo” tem também uma expressão significativa (29,80%), surgindo como a segunda opção. Seguem-se as opções “mais animais e pastagens” (23,55%), “mais

vegetação no montado” (11,05%) e por último, com uma percentagem pouco expressiva, “mais plantação no pinhal” com apenas 3,84%.

Os Habitantes, os Caçadores e os Visitantes, encaminham as suas preferências para a especialização da agricultura, os Chefes de Exploração dividem a sua opinião entre as opções “Mais animais e pastagens” e “Mais montado e outros sistemas característicos do Alentejo”, esta última a mais escolhida entre os Turistas.

4.1.4. Preferências

Quando questionados acerca das suas preferências, cada inquirido podia indicar três ocupações de solo diferentes. Os resultados referentes às ocupações de solo preferidas pelos utilizadores da paisagem são apresentados no quadro seguinte:

Ocupação de solo	HAB	CE	CAÇ	VS	TUR	Total	%
Cereal (C)	8	10	11	7	8	44	14,10
Cultura Irrigada (CI)	4	9	5	4	2	24	7,70
Arrozal (A)	1	1	3	1	1	7	2,24
Vinha (V)	8	3	4	10	9	34	10,89
Pomar (P)	3	2	3	1	3	12	3,84
Olival Tradicional (OT)	5	8	8	10	11	42	13,46
Pastagem Irrigada (PI)	2	1	0	1	0	4	1,28
Mosaico (M)	9	9	4	6	12	40	12,82
Montado (MT)	7	13	8	8	15	51	16,34
Eucaliptal (E)	3	0	1	0	1	5	1.60
Pinhal (P)	1	1	5	1	5	13	4.16
Floresta Mista (FM)	3	0	0	4	3	10	3.20
Pastagem Natural (PN)	1	1	1	0	1	4	1.28
Matos altos em terra florestal (MA)	1	0	3	2	1	7	2.24
Matos baixos em terra agrícola (MB)	1	1	2	1	3	8	2.56
Olival Intensivo (OI)	3	1	2	1	0	7	2.24

HAB – Habitantes | **CE** – Chefes de Exploração | **CAÇ** – Caçadores | **VS** – Visitantes | **TUR** – Turistas

Quadro 14: Ocupações de solo **mais** preferidas pelos vários grupos de utilizadores da paisagem.

O Montado lidera a preferência dos inquiridos com 16,34% de respostas; o Cereal (14,10%); o Olival Tradicional (13,46%) e o Mosaico cultural (12,82%) são também referidos pelos inquiridos com muita frequência, não apresentando valores muito distantes do Montado. A Vinha (10,89%) e a Cultura Irrigada (7,70%) apresentam também valores com algum significado. Todos os outros tipos de ocupação de solo sugeridos não têm uma expressão muito relevante.

O Montado é a ocupação de solo preferida dos Chefes de Exploração e dos Turistas, o Cereal dos Caçadores, a Vinha e o olival Tradicional dos Visitantes e o Mosaico dos Habitantes.

Depois de analisadas as respostas livres dos inquiridos foram criadas as categorias mais representativas onde posteriormente se agruparam as respostas obtidas. Essas categorias são as seguintes:

- **Apreciação estética sensorial geral**, categoria à qual são associadas as respostas dos inquiridos que justificaram a sua escolha simplesmente com “porque gosto”, “é bonito”, “é colorido”, “gosto da vista”, etc.;
- **Identidade**, categoria à qual são associadas as respostas dos inquiridos que escolhem a foto por se identificarem com o tipo de ocupação de solo, por poder representar uma lembrança de infância, uma experiência pessoal, uma ligação afetiva. Por ser apontada como uma ocupação de solo típica, representativa, autêntica, com valor histórico, etc. Em suma, Identidade representa aquilo que retrata os inquiridos, reflete a sua memória afetiva e aquilo onde se reconhecem.
- **Fatores socioeconómicos**, categoria à qual são associadas as respostas justificadas com o facto de ser economicamente mais viável, por ser uma cultura produtiva, com rendimento, por criar emprego, etc.;
- **Natureza / Aspetos naturais**, categoria à qual são associadas as respostas dos inquiridos que diziam simplesmente ter feito aquela escolha por ser natural, por exemplo;
- **Conservação e Qualidade ambiental**, categoria à qual são associadas respostas como, “baixo impacto ambiental”, “presença de água”, etc.;

- **Funcionalidade para as amenidades**, categoria à qual são associadas respostas onde os inquiridos mostravam ter feito a sua escolha pensando nas atividades a dinamizar nos espaços com determinadas ocupações, assim como a caça, atividades de recreio e lazer, etc.;
- **Relevo / fisiografia**, categoria à qual são associadas respostas em que os inquiridos realçam o relevo como um fator importante;
- **Construído / Não construído**, categoria à qual são associadas respostas em que os inquiridos focam o facto de existir construção (no caso do mosaico, por exemplo), ou de pelo contrário, não existir construção.
- **Outros**, onde foram associadas todas as respostas que não se enquadravam em nenhuma das categorias anteriores.

O seguinte quadro refere-se às razões que justificam as preferências dos inquiridos em relação à ocupação do solo:

Razões das opções escolhidas pelos inquiridos	HAB	CE	CAÇ	VS	TUR	Total
Apreciação estética sensorial geral	26	16	13	23	28	106
Identidade	18	30	23	22	33	126
Fatores Socioeconómicos	10	19	18	11	8	66
Natureza / Aspetos naturais	2	1	1	1	4	9
Conservação e Qualidade ambiental	12	3	4	7	11	37
Funcionalidade para as amenidades	2	1	6	1	3	13
Relevo / Fisiografia	0	0	0	0	0	0
Construído / Não construído	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0

HAB – Habitantes | **CE** – Chefes de Exploração | **CAÇ** – Caçadores | **VS** – Visitantes | **TUR** – Turistas

Quadro 15: Razões das opções escolhidas (mais preferidas) pelos vários grupos de utilizadores da paisagem.

De entre as razões apontadas destacam-se, a “Identidade” com 126 respostas, com considerável expressão entre os Chefes de Exploração, Caçadores e Turistas.

A “apreciação estética sensorial geral” surge imediatamente a seguir, com 106 respostas. Os Habitantes e os Visitantes representam os grupos de utilizadores onde as razões estéticas e sensoriais são mais vezes apontadas.

Os “Fatores Socioeconómicos” surgem em terceiro lugar com 66 respostas, tendo contudo uma diferença considerável das categorias anteriores.

A “Conservação e qualidade ambiental” são também apontadas pelos inquiridos com alguma regularidade (37 respostas).

A “funcionalidade para as amenidades” é focada de uma forma muito ligeira, com 13 respostas, pela maioria dos utilizadores sendo que o grupo de utilizadores onde esta categoria se destaca é o grupo dos Caçadores, por terem em conta a sua atividade na escolha do tipo de ocupação do solo.

As categorias “Relevo / Fisiografia”, “Construído / Não construído” e “Outros”, apresentam valores nulos.

À semelhança da escolha das ocupações mais preferidas, também na escolha das menos preferidas os utilizadores da paisagem podiam indicar três ocupações de solo diferentes. Os resultados das ocupações de solo menos preferidas apresentam-se no seguinte quadro:

Ocupação de solo	HAB	CE	CAÇ	VS	TUR	Total	%
Cereal (C)	1	0	0	3	8	12	3,84
Cultura Irrigada (CI)	2	0	3	4	3	12	3,84
Arrozal (A)	3	2	4	2	5	16	5,12
Vinha (V)	1	2	1	0	0	4	1,28
Pomar (P)	0	0	2	2	0	4	1,28
Olival Tradicional (OT)	3	1	0	1	2	7	2,24
Pastagem Irrigada (PI)	2	1	6	3	5	17	5,44
Mosaico (M)	1	3	1	2	0	7	2,24
Montado (MT)	0	0	1	1	1	4	1,28

Eucaliptal (E)	10	12	11	9	9	51	16,34
Pinhal (P)	3	3	9	3	2	20	6,41
Floresta Mista (FM)	1	2	2	0	1	6	1,92
Pastagem Natural (PN)	7	7	4	8	14	40	12,82
Matos altos em terra florestal (MA)	9	9	3	7	7	35	11,21
Matos baixos em terra agrícola (MB)	7	9	7	4	8	35	11,21
Olival Intensivo (OI)	9	9	6	8	10	42	13,46

HAB – Habitantes | **CE** – Chefes de Exploração | **CAÇ** – Caçadores | **VS** – Visitantes | **TUR** – Turistas

Quadro 16: Ocupações de solo **menos** preferidas pelos vários grupos de utilizadores da Paisagem.

O Eucaliptal representa o tipo de ocupação de solo que os inquiridos menos preferem (16,34%), tendo sido o mais apontado por todos os grupos de utilizadores à exceção dos Turistas.

O Olival intensivo é apontado como o segundo tipo de uso do solo menos preferido pelos utilizadores, com 13,46% das respostas.

A Pastagem natural surge em terceiro lugar com 12,82% das respostas sendo destacada pelos Turistas.

Os Matos Altos em terra florestal assim como os Matos Baixos em terra agrícola surgem com a mesma percentagem de respostas (11, 21%). Todos os outros tipos de ocupação de solo apresentam valores consideravelmente inferiores.

Também estas escolhas dos inquiridos foram enquadradas dentro das classes em cima descritas, tendo em conta que as justificações dadas surgem pela negativa, apresentando como exemplo de respostas para as respetivas categorias:

- **Apreciação estética sensorial geral** – “é feio”, “não gosto”, “é desagradável”, etc.;
- **Identidade** – “não é típico da região”, “causa descaracterização”, etc.;
- **Fatores socioeconómicos** – “falta de perspetiva”, “agricultura em declínio”, etc.;

- **Natureza / Aspetos naturais** – “pouco natural”, etc.;
- **Conservação e Qualidade ambiental** – “propícios a incêndios”, “degradação ambiental”, “destruição dos solos”, etc.;
- **Funcionalidade para as amenidades** – “não é bom para caçar”, “não gosto do azeite”, etc.;
- **Relevo / fisiografia** – “a inclinação do terreno é um obstáculo para a realização de determinadas práticas agrícolas”, etc.;
- **Construído / Não construído** – “não gosto porque não tem construção”, etc.;

O seguinte quadro refere-se às razões que justificam as opções menos consideradas pelos inquiridos em relação à ocupação do solo:

Razões das opções escolhidas pelos inquiridos	HAB	CE	CAÇ	VS	TUR	Total
Apreciação estética sensorial geral	24	10	6	15	35	90
Identidade	12	11	20	9	7	59
Fatores Socioeconómicos	7	24	13	8	14	66
Natureza / Aspetos naturais	0	0	2	2	6	10
Conservação e Qualidade ambiental	20	19	10	25	20	94
Funcionalidade para as amenidades	0	2	4	0	0	6
Relevo / Fisiografia	0	0	0	0	0	0
Construído / Não construído	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	1	0	1

HAB – Habitantes | **CE** – Chefes de Exploração | **CAÇ** – Caçadores | **VS** – Visitantes | **TUR** – Turistas

Quadro 17: Razões das opções escolhidas (menos preferidas) pelos vários grupos de utilizadores da paisagem.

Em relação às opções menos consideradas pelos utilizadores da paisagem, a “Conservação e Qualidade ambiental” encabeça a lista das razões apontadas com 94 respostas, seguida da “Apreciação estética sensorial geral”, que é apontada por 90 inquiridos. São os Visitantes os que mostram ter uma maior preocupação em termos de conservação e qualidade ambiental e os Habitantes com as razões estéticas e sensoriais.

Os “Fatores Socioeconómicos”, com 66 respostas, e a “Identidade” com 59 respostas, são também razões tidas em conta pelos inquiridos, com alguma frequência. Sendo a primeira categoria a mais identificada pelos Chefes de Exploração e a segunda, pelos Caçadores.

À semelhança do que acontece com as razões das paisagens preferidas, todas as outras categorias apresentam valores insignificantes. Tendo o “Relevo / Fisiografia”, “Construído / Não construído” e “Outros”, valores nulos.

No que diz respeito às preferências, a opinião dos utilizadores questionados divide-se entre todos os tipos de ocupação de solo apresentadas. Contudo, algumas dessas ocupações destacam-se de forma bem evidente das restantes.

O Montado, o Cereal, o Olival Tradicional e o Mosaico são aquelas que merecem maior destaque por parte dos utilizadores na sua grande maioria por razões de Apreciação estética e sensorial geral como também por uma questão de Identidade.

Isto mostra-nos que no ponto de vista dos diferentes grupos são as razões relacionadas com as suas referências pessoais que mais se destacam. Ou seja, o utilizador do Espaço Rural prefere encontrar neste espaço, paisagens que lhe sejam agradáveis do ponto de vista estético e sensorial, que de alguma forma se identificam com o seu gosto pessoal.

Por outro lado, na sua escolha estão também presentes as suas referências pessoais, paisagens que traduzem memórias de infância ou de algum acontecimento que marcou determinado momento das suas vidas. As ligações afetivas são assim tidas em conta por grande parte dos inquiridos, na tomada de decisão.

As ocupações de solo menos preferidas são o Eucaliptal, o Olival Intensivo, a Pastagem Natural e os Matos. Neste caso, os utilizadores da paisagem apoiam a sua

decisão em razões relacionadas com a Conservação e qualidade ambiental o que reflete alguma sensibilidade no que diz respeito a questões ambientais.

Da mesma forma, a Apreciação estética e sensorial é também grande parte das vezes apontada pelos inquiridos que mais uma vez decidem tendo em conta os seus gostos pessoais, neste caso pela negativa.

Analisando as preferências por cada grupo de utilizador e as razões que estão na base dessas preferências, verifica-se uma certa divergência na escolha das paisagens preferidas, existindo por outro lado algum consenso nas razões que se encontram na base dessas escolhas, tal como podemos analisar no quadro seguinte:

Grupos	Mais Preferidas	Razões das opções escolhidas pelos inquiridos
Habitantes	Mosaico	Apreciação estética e sensorial geral
Chefes de Exploração	Montado	Identidade
Caçadores	Cereal	Identidade
Visitantes	Vinha Olival Tradicional	Apreciação estética e sensorial geral
Turistas	Montado	Identidade

Quadro 18: Preferências de Paisagem dos utilizadores da paisagem e razões das opções escolhidas.

As escolhas dos utilizadores foram feitas, tendo em conta a forma como pretendem usufruir do Espaço Rural, é possível que a divergência ou até mesmo a coincidência das escolhas de uma determinada ocupação de solo leve à existência de determinados conflitos. Ou seja, o facto de uma ocupação de solo ser apontada como preferida por vários grupos de utilizadores para a realização de determinadas atividades na mesma área pode levar a uma certa incompatibilização no desenvolvimento dessas atividades.

Na grande maioria das áreas não se prevê esta incompatibilização uma vez que não existe coincidência nas escolhas feitas por parte dos diferentes grupos, sendo apresentadas como exceção as áreas ocupadas por Montado.

O Montado é a ocupação de solo preferida dos Turistas e dos Chefes de exploração, sendo a principal razão desta escolha, para ambos os grupos, a “Identidade”. Relativamente às atividades desenvolvidas por estes grupos de utilizadores verifica-se uma discordância óbvia, uma vez que os Chefes de Exploração muito embora possam ver o Montado como um espaço agradável para o desenvolvimento de várias atividades, têm neste um espaço de grande potencialidade em termos económicos onde a componente silvícola é na grande maioria das vezes associada à componente agrícola e pastoril. Desta forma, a probabilidade de existência de conflitos no desenvolvimento das atividades dos Chefes de Exploração é elevada sendo a minimização destes conflitos possível, caso estas atividades sejam contempladas e harmonizadas nas propostas dos Instrumentos de Gestão Territorial.

4.2. Adaptação das classes de solo do *Corine Land Cover* às classes de espaço do Projeto ROSA

De forma a analisar a ocupação de solo do Concelho de Elvas, evidenciando as classes selecionadas pelos inquiridos, foi necessário cartografar o padrão de ocupação do solo no concelho. Para isso utilizou-se o *Corine Land Cover* (2006) por esta ser a versão (2006) mais recente, disponível de forma gratuita. As ocupações de solo apresentadas aos inquiridos são ocupações do *Corine Land Cover*, no entanto como a nomeação destas ocupações foi alterada de forma a serem mais perceptíveis para os inquiridos, a relação entre as Classes do *Corine Land Cover* e as classes apresentadas no âmbito do Projeto ROSA, é apresentada no quadro seguinte:

Classes – <i>Corine Land Cover</i> (2006) e respetivos códigos	Adaptação às Classes do Projeto ROSA	Área (ha)
211 - Terras aráveis não irrigadas	Cereal	20 755.51
212 - Terras permanentemente irrigadas	Cultura Irrigada	7 152.38
213 - Arrozaís	Arrozal	375.85
221 - Vinhas	Vinha	445.72
222 - Pomares de árvores de fruto ou de baga	Pomar	462.55
223 - Olivais	Olival tradicional	4 806.85
231 - Pastagens	Pastagem Natural	2 792.05

321 - Prados naturais		
242 - Sistemas culturais e parcelares complexos	Mosaico	2 466.19
244 - Zonas agro-florestais	Montado	14 640.62
311 - Florestas de Folhosas	Eucaliptal	7 769.90
323 - Vegetação esclerofila	Matos altos em terra florestal e Matos baixos em terra agrícola	534.04
324 - Floresta ou vegetação arbustiva de transição		

Quadro 19: Adaptação das classes do *Corine Land Cover* (2006) às classes de ocupação de solo do Projeto ROSA.

Na análise espacial não foram consideradas três das classes do Projeto ROSA, nomeadamente, a Floresta Mista, o Pinhal e o Olival Intensivo por não ter sido possível estabelecer correspondência com as classes do *Corine Land Cover*, identificadas para o Concelho de Elvas.

No que diz respeito às áreas ocupadas por Olival, uma vez que o *Corine Land Cover* não diferencia os diferentes tipos de olival (tradicional e intensivo), poderia ser problemático não distinguir entre o olival tradicional e o intensivo. No entanto, em 2006 a área de olival intensivo e super intensivo no Alentejo, e concretamente no concelho de Elvas, era ainda extremamente diminuída. Assim, pode-se, sem entrar em erro, considerar que as manchas cartografadas correspondem a Olival Tradicional.

Tal como se observa na figura em anexo (Anexo II – Ocupação de solo do Concelho de Elvas), o Concelho de Elvas apresenta alguma diversidade no que diz respeito à ocupação de solo, destacando-se o Cereal e o Montado como as ocupações com maior representatividade. O Cereal ocupa cerca de 20 755.51 ha sendo a ocupação que maior área ocupa no território e que se encontra presente, de uma forma geral, por todo o Concelho. O Montado é a segunda ocupação mais representativa com cerca de 14 640.62 ha e apesar de apresentar diversas áreas espalhadas por quase todo o território concelhio, é no Norte e Centro que este mais se destaca.

O Eucaliptal surge como a terceira cultura que mais área ocupa, com cerca de 7 769.90 ha. Este é representado por várias áreas espalhadas a Norte, destacando-se a Noroeste uma área com uma dimensão considerável, estando também presente de uma forma bem marcada em várias áreas que acompanham o limite Sul do território.

A Cultura Irrigada tem também especial destaque, ocupando cerca de 7 152.38 ha, com algumas pequenas áreas distribuídas na zona Centro do Concelho mas principalmente com uma grande área localizada no limite Este do Concelho, fazendo fronteira com Espanha, correspondendo ao Perímetro de Rega do Caía.

Apesar do Olival representar uma ocupação de solo com grande importância em termos de Identidade deste território, a área por este ocupada é de apenas 4 806.85 ha, situando-se quase na sua totalidade na zona Centro, próxima do perímetro urbano da cidade de Elvas.

A Pastagem Natural ocupa cerca de 2 792.05 ha e apresenta uma área considerável a Norte. As áreas ocupadas por Mosaico (2 466.19 ha) situam-se perto dos perímetros urbanos, destacando-se pela dimensão, a área contígua à cidade de Elvas. As restantes ocupações de solo, o Pomar, a Vinha e o Arrozal, comparativamente com as outras ocupações, não têm grande representatividade no território ocupando, em média, cerca de 400 ha.

4.2.1 Localização espacial das Classes de ocupação de solo correspondentes às preferências dos utilizadores da paisagem

A figura 17 ilustra a distribuição espacial das quatro ocupações de solo preferidas pelos utilizadores da paisagem no Concelho de Elvas.

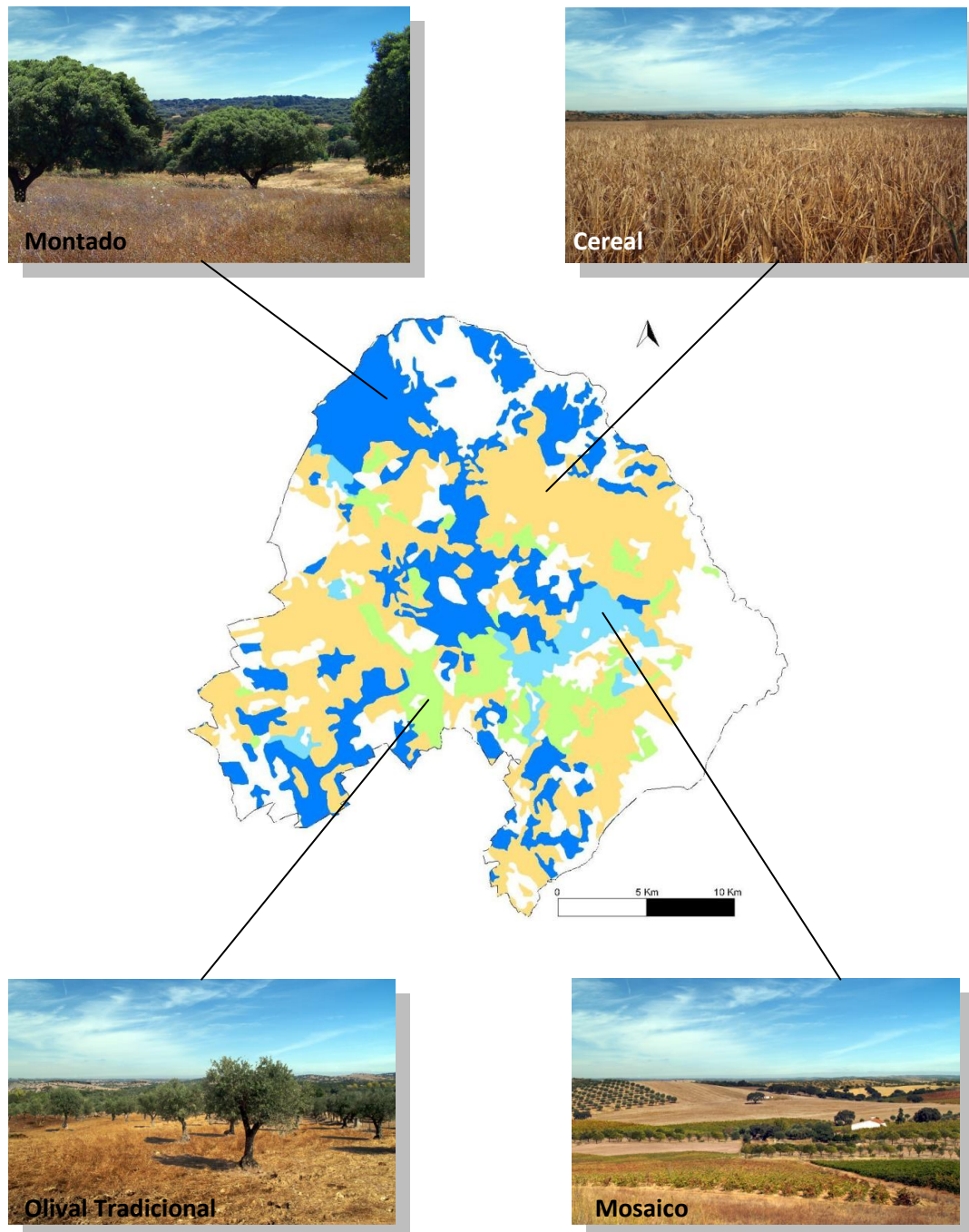


Figura 25: Localização espacial e ilustração das quatro ocupações de solo **mais** preferidas pelos utilizadores da paisagem (Montado, Cereal, Olival Tradicional e Mosaico).

O Montado, o Cereal, o Olival Tradicional e o Mosaico são os tipos de ocupação de solo que se destacam na escolha dos utilizadores. Sendo também, o Montado e o Cereal as que maior área ocupam no Concelho.

Da mesma forma que são identificadas as ocupações preferidas por parte dos utilizadores da paisagem são também destacadas as ocupações com as quais estes menos se identificam. A localização espacial destas ocupações é ilustrada na figura 18.

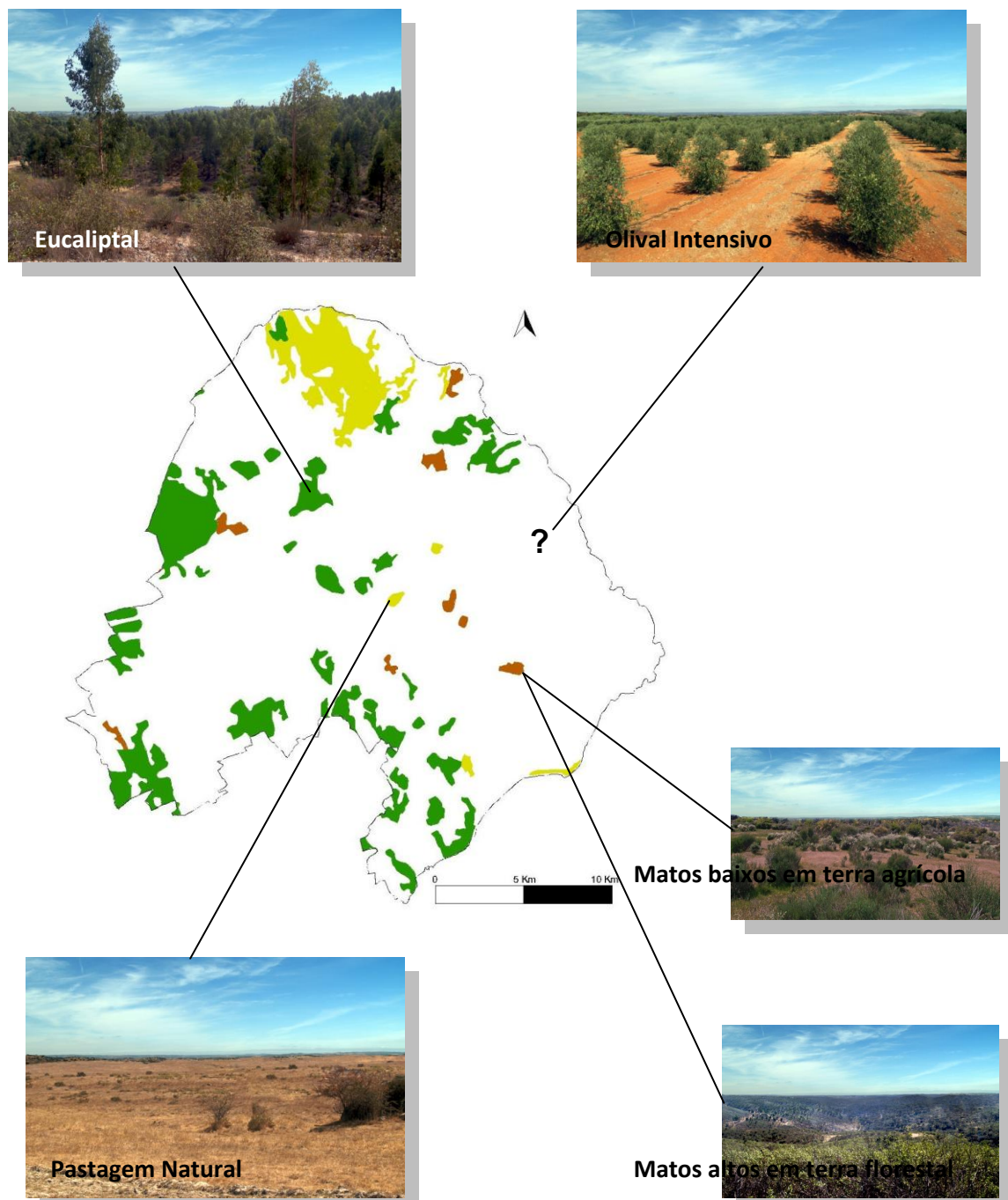


Figura 26: Localização espacial e ilustração das ocupações de solo **menos** preferidas pelos utilizadores da paisagem (Eucaliptal, Olival Intensivo, Pastagem Natural e Matos (Matos altos em terra agrícola e Matos altos em terra florestal).

O Eucaliptal, a Pastagem Natural e os Matos (Matos altos em terra florestal e Matos baixos em terra agrícola) são as ocupações menos preferidas pelos utilizadores.

Para além das anteriores, os inquiridos destacam também, o Olival Intensivo como ocupação menos preferida. Contudo, não é apresentada a localização espacial desta classe por não se encontrar relação com as classes existentes na base utilizada, o *Corine Land Cover*.

Apesar destas serem as preferências dos inquiridos, de uma forma geral, se analisarmos os resultados em cada grupo de utilizadores, as respostas divergem. É assim identificada a localização das ocupações de solo que estão na base destas preferências, para cada grupo de utilizadores.

No que diz respeito às escolhas de cada grupo, verifica-se que as ocupações apontadas como menos preferidas por cada grupo coincidem com as menos preferidas de uma forma geral, ao contrário do que acontece com as mais preferidas. Ou seja, apesar de o Montado, o Cereal, o Olival Tradicional e o Mosaico serem as ocupações preferidas por um maior número de inquiridos, não são as ocupações preferidas por todos os grupos. O mesmo não acontece com as ocupações menos preferidas, uma vez que o Eucaliptal é a ocupação menos preferida de uma forma geral, sendo também, apontada por praticamente todos os grupos inquiridos.

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procuraas no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”

Localização Espacial das Preferências por grupo de utilizador

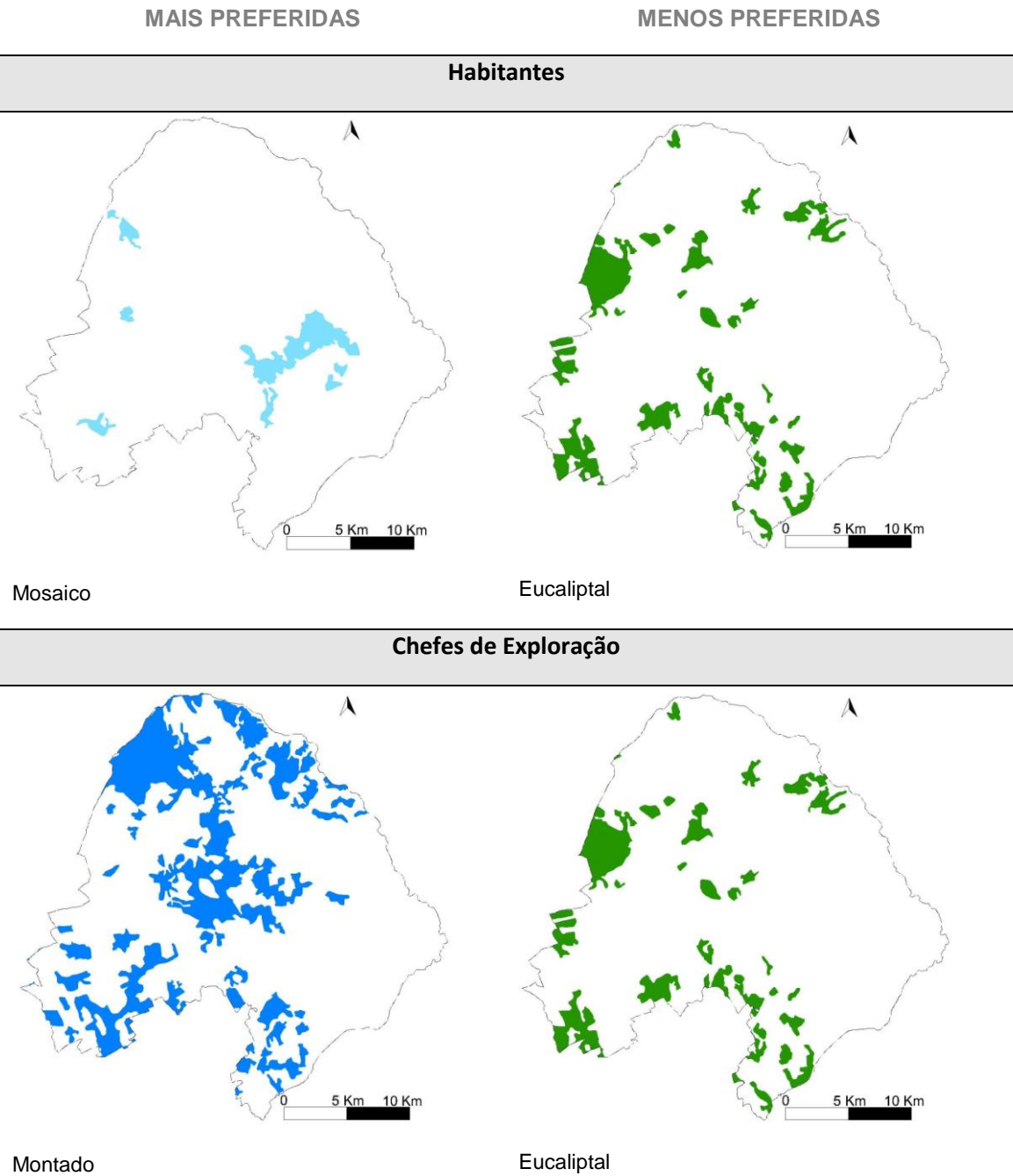


Figura 27: Localização espacial das Preferências por grupo de utilizador (Habitantes e Chefes de Exploração).

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procura no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”

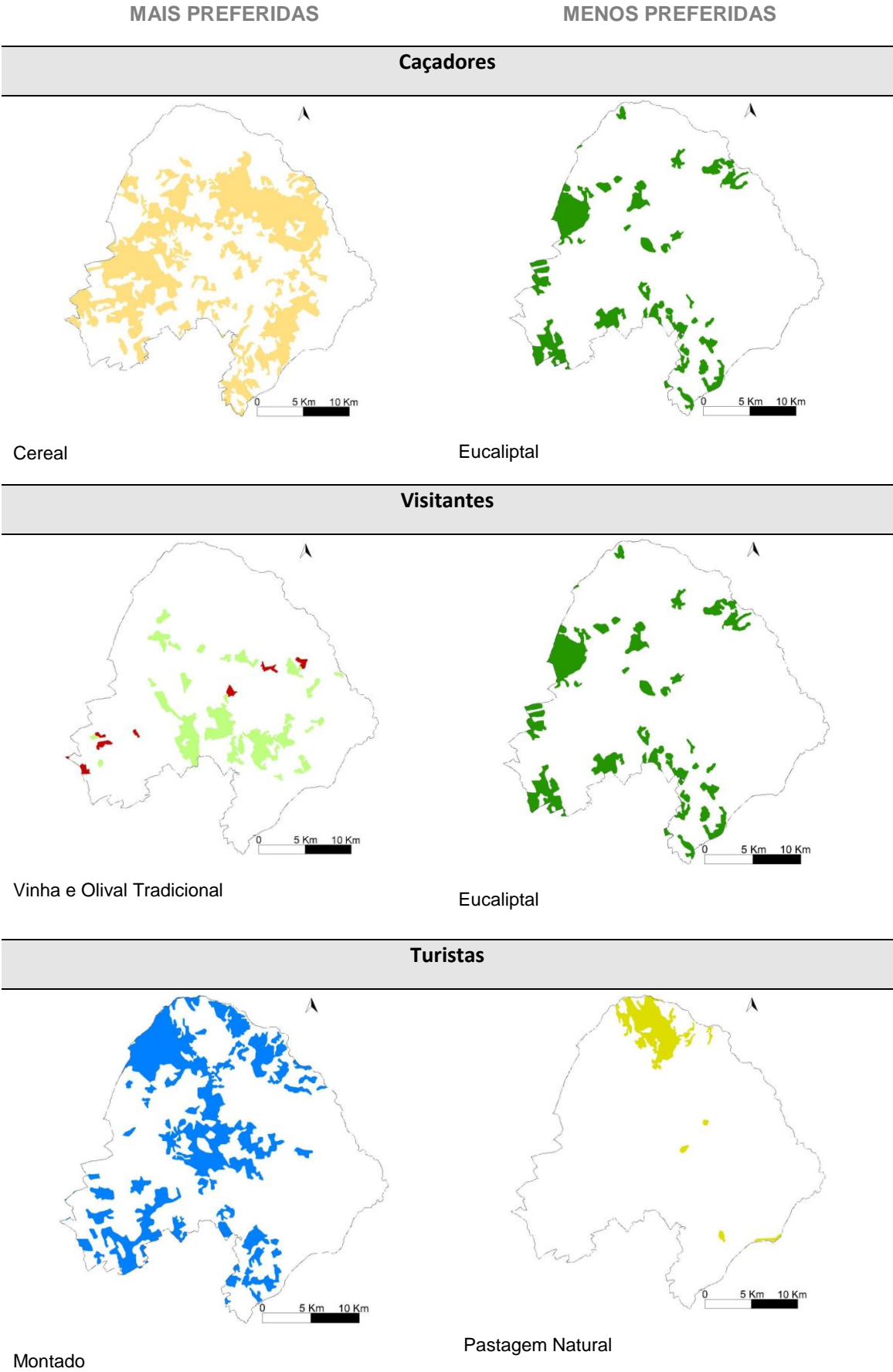


Figura 28: Localização espacial das Preferências por grupo de utilizador (Caçadores, Visitantes e Turistas).

O Cereal é a segunda ocupação de solo mais preferida por todos os utilizadores, sendo também, a ocupação indicada pelos Caçadores. Os Habitantes indicam o Mosaico como a ocupação mais preferida

O Montado é, de uma forma geral, a ocupação de solo preferida pelos utilizadores da paisagem, sendo também a ocupação de solo que mais se destaca para os Chefes de exploração e para os Turistas.

Os Visitantes têm como ocupações preferidas, a Vinha e o Olival Tradicional. Os dois tipos de ocupação são escolhidos pelo mesmo número de utilizadores da paisagem.

No que diz respeito às ocupações menos preferidas, o Eucaliptal é a mais escolhida como menos preferida pelos utilizadores da paisagem, sendo apontada por todos os grupos, com exceção dos Turistas que indicam a Pastagem Natural.

Estabelecendo uma relação entre preferências e áreas cobertas, constata-se que o Montado e o Cereal são duas das ocupações de solo mais preferidas por parte dos utilizadores, sendo também aquelas que maior área ocupam no território. Assim sendo, os Caçadores, os Turistas e os Chefes de exploração podem encontrar no Concelho de Elvas grandes áreas das ocupações de solo com as quais mais se identificam. O mesmo acontece com os Visitantes e os Habitantes, embora o Olival Tradicional e o Mosaico ocupem menor área comparativamente com as ocupações referidas anteriormente.

Em relação às ocupações menos preferidas, esta situação já não se verifica, uma vez que o Eucaliptal é a terceira ocupação de solo que maior área ocupa no território mas é também aquela indicada como menos preferida por grande parte dos utilizadores. As restantes ocupações identificadas como menos preferidas não apresentam grande significado no Concelho.

Com isto, podemos concluir que se por um lado pode ser agradável para os utilizadores da paisagem encontrarem no Concelho vastas áreas das ocupações de solo que preferem, por outro lado, também aqui irão encontrar com uma presença considerável, a ocupação de solo que indicam como menos preferida, o Eucaliptal.

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procuras no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”

5 Integração das Preferências de Paisagem no ordenamento do Espaço Rural do Concelho de Elvas

5. Integração das preferências de paisagem no Ordenamento do Espaço Rural do Concelho de Elvas

Neste capítulo pretende-se analisar de que forma as preferências de paisagem podem ser integradas nas propostas de ordenamento dos Instrumentos de Gestão Territorial (I.G.T.).

O primeiro ponto deste capítulo define a relação entre aquilo que é proposto para o Espaço Rural no âmbito do Plano Diretor Municipal de Elvas, com a ocupação de solo existente no Concelho, de forma a que se possa analisar se a ocupação de solo existente no território rural é aquela para o qual este se encontra mais vocacionado.

No segundo ponto são dadas algumas indicações para a integração das preferências nas propostas de ordenamento dos I.G.T., tendo como exemplo prático o P.D.M. de Elvas. Após as paisagens mais e menos preferidas por parte dos inquiridos se encontrarem identificadas e devidamente cartografadas, no contexto deste trabalho, a integração das preferências na proposta de ordenamento do Espaço Rural do P.D.M. de Elvas, passa por uma análise das possíveis transformações que o território poderia vir a sofrer caso sejam tidas em conta as preferências dos utilizadores.

5.1. Compatibilidade entre a Proposta de Ordenamento do Espaço Rural do Concelho de Elvas e a ocupação de solo existente.

Nos quadros seguintes são apresentados os resultados da relação que foi estabelecida, no âmbito deste estudo, entre as ocupações de solo identificadas com o que é proposto para o território, sendo que esses resultados são apresentados para cada classe de espaço do P.D.M., de forma a mais facilmente serem identificadas as áreas onde existe uma maior ou menor compatibilidade.

Para a obtenção das classes de compatibilidade encontradas foi tida em conta a definição de cada classe de ocupação de solo proposta no P.D.M. e as ocupações de solo que se enquadrariam nessa definição. E é com base nessa análise que se estabelece comparação e se encontra a compatibilização com a ocupação de solo existente do Concelho.

ESPAÇOS AGRÍCOLAS

“Espaços Agrícolas correspondem a solos com aptidão agrícola, não condicionados pela Reserva Agrícola Nacional e áreas afetadas ao Aproveitamento Hidroagrícola do Caía” (P.D.M. Elvas - Regulamento).

Classes do <i>Corine Land Cover</i> (2006)	Compatibilidade com a classe de espaço “Espaços Agrícolas” do P.D.M.
Cereal	Compatível e Proposta no PDM
Cultura Irrigada	Compatível
Arrozal	Compatível
Vinha	Compatível
Pomar	Compatível
Olival (tradicional)	Compatível e Proposta no PDM
Mosaico	Compatível
Montado	Compatível
Eucaliptal	Incompatível
Pastagem Natural	Compatível
Matos	Compatível

Quadro 20: Compatibilidade existente entre Classe de Espaço “Espaços Agrícolas” do PDM de Elvas e as classes de ocupação de solo utilizadas no Projeto ROSA.

De uma forma geral, verifica-se que os diferentes tipos de ocupação de solo localizados na área que coincide com a classe de espaço “Espaços Agrícolas”, são compatíveis com o que é proposto pelo P.D.M. Contudo, apenas o Cereal e o Olival (tradicional) são ocupações que para além de compatíveis, também se enquadram naquilo que é proposto para esta área no âmbito do Plano. O Eucaliptal é o único tipo de ocupação de solo incompatível com os “Espaços Agrícolas”.

ESPAÇO AGRÍCOLA PREFERENCIAL (SOLOS DA RAN)

“Espaço Agrícola Preferencial é constituído pelos solos com aptidão agrícolas e pertencentes à Reserva Agrícola Nacional (RAN) ” (P.D.M. Elvas - Regulamento).

Classes do <i>Corine Land Cover</i> (2006)	Compatibilidade com a classe de espaço “Espaço Agrícola Preferencial” do P.D.M.
Cereal	Compatível e Proposta no PDM
Cultura Irrigada	Compatível
Arrozal	Compatível
Vinha	Compatível
Pomar	Compatível
Olival (tradicional)	Compatível
Mosaico	Compatível
Montado	Compatível e Proposta no PDM
Eucaliptal	Incompatível
Pastagem Natural	Compatível
Matos	Compatível

Quadro 21: Compatibilidade existente entre Classe de Espaço “Espaço Agrícola Preferencial (solos da RAN) ” do PDM de Elvas e as classes de ocupação de solo utilizadas no Projeto ROSA.

No que diz respeito à classe de espaço “Espaços Agrícolas Preferencial (solos da RAN) ”, também se verifica que a grande maioria das diferentes classes de ocupação de solo, é compatível com o que é proposto no âmbito do Plano, destacando-se o Cereal e o Montado como as classes que mais se enquadram naquilo que é proposto. O Eucaliptal, mais uma vez, é a única ocupação de solo Incompatível com o “Espaço Agrícola Preferencial”.

ESPAÇO AGRÍCOLA DE REGADIO

“Espaços Agrícolas de Regadio, que corresponde a solos com aptidão agrícola do Perímetro de Aproveitamento Hidroagrícola do Caía” (P.D.M. Elvas - Regulamento).

Classes do <i>Corine Land Cover</i> (2006)	Compatibilidade com a classe de espaço “Espaço Agrícola de Regadio” do P.D.M.
Cereal	Incompatível
Cultura Irrigada	Compatível e Proposta no PDM
Arrozal	Compatível e Proposta no PDM
Vinha	Compatível e Proposta no PDM
Pomar	Compatível e Proposta no PDM
Olival (tradicional)	Incompatível
Mosaico	Compatível
Montado	Incompatível
Eucaliptal	Incompatível
Pastagem Natural	Incompatível
Matos	Incompatível

Quadro 22: Compatibilidade existente entre Classe de Espaço “Espaço Agrícola de Regadio” do PDM de Elvas e as classes de ocupação de solo utilizadas no Projeto ROSA.

A área classificada como “Espaço Agrícola de Regadio” é aquela onde se localiza o maior número de tipos de ocupação de solo Compatíveis e Propostas no PDM, nomeadamente, a Cultura Irrigada, o Arrozal, a Vinha e o Pomar. O Mosaico é a única classe compatível. Por outro lado, cerca de 50% dos tipos de ocupação de solo existentes nesta área são Incompatíveis com o “Espaço agrícola de Regadio” (Cereal, Olival (tradicional), Montado, Eucaliptal, Pastagem Natural e Matos).

ESPAÇO AGRO-SILVO-PASTORIL

“O Espaço Agro-Silvo-Pastoril, que corresponde a solos com aptidão silvo-pastoril ou florestal, devendo destinar-se preferencialmente à atividade florestal, preferencialmente com espécies autóctones, espécies bem adaptadas às condições edafo-climáticas da região, a atividades agrícolas extensivas de apoio à pastorícia ou pecuária extensiva” (P.D.M. Elvas - Regulamento).

Classes do <i>Corine Land Cover</i> (2006)	Compatibilidade com a classe de espaço “Espaço Agro-Silvo-Pastoril” do P.D.M.
Cereal	Compatível e Proposta no PDM
Cultura Irrigada	Incompatível
Arrozal	Incompatível
Vinha	Incompatível
Pomar	Incompatível
Olival (tradicional)	Compatível
Mosaico	Compatível
Montado	Compatível e Proposta no PDM
Eucaliptal	Compatível
Pastagem Natural	Compatível e Proposta no PDM
Matos	Compatível

Quadro 23: Compatibilidade existente entre Classe de Espaço “Espaço Agro-Silvo-Pastoril” do PDM de Elvas e as classes de ocupação de solo utilizadas no Projeto ROSA.

As ocupações de solo existentes na área classificada como “Espaço Agro-Silvo-Pastoril” são na sua maioria compatíveis com a classificação deste espaço, sendo o Olival (tradicional), o Mosaico, o Eucaliptal e os Matos apenas Compatíveis e destacando-se o Montado, o Cereal e a Pastagem Natural como as ocupações que para além de serem Compatíveis, vão também ao encontro do que é proposto. A

Cultura Irrigada, o Arrozal, a Vinha e o Pomar são as classes que se consideram Incompatíveis com esta classe de espaço.

ESPAÇOS FLORESTAIS DE PROTEÇÃO/RECUPERAÇÃO

“O Espaço Florestal de proteção/recuperação, que corresponde a solos com aptidão florestal/proteção, devendo destinar-se preferencialmente a povoamentos florestais autóctone de Sobreiro e Azinheira, destina-se à proteção e recuperação de solos associados normalmente a zonas declivosas, contribuindo para a preservação do equilíbrio dos recursos, designadamente dos recursos hídricos da fauna e flora” (P.D.M. Elvas - Regulamento).

Classes do <i>Corine Land Cover</i> (2006)	Compatibilidade com a classe de espaço “Espaço Florestais de Proteção/Recuperação” do P.D.M.
Cereal	Incompatível
Cultura Irrigada	Incompatível
Arrozal	Incompatível
Vinha	Incompatível
Pomar	Incompatível
Olival (tradicional)	Incompatível
Mosaico	Incompatível
Montado	Compatível e Proposta no PDM
Eucaliptal	Compatível
Pastagem Natural	Incompatível
Matos	Compatível e Proposta no PDM

Quadro 24: Compatibilidade existente entre Classe de Espaço “Espaços Florestais de Proteção/Recuperação” do PDM de Elvas e as classes de ocupação de solo utilizadas no Projeto ROSA.

Na classe de espaço “Espaços Florestais de Proteção/Recuperação é onde se verifica uma maior Incompatibilidade com a ocupação de solo existente, sendo o Cereal, a

Cultura Irrigada, o Arrozal, a Vinha, o Pomar, o Olival (tradicional), o Mosaico e a Pastagem Natural as ocupações de solo Incompatíveis com esta classe. O Eucaliptal é a única ocupação Compatível, sendo o Montado e os Matos as ocupações Compatíveis e que melhor se adaptam ao que é proposto pelo Plano.

Pode-se observar no mapa resultante da sobreposição da ocupação de solo com as classes de espaço do P.D.M (Anexo III – Compatibilidade entre a Proposta de Ordenamento do Espaço Rural do Concelho de Elvas e a ocupação de solo existente), que a grande maioria das ocupações de solo do Concelho são compatíveis com a proposta do P.D.M., para o solo rural. Cerca de 25% da área concelhia tem uma ocupação considerada Compatível e cerca de 70% tem uma ocupação compatível e ainda enquadrada naquilo que é proposto no âmbito do Plano Diretor Municipal. As Classes de Espaço “Espaço Agrícola” e “Espaço Agrícola Preferencial” são aquelas onde a grande maioria das ocupações de solo é compatível com aquilo que se propõe no Plano.

Nos restantes 5%, a ocupação existente é Incompatível com as características do território. Esta incompatibilidade está presente de uma forma mais marcada nas classes de espaço “Espaço Agro-Silvo-Pastoril” e “Espaços Florestais de Proteção/Recuperação”, sendo notória nestas áreas, a Incompatibilidade destas classes com praticamente todos os tipos de ocupação de solo identificados.

Nos “Espaços Florestais de Proteção/Recuperação”, apenas três tipos de ocupação de solo são Compatíveis, sendo que duas delas para além de serem Compatíveis, também são contempladas nas propostas do P.D.M.

Na área classificada como “Espaço Agrícola de Regadio” verifica-se que cerca de metade da área tem uma ocupação de solo Compatível e a outra metade, Incompatível. Contudo, nesta classe de espaço, é onde se verifica o maior número de ocupações de solo Compatíveis e Propostas pelo P.D.M.

Constata-se então que, mesmo não sendo exigido aos proprietários de terrenos localizados em solo rural a implementação de uma determinada ocupação de solo, mais de metade das ocupações existentes no Concelho para além de serem compatíveis com as características do território, estão também de acordo com aquilo que é proposto pelo P.D.M. em cada classe de espaço. Assim sendo, de uma forma

geral, a ocupação de solo do Concelho de Elvas vai ao encontro das características do território.

5.2. Discussão da possível integração das preferências nos Instrumentos de Gestão Territorial

Integração das preferências dos utilizadores nos I.G.T.

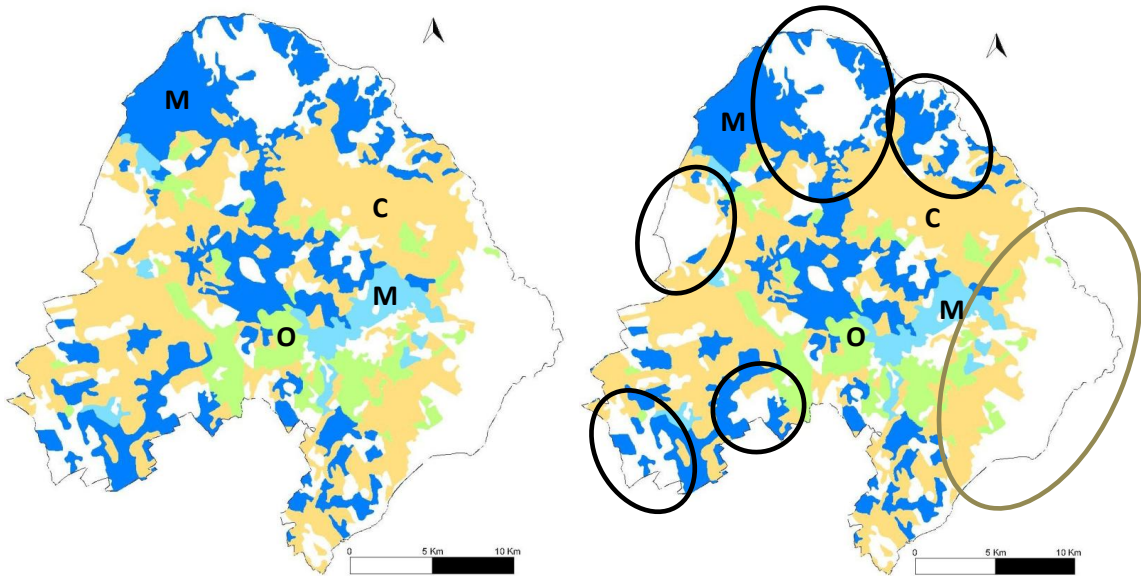
Dando uma maior importância ao que o público prefere e valoriza na paisagem rural e reforçando uma das medidas da Convenção Europeia da Paisagem assim como também de outras figuras legislativas, como é exemplo o D.L. 380/99 de 22 de Setembro, recomenda-se que o processo de envolvimento do público na tomada de decisão, no que diz respeito às questões da paisagem, seja cada vez mais frequente. O envolvimento da população passa por uma participação mais ativa, desta forma, considera-se importante que a população seja estimulada numa fase primordial do processo o que para além de tornar esta ação mais eficaz, contribui também de certa forma para que seja transmitido à população a noção de que esta é responsável pelas decisões tomadas, o que pode levar a uma mais fácil colaboração na preservação e conservação da paisagem. Destaca-se então a importância da autarquia e de todos os agentes responsáveis pelas transformações da paisagem, no incentivo ao envolvimento da população. Este incentivo pode surgir de vários modos, através de campanhas informativas ou de atividades de sensibilização, por exemplo, de forma a que a população seja informada das características e potencialidades do território. Por outro lado, esta interação também pode funcionar no sentido inverso, sendo que na grande maioria das vezes quem tem um contacto mais próximo do território possui um conhecimento mais real acerca do mesmo.

No que diz respeito aos Chefes de Exploração, é também importante que estes estejam informados das potencialidades do território, nomeadamente da área onde se localiza a sua exploração agrícola para, assim, se garantir que a proposta do Plano para o Espaço Rural seja implementada. Da mesma forma, e no que diz respeito às preferências de paisagem e àquilo que os diferentes utilizadores do Espaço Rural procuram, é também importante que esta informação chegue aos Chefes de Exploração. Tendo em conta a componente multifuncional do Espaço Rural, considera-se que o facto dos Chefes de Exploração se manterem informados acerca

das procuras por parte do utilizador da paisagem, constitui uma mais-valia na tomada de decisão na gestão das suas explorações, podendo assim tirar maior partido da sua potencialidade. Isto porque, muito embora a atividade principal de uma determinada exploração agrícola possa ser a agricultura, a coexistência de outras atividades pode constituir uma fonte de rendimentos importante para o suporte e manutenção da atividade agrícola (Pinto-Correia *et al*, 2010).

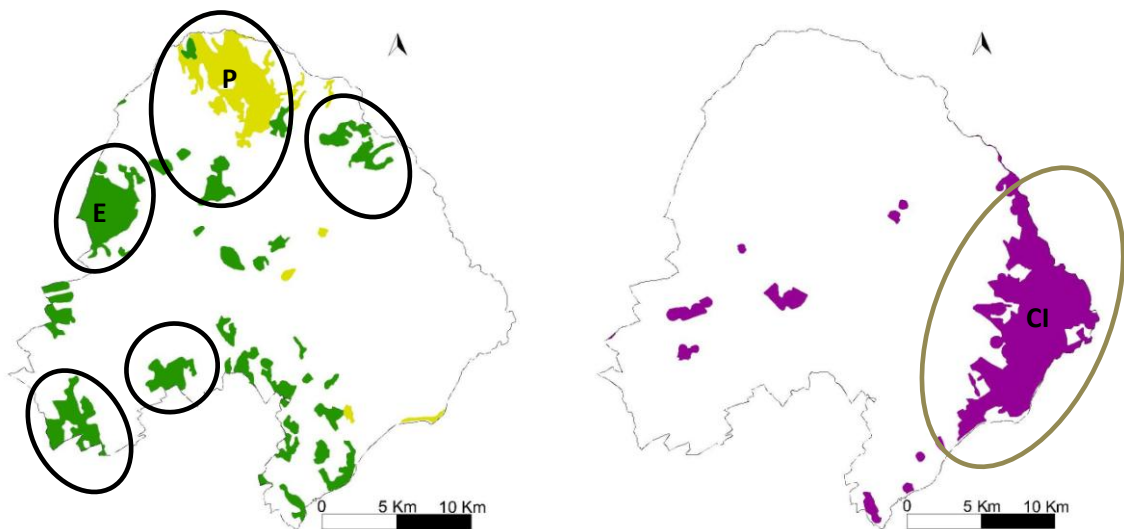
Por parte das entidades municipais, podem também existir alguns incentivos para que o Chefe de Exploração mantenha uma determinada ocupação de solo, através, por exemplo da certificação da paisagem ou de produtos oriundos dela. Sendo por exemplo, o Olival tradicional, uma das ocupações de solo preferidas pelos utilizadores, e neste caso específico do Concelho de Elvas, esta é também uma cultura muito ligada à identidade do território, a atribuição de uma certificação aos produtos oriundos do olival pode servir de incentivo aos Chefes de Exploração para manterem esta ocupação, assim como também, pode ser um estímulo para a compra destes produtos por parte dos consumidores. Para além dos incentivos por parte das autarquias, sugere-se também que no âmbito da elaboração dos Planos de Ordenamento, sejam integradas as preferências dos utilizadores do Espaço Rural, de forma a ser estimulada a salvaguarda e o crescimento das áreas ocupadas por ocupações de solo preferidas e a diminuição ou eliminação das áreas ocupadas por ocupações de solo menos preferidas, caso estas não tenham grande representatividade em termos económicos, por exemplo.

Desta forma e tendo como exemplo prático o Concelho de Elvas, é indicada uma orientação para a integração das preferências dos utilizadores nas propostas de ordenamento do Espaço Rural:



Figuras 29 e 30: Identificação das ocupações de solo preferidas (Montado - **M**, Cereal - **C**, Olival tradicional - **O** e Mosaico - **M**). Identificação de áreas correspondentes ao “negativo”.

É notório que as quatro ocupações de solo preferidas pelos utilizadores da paisagem (Montado, Cereal, Olival tradicional e Mosaico) se encontram presentes na grande maioria do território concelhio (fig. 21). Porém, dentro desta grande “mancha” existem algumas áreas dispersas que não correspondem às ocupações preferidas, sendo que algumas delas se destacam por constituírem “ilhas” com dimensões consideráveis. (Fig. 22)



Figuras 31 e 32: Paisagens menos preferidas, Pastagem Natural - **P** e Eucaliptal - **E**. Área ocupada por Culturas Irrigadas - **CI**.

A grande maioria dessas “ilhas” corresponde a áreas ocupadas por duas das ocupações menos preferidas por parte dos utilizadores da paisagem, a Pastagem Natural e o Eucaliptal. (Fig. 23) Por outro lado, a “ilha” localizada a Nordeste é ocupada por Culturas Irrigadas, que não se enquadra nas ocupações menos preferidas mas apesar de não corresponder às ocupações mais preferidas corresponde a uma área de forte potencialidade produtiva, o Perímetro Hidroagrícola do Caía (Fig. 24)

Desta forma, considera-se que tendo estas áreas características e funções diferentes, devem ter também um tratamento diferente, sendo que as áreas ocupadas por Pastagem Natural e Eucaliptal tendem a ser reduzidas ou até mesmo eliminadas, podendo ser ocupadas pelas ocupações existentes nas áreas contíguas. No que diz respeito à área ocupada por Culturas Irrigadas, esta deve ser assumida como uma área apenas vocacionada para a produção porque, tendo em conta esta análise, não se insere nas preferências dos utilizadores mas é claramente uma área de produção importante no Concelho.

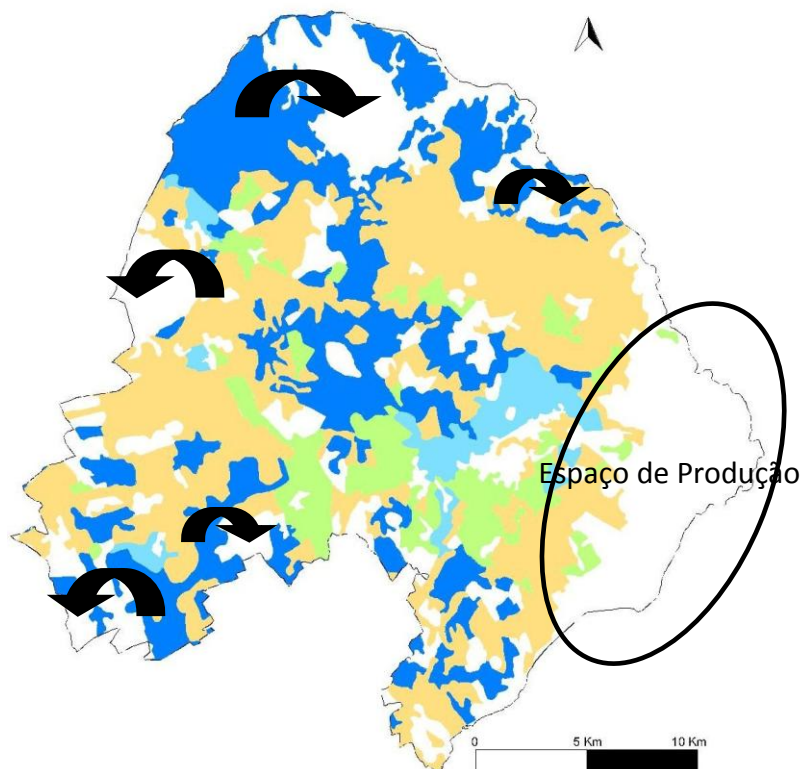
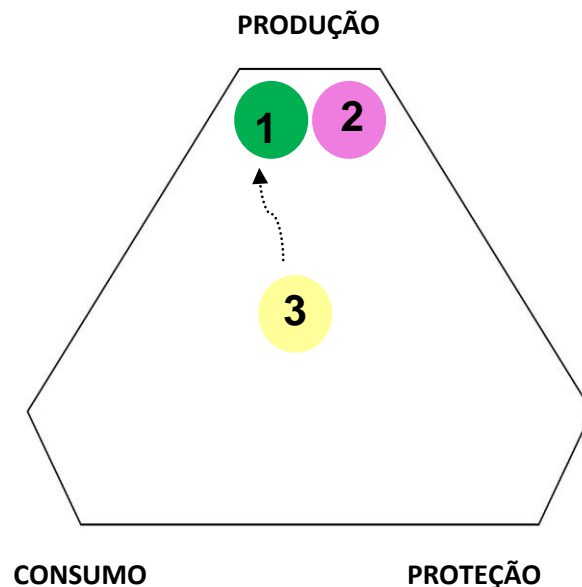


Figura 33: Possível ocupação territorial do concelho de Elvas, caso sejam tidas em conta as preferências dos utilizadores da paisagem.

Assim sendo, aquilo que se verifica é que se a ocupação de solo pudesse ser gerida tendo em conta as preferências dos utilizadores, para além da potencialidade do território, as ocupações menos preferidas como é o caso do Eucaliptal e da Pastagem Natural, seriam eliminadas e/ou substituídas por ocupações mais preferidas pelos utilizadores, como é o caso do Montado e do Cereal, como é exemplificado na figura 25.

Multifuncionalidade do Espaço Rural

Tendo em conta que as mudanças no Espaço Rural têm vindo a ocorrer cada vez com mais frequência, e que estas transformações têm na base três forças motrizes, a Produção, o Consumo e a Proteção (Holmes, 2006), considerou-se pertinente no âmbito deste estudo exercitar de que forma se podiam “posicionar” as diferentes áreas identificadas anteriormente. Desta forma, e adaptando o esquema de *Holmes* ao Concelho de Elvas, o resultado seria o seguinte:



1 - Área dominada por Eucaliptal

2 - Área dominada por Culturas Irrigadas (Perímetro de Rega do Caía)

3- Área dominada por Montado, Cereal, Olival tradicional e Mosaico

Figura 34: Adaptação do Esquema (Holmes, 2006) à realidade do Concelho de Elvas.

As áreas onde a ocupação de solo predominante é o Eucaliptal (1) e as Culturas Irrigadas (2), são áreas que têm um objetivo marcadamente produtivo onde a componente de proteção não está na maioria das vezes presente, por outro lado, também não são áreas vocacionadas para o consumo pois não estão entre as ocupações de solo mais preferidas por parte dos utilizadores da paisagem. Desta forma, posicionam-se mais próximo do vértice da produção.

No que diz respeito à área onde domina o Montado, o Cereal, o Olival tradicional e o Mosaico (3), área correspondente às quatro paisagens mais preferidas por parte dos utilizadores, esta posiciona-se no centro do “triângulo” pois de uma forma muito geral estas áreas equilibram as três componentes, a Produção, o Consumo e a Proteção. Contudo, no caso de esta grande área ser subdividida, o posicionamento seria certamente ajustado uma vez que embora todas as ocupações de solo, desta área, sejam preferidas pelos utilizadores da paisagem, a componente de proteção e produção não seria igual em todas elas.

No entanto, o posicionamento destas áreas, no esquema, pode ser reajustado por influência das alterações socioeconómicas, por exemplo (Holmes, 2012). Exemplo disto são as áreas ocupadas por olival tradicional que nos últimos tempos têm vindo a ser substituídas por áreas de olival intensivo. De facto no Concelho de Elvas, já se verifica a presença de algumas áreas ocupadas por olival intensivo mas caso esta presença venha a aumentar e a ocupar as áreas onde hoje existe Olival tradicional, o seu posicionamento, no esquema, deixa de ser no centro e tende a aproximar-se cada vez mais do vértice de produção, o que é justificado pela sua forte produtividade, assim como pelos constrangimentos ambientais associados a este tipo de exploração.

Sinergias e Conflitos na utilização do Espaço Rural

No que diz respeito aos possíveis conflitos que possam vir a surgir por uma determinada área ser procurada para diferentes atividades (Pinto-Correia *et al*, 2008) que se considerem incompatíveis, considera-se que caso estas atividades sejam integradas e conciliadas a minimização destes conflitos é possível. Desta forma, e tendo presente a multifuncionalidade do Espaço Rural e a necessidade de encontrar um equilíbrio e uma compatibilização entre todas as atividades que possam existir neste espaço, recomenda-se que esta procura e estas atividades sejam contempladas aquando a elaboração das propostas dos Planos de Ordenamento do Território, nomeadamente na elaboração dos Planos Diretores Municipais. Assim, mais uma vez,

se reforça a importância da participação pública numa fase inicial da elaboração dos planos, como contributo na tomada de decisão promovendo a harmonização entre todas as atividades possíveis, evitando a existência de conflitos.

No Concelho de Elvas não se verifica que esta situação possa ser preocupante, uma vez que praticamente todos os grupos de utilizadores da paisagem apresentam diferentes tipos de ocupações de solo preferidas, sendo exceção as áreas ocupadas por Montado. O Montado é um sistema multifuncional que de uma forma geral é bastante valorizado por diferentes grupos de utilizadores para várias funções (Surova e Pinto-Correia, 2008). Esta realidade também se verifica no Concelho de Elvas sendo esta, a ocupação de solo preferida pelos Chefes de Exploração e pelos Turistas para a dinamização de diferentes atividades, o que de facto pode levar a que ocorram conflitos.

Contudo, a coexistência de várias atividades é possível, basta que estas sejam integradas e adaptadas à atividade principal que na maioria das vezes é a atividade agrícola. A agricultura é a principal atividade de quem “gere a terra”, sendo por isso importante, compreender de que forma pode o espaço ser gerido para assegurar também as outras funções que apesar de poderem constituir outras formas de rendimento, não poderão substituir na maioria dos casos a atividade agrícola e podem até mesmo depender dela.

Esta outras formas de rendimento, assim como: o turismo rural; o turismo de natureza; o ecoturismo (passeios equestres, passeios de bicicleta todo o terreno e caminhadas); a apanha de ervas aromáticas e cogumelos; por exemplo, são atividades que só fazem sentido existir se também existir atividade agrícola e/ou florestal portanto a solução passa pela adaptação, principalmente por parte do Chefe de Exploração, a esta nova realidade de forma a encaminhar a gestão da sua exploração neste sentido podendo tirar melhor partido dela.

Desta forma, tendo em conta que o pretendido é promover a harmonização de todas as atividades, tal como a sua promoção como um todo, considera-se que seria vantajoso a criação de atividades/eventos que concilhassem diferentes atividades, como por exemplo, a criação de trilhos ou rotas onde fosse possível desenvolver atividades ao ar livre, atividades históricas e turísticas, tal como atividades pedagógicas.

Estes eventos, de certa forma, podem dar ao Chefe de Exploração um papel de destaque, uma vez que este é de todos os utilizadores da paisagem aquele que tem a posição mais saliente enquanto conhecedor e transformador do território. Para além disto, é possível que, assim, se estabeleça uma maior relação e interação entre todos os grupos de utilizadores do Espaço Rural.

Estas sugestões surgem no sentido de promover o Espaço Rural e as suas atividades, assim como um maior conhecimento do território e das raízes da grande maioria da população. Por outro lado, o facto de ser estimulada a dinamização deste espaço é também importante para impedir o abandono das terras e para incentivar a presença de pessoas nestas áreas o que pode ser também constituir uma vantagem na prevenção dos fogos florestais, por exemplo.

No que diz respeito às alterações do uso agrícola e florestal, assim como às transformações no espaço rural, sugere-se que estas só possam acontecer segundo parecer facultado pelas entidades envolvidas no Ordenamento do Território, de forma a salvaguardar o existente, o tradicional e que de alguma forma seja característico e caracterizador do território.

A plantação de novas culturas ou espécies deve ser analisada e equacionada de forma a evitar a descaracterização do território ou até mesmo um uso indevido dos recursos hídricos e pedológicos. Tendo como caso prático o Concelho de Elvas, assim como, outros concelhos alentejanos, aponta-se a plantação de olival intensivo como o exemplo, de uma ocupação de solo que tem vindo a ocupar extensas áreas antes ocupadas por outras ocupações mais adaptadas às características do território, tal como tem vindo a substituir algumas áreas ocupadas por olival tradicional.

Assim sendo, tendo em conta esta realidade reforça-se a importância de um maior controle do Espaço Rural e principalmente das alterações que este possa vir a sofrer, sendo considerada de extrema importância que os I.G.T. contemplem estas situações sendo por isso aconselhado que estes devam conter a indicação de que o parecer por parte das entidades competentes é fundamental.

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procuras no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”

6 Conclusão

A paisagem é resultado de vários fatores, sendo o homem um dos grandes responsáveis por transformações visíveis na paisagem ao longo dos tempos. E sendo a paisagem “construída” pelo homem e para o homem, é de extrema importância o seu envolvimento no processo de reconhecimento dos valores paisagísticos, assim como, no processo de tomada de decisão. Deste modo, considera-se que os estudos que têm como objetivo identificar o que o utilizador da paisagem procura, são bastante importantes não só para a identificação das preferências do utilizador da paisagem mas também para que este se sinta parte integrante na resolução das questões relacionadas com esta temática.

A avaliação das procuras dos utilizadores da paisagem já mostrou ser um processo importante (Sayadi *et al*, 2009; Yu, 1995) e embora em Portugal esteja agora a começar a dar os primeiros passos, considera-se de extrema importância que esta prática se torne cada vez mais habitual. Igualmente importante é a integração destas preferências nas propostas de Ordenamento do Território e por isso também aqui se realça o papel das entidades municipais e de todos os agentes responsáveis pelas transformações no território. Cabe a estas entidades informar a população acerca das características do território como também estimular para que exista cooperação entre todos os intervenientes da paisagem.

Assim, espera-se que este estudo seja um ponto de partida neste sentido, sendo que futuros estudos seriam desejáveis para assegurar uma avaliação mais detalhada no que diz respeito às questões práticas relacionadas com a integração das preferências dos Instrumentos de Gestão Territorial.

No Concelho de Elvas, foi perceptível durante a fase de inquéritos, que a grande maioria dos inquiridos abordados mostra uma certa preocupação na proteção de um património paisagístico que reconhecem como deles. Para além de ser notório algum cuidado com a conservação dos recursos, também se deteta uma certa preocupação com a conservação das práticas agrícolas tradicionais mas ao mesmo tempo, alguma expectativa no que diz respeito à evolução das práticas agrícolas no sentido destas poderem contribuir para uma maior produtividade e uma mais eficaz exploração das potencialidades do território. Portanto, é bem evidente que há uma relação de identidade com este território, mesmo com aqueles que não são “filhos da terra”.

Por outro lado, também a escolha das ocupações de solo preferidas recai sobre as ocupações mais características desta região do Alentejo, o que também demonstra um certo interesse por aquilo que é característico. Para reforçar esta posição, verificou-se

também que as ocupações de solo menos preferidas prendem-se com ocupações pouco características desta região, como é o caso do Eucaliptal e do Olival intensivo.

No que diz respeito à multifuncionalidade do Espaço Rural e às novas funções que coabitam com a função agrícola, verifica-se que estas estão cada vez mais presentes e que caso exista um conhecimento acerca das mesmas, o Chefe de Exploração, pode ter aqui um suporte para facilitar a definição das opções de gestão da sua exploração agrícola, de forma a tirar maior partido do território.

Com esta dissertação podemos então concluir que, no que diz respeito à tomada de decisão no processo de ordenamento da paisagem e do território, é importante que cada vez mais exista uma cooperação entre todas as partes envolvidas, de forma a que se promova a sustentabilidade do Espaço Rural.

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procuras no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”

Bibliografia

Baptista, F.O. (2000) **O Espaço e o Rural**, XIII congresso 2000, 21-23 de Setembro, Porto.

Baptista, F.O. (2001) **Agriculturas e Territórios**, Celta Editora, Oeiras.

Barroso, F., Pinto-Correia, T., Ramos, I.L., Surová, D., Menezes, H. (2011) **Dealing with landscape fuzziness in user preference studies: photo based questionnaires in the Mediterranean context**. Landscape and Urban Planning.

Cancela d'Abreu, A., Pinto-Correia, T., Oliveira, R. (2004) **Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal continental**. DGOTDU, Coleção de Estudos 10, Vol. I, Vol. IV e Vol. V, Lisboa.

COE (2005) **Convenção Europeia da Paisagem**. Decreto n.º 4/2005 de 4 de Fevereiro, Diário da República, 1.ª Série – A, N.º 31

Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro. Diário da República n.º 222, 1.ª Série - A. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

Diário da República, 2.ª série, N.º22, 2 de Fevereiro, Município de Elvas, Deliberação n.º279/2010 Revisão do plano Diretor Municipal de Elvas.

Holmes, J. (2006) **Impulses towards a multifunctional transition in rural Australia: Gaps in the research agenda**. Journal of Rural Studies.

Holmes, J. (2012) **Cape York Peninsula, Australia: A frontier region undergoing multifunctional transition with indigenous engagement**. Journal of Rural Studies.

OECD. (2001) **Multifunctionality, Towards an Analytical Framework**. Organization for Economic Cooperation and Development. Paris.

Machado C., Barroso F., Menezes H., Pinto-Correia T. (2008) **Metodologias para o estudo das preferências da paisagem rural - Da escala local à escala regional**. VII Congresso Ibérico de estudos Rurais.

Disponível em: <http://www.icaam.uevora.pt/Media/Files/VIICIER.pptx>

Pinto- Correia T. (2007) **Multifuncionalidade da Paisagem Rural: novos Desafios à sua análise**. Inforgeo, Julho, Ed. Associação Portuguesa de Geógrafos, pp 67-71.

Pinto-Correia T., Barroso F., Menezes H., Santos T., Taveira R. (2008) **Conflitos entre a agricultura e funções não produtivas: aplicação ao concelho de castelo de vide**. III Congresso de Estudos Rurais. Novembro, Faro.

Pinto-Correia, T., Primdahl, J. (2009) **When Rural Landscapes Change Functionality: Examples from Contrasting case Studies in Portugal and Denmark**. In F. Brouwer, & M. van der Heide, Multifunctional rural land management: Economics and Policies.

Pinto-Correia, T., Barroso, F., Menezes, H., (2010) **The changing role of farming in a peripheric South European area: the challenge of the landscape amenities demand.**, in: **Wiggering**. H., Ende, H., Knierim, A., Pintar, M. (Eds.), Inovations in European Rural Landscapes. Springer, Berlin.

Plano Diretor Municipal de Elvas - Relatório (2010). Disponível em: <http://www.cm-elvas.pt/pdm.htm>

Salema, R., (2010) **Para uma cultura da Paisagem**, Revista AP – Arquitetos Paisagistas, 6 de Novembro de 2010 a Maio de 2011, Convenção Europeia da Paisagem.

Salema, R., Cancela d'Abreu, (2010) **Situação da Convenção Europeia da Paisagem em Portugal**, Revista AP – Arquitetos Paisagistas, 6 de Novembro de 2010 a Maio de 2011, Convenção Europeia da Paisagem.

Sayadi, S., González-Roa, M. C., Calatrava-Requena, J. (2009) **Public preferences for landscape features: The case of agricultural landscape in mountainous Mediterranean areas**. Land Use Policy.

Surova D., Pinto-Correia T., (2008) **Landscape preferences in the Cork Oak Montado in the region of Alentejo, Southern Portugal: searching for valuable Landscape characteristics for different user groups**. Landscape Research, Special Issue “Landscape as a resource for regional and local economies”.

Surova D, Pinto-Correia T., (2012) **Landscape menu to please them all: Relating land cover to users’ preferences at regional level in Southern Portugal**. Landscape and Urban Planning (submitted).

Yu, K., (1995) **Cultural variation in landscape preference: comparisons among Chinese sub-groups and Western design experts**. Landscape and Urban Planning.

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procuras no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procuras no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”

QUESTIONÁRIO SOBRE A MULTIFUNCIONALIDADE DO ESPAÇO RURAL



Projecto de investigação ROSA – Identificação das preferências dos utilizadores sobre os diferentes tipos de ocupação do solo, que caracterizam a paisagem rural da região Alentejo.

Inquérito n.º	Local onde o inquérito foi realizado:	
Tempo do Inquérito:	Hora do início:	Hora do fim:

1. RELAÇÃO COM A REGIÃO ALENTEJO			Cód.
1.1. Habitante <input type="checkbox"/>			
1.2. Habitante Novo-Rural <input type="checkbox"/>			
1.3. Chefe de Exploração <input type="checkbox"/>			
1.4. Caçador <input type="checkbox"/>	1.4.1. Tipo de Caça:	1.4.1.1. Caça Grossa/Maior <input type="checkbox"/> 1.4.1.2. Caça Menor <input type="checkbox"/>	
	1.4.2. Tipo de reserva:	1.4.2.1. Turística <input type="checkbox"/> 1.4.2.2. Associativa <input type="checkbox"/> 1.4.2.3. Municipal <input type="checkbox"/>	
1.5. Pessoa com 2ª Residência <input type="checkbox"/>			
1.6. Visitante Regular <input type="checkbox"/>	1.6.1. Qual a principal motivação para se interessar pela Região do Alentejo?	1.6.1.1. Por gosto próprio <input type="checkbox"/> 1.6.1.2. Família/amigos <input type="checkbox"/> 1.6.1.3. Outra <input type="checkbox"/>	
1.7. Turista <input type="checkbox"/>	1.7.1. Tipo de Turismo:	1.7.1.1. Individual/Grupo particular <input type="checkbox"/> 1.7.1.2. Grupo organizado <input type="checkbox"/>	
1.8. Eco-Turista <input type="checkbox"/>	1.8.1. Tipo de Eco-Turismo:	1.8.1.1. A pé <input type="checkbox"/> 1.8.1.2. Bicicleta <input type="checkbox"/> 1.8.1.3. Cavalo <input type="checkbox"/> 1.8.1.4. Outro <input type="checkbox"/>	

Projecto financiado por:



2. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E INSERÇÃO GEOGRÁFICA DO INQUIRIDO			Cód.
2.1. Nacionalidade		2.1. 1. Portuguesa <input type="checkbox"/>	
		2.1.2. Outra <input type="checkbox"/>	
2.2. Em que concelho passou a sua infância?		2.2.1. Concelho/ <i>place</i> nº 2.2.1.1. Sede de concelho / <i>urban</i> ou outra cidade <input type="checkbox"/> 2.2.1.2. Resto do concelho / <i>rural</i> <input type="checkbox"/>	
2.3. Tem alguma ligação à agricultura?	2.3.1. Sim <input type="checkbox"/>	2.3.1.1. Família gere ou geriu uma exploração agrícola <input type="checkbox"/> 2.3.1.2. Agricultor(a) em part-time <input type="checkbox"/> 2.3.1.3. Agricultor(a) em full-time <input type="checkbox"/> 2.3.1.4. Outra <input type="checkbox"/>	
		2.3.1.5. Área da propriedade	
	2.3.2. Não <input type="checkbox"/>		
2.4. Local de residência	Residência permanente	2.4.1. Concelho nº 2.4.2.1. Sede de concelho ou outra cidade <input type="checkbox"/> 2.4.2.2. Resto do concelho <input type="checkbox"/>	
	Segunda residência	2.4.3. Concelho nº 2.4.4.1. Sede de concelho ou outra cidade <input type="checkbox"/> 2.4.4.2. Resto do concelho <input type="checkbox"/>	
2.5. No caso de residir fora do Alentejo, com que frequência vem ao Alentejo (para a sua actividade)?		2.5.1. Uma vez ou mais por mês <input type="checkbox"/> 2.5.2. Uma vez ou mais por ano <input type="checkbox"/> 2.5.3. Raramente <input type="checkbox"/>	
2.6. Profissão ou actividade	2.6.1. Situação actual	2.6.1.1. Activo <input type="checkbox"/> 2.6.1.2. Desempregado <input type="checkbox"/> 2.6.1.3. Estudante <input type="checkbox"/> 2.6.1.4. Reformado <input type="checkbox"/>	
	2.6.2. Área de actividade	2.6.2.1. Agricultura, Caça e Silvicultura <input type="checkbox"/> 2.6.2.2. Construção e indústria <input type="checkbox"/> 2.6.2.3. Comércio, serviços pessoais, alojamento, restauração <input type="checkbox"/> 2.6.2.4. Serviços privados (bancos, etc.) <input type="checkbox"/> 2.6.2.5. Serviços colectivos/gerais (saúde, educação, administração, etc.) <input type="checkbox"/>	
2.7. Grau de escolaridade	(Frequência do ensino é o mais importante. Básico inclui quarta classe antiga completa)	2.7.1. Não sabe ler nem escrever <input type="checkbox"/> 2.7.2. Sabe ler e escrever <input type="checkbox"/> 2.7.3. Básico <input type="checkbox"/> 2.7.4. Secundário <input type="checkbox"/> 2.7.5. Médio+Superior <input type="checkbox"/>	
2.8. Género		2.8.1. Feminino <input type="checkbox"/> 2.8.2. Masculino <input type="checkbox"/>	
2.9. Ano de nascimento:		2.9.1. Menos de 25 anos (> 1985) <input type="checkbox"/> 2.9.2. 25 a 40 anos (1985-1970) <input type="checkbox"/> 2.9.3. 41 a 65 anos (1969-1945) <input type="checkbox"/> 2.9.4. Mais de 65 anos (< 1945) <input type="checkbox"/>	

3. PAISAGENS DE REFERÊNCIA	
3.1.1. Se tivesse que tirar uma fotografia do Alentejo para enviar a alguém no estrangeiro, ONDE ou A QUÊ tirava?	Cód.
3.1.2. PORQUÊ	Cód.
3.2.1. Se tivesse que tirar uma fotografia de um aspecto problemático/negativo do Alentejo, ONDE ou A QUÊ tirava?	Cód.
3.2.2. PORQUÊ	Cód.

4. AFIRMAÇÕES	
4.1. Gosta do campo no Alentejo pelas seguintes razões (escolha duas):	Cód.
4.1.1. <u>Natureza</u> (Plantas, animais selvagens, rochas, água limpa, etc.) <input type="checkbox"/>	
4.1.2. <u>Maneira de ser alentejana</u> <input type="checkbox"/>	
4.1.3. <u>Vistas, cores e cheiros</u> <input type="checkbox"/>	
4.1.4. <u>Montes e outras construções rurais</u> <input type="checkbox"/>	
4.1.5. <u>Agricultura</u> <input type="checkbox"/>	
4.2. As actividades ligadas à agricultura e floresta no Alentejo são importantes para (escolha duas):	Cód.
4.2.1. <u>Manter os saberes costumes e práticas característicos da região</u> <input type="checkbox"/>	
4.2.2. <u>Fixar população</u> <input type="checkbox"/>	
4.2.3. <u>Produzir alimentos e matérias-primas</u> <input type="checkbox"/>	
4.2.4. <u>Proteger os solos, água, diversidade animal e vegetal</u> <input type="checkbox"/>	
4.2.5. <u>Manter o campo com a aparência que tem hoje</u> <input type="checkbox"/>	
4.3. Das tendências possíveis no Alentejo, quais é que mais lhe agradam? (escolha duas)	Cód.
4.3.1. Mais <u>casas dispersas à volta das povoações</u> <input type="checkbox"/>	
4.3.2. Mais <u>actividades de turismo e lazer</u> <input type="checkbox"/>	
4.3.3. Mais <u>caca</u> <input type="checkbox"/>	
4.3.4. Mais <u>proteção de animais e plantas selvagens</u> <input type="checkbox"/>	
4.3.5. Mais <u>actividade agrícola</u> <input type="checkbox"/>	
4.4. Das tendências possíveis no Alentejo, quais é que mais lhe agradam? (escolha duas)	Cód.
4.4.1. Mais <u>agricultura de regadio e especializada</u> <input type="checkbox"/>	
4.4.2. Mais <u>plantação de pinhal</u> <input type="checkbox"/>	
4.4.3. Mais <u>vegetação</u> no <u>montado</u> <input type="checkbox"/>	
4.4.4. Mais <u>animais</u> e <u>pastagens</u> <input type="checkbox"/>	
4.4.5. Mais <u>montado e outros sistemas característicos do Alentejo</u> <input type="checkbox"/>	

5. PREFERÊNCIAS

5. Tendo em conta a sua actividade, escolha entre as 16 fotografias disponíveis, as **três fotografias** que mostram o tipo de ocupação do solo **que prefere** E as **três** que mostram as que **menos gosta**. E PORQUÊ?

5.1.1. Cód. 3 Fotografias MAIS	5.1.2. PORQUÊ	Cód.
5.2.1. Cód. 3 Fotografias MENOS	5.2.2. PORQUÊ	Cód.

5.3 (Caso tenha escolhido o montado como preferido) – Qual o tipo de montado que prefere?

5.3.1. Cód. Fotografias	5.3.2. PORQUÊ	Cód.

6. COMPOSIÇÃO

6.1. Escolha uma fotografia (entre as 16 iniciais) para cada parcela da figura, podendo repetir cada uma, quantas vezes necessárias, fazendo a sua composição preferida.

Posição Figura	6.1.1.Cód. Fotografia	6.1.2. PORQUÊ	Cód.
1			
2			
3			
4			
5			

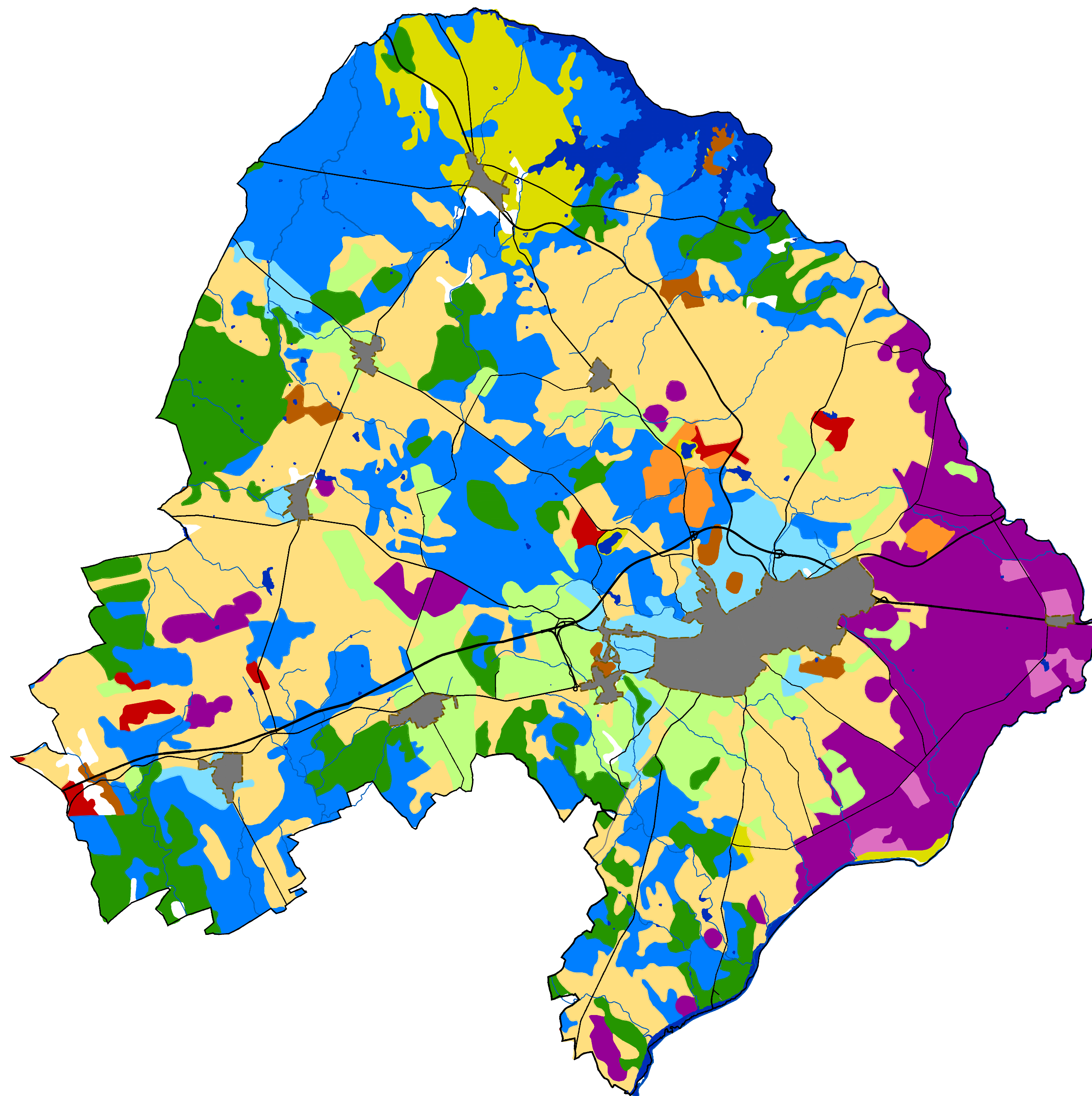
Observações / Comentários:

Tem interesse em receber futuramente notícias sobre este projecto?

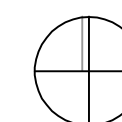
Nome: _____

Contacto (mail): _____

“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procuras no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”



Universidade de Évora
Mestrado em Ciências da Paisagem
Especialização em Ordenamento da Paisagem e do Território

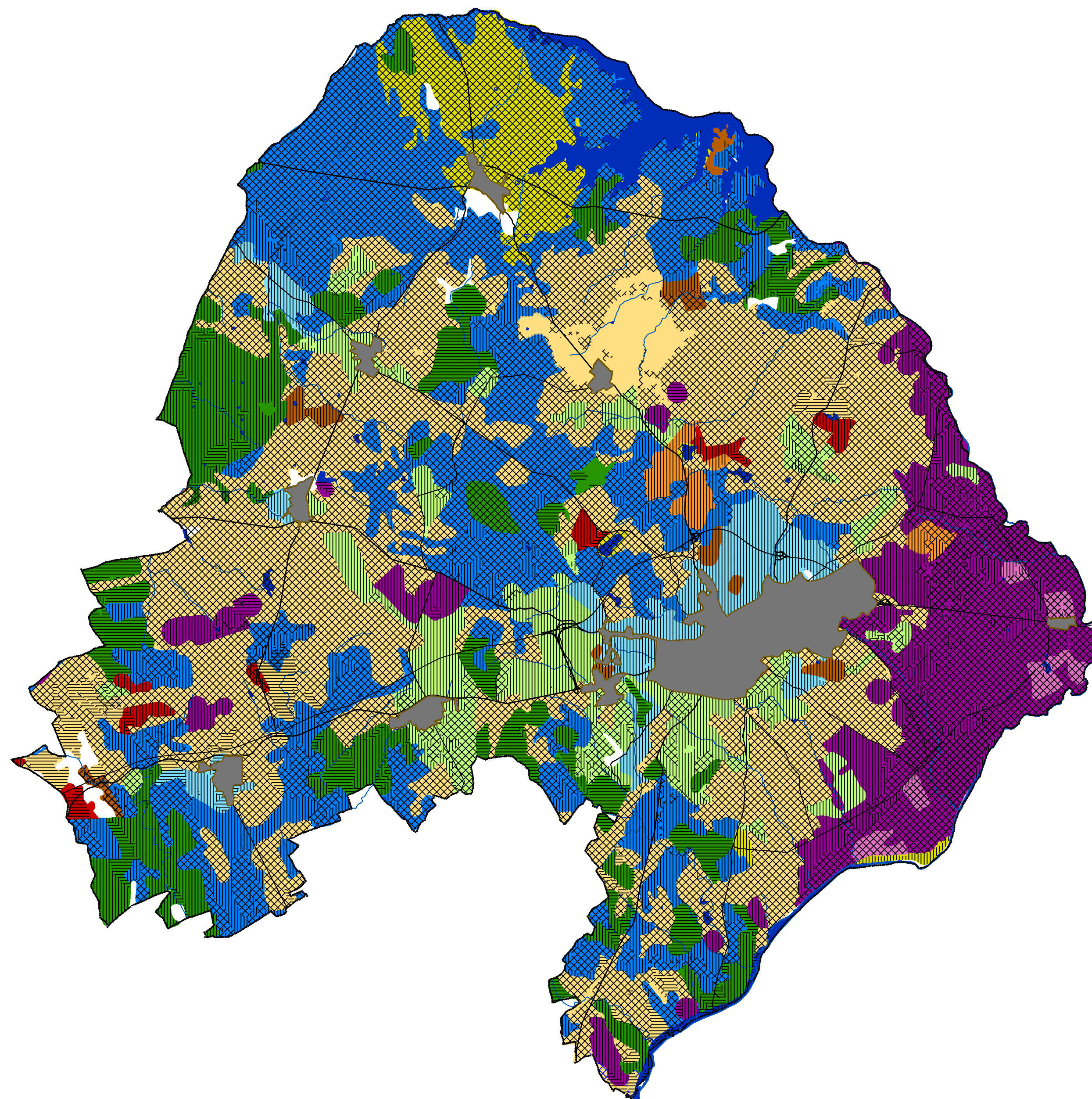


Multifuncionalidade da Paisagem Rural: como considerar as várias
procuras no âmbito do processo de ordenamento à escala local.
Aplicação ao Concelho de Évora.

Ocupação de solo do Concelho de Évora
Classes de ocupação de solo do *Corine Land Cover* (2006) Escala: 1: 100 000

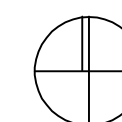
“Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Como considerar as várias procuras no âmbito do processo de ordenamento à escala local Aplicação ao Concelho de Elvas.”

Anexo III: Compatibilidade entre a Proposta de
Ordenamento do Espaço Rural do Concelho de Elvas e
a ocupação de solo existente



- LIMITE DO CONCELHO
- PERÍMETRO URBANO
- REDE RODOVIÁRIA
- ALBUFEIRAS
- LINHAS DE ÁGUA PRINCIPAIS
- OCUPAÇÃO DO SOLO**
- CEREAL
- CULTURA IRRIGADA
- ARROZAL
- VINHA
- POMAR
- OLIVAL (TRADICIONAL+INTENSIVO)
- MOSAICO
- MONTADO
- EUCALIPTAL
- PASTAGEM NATURAL
- MATOS (Matos altos em terra florestal e Matos baixos em terra agrícola).
- COMPATIBILIDADE**
- COMPATÍVEL E PROPOSTA NO PDM
- COMPATÍVEL
- INCOMPATÍVEL

Universidade de Évora
Mestrado em Ciências da Paisagem
Especialização em Ordenamento da Paisagem e do Território



Multifuncionalidade da Paisagem Rural: como considerar as várias
procuras no âmbito do processo de ordenamento à escala local.
Aplicação ao Concelho de Évora.

Compatibilidade entre a Proposta de Ordenamento do Espaço Rural do Concelho de Évora e a ocupação de solo existente

Escala:
1: 100 000

Vera Lúcia Iglésias Varela

novembro.2o12

anexo
III